

# PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

**(RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 389, DE 16 DE MARÇO DE 2023** *que aprova alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Unidade Acadêmica de Carangola*)

**CARANGOLA – MINAS GERAIS**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS UNIDADE  
CARANGOLA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE  
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**  
(Período: Noturno / 40 vagas anuais/ Integralização Mínima: 4 anos)

**CARANGOLA – MINAS  
GERAIS Novembro – 2022**

## **ESTRUTURA ADMINISTRATIVA**

**Lavínia Rosa Rodrigues**  
**Reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais**

**Thiago Torres Costa Pereira**  
**Vice-Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais**

**Raoni Bonato da Rocha**  
**Chefe de gabinete**

**Michelle G. Rodrigues**  
**Pró-Reitora de**  
**Graduação**

**Moacyr Laterza Filho**  
**Pró-Reitor de**  
**Extensão**

**Vanesca Korasaki**  
**Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-graduação**

**Silvia Cunha Capanema**  
**Pró-Reitor de Planejamento, Gestão e Finanças**

**Andrea Vicente Toledo**  
**Diretora da Unidade Carangola**

**Sílvia Regina Costa Dias**  
**Vice-diretora Unidade Carangola**

**Cynthia Santos Ferrarez**  
**Coordenadora do curso de Serviço Social**

**Adriana Alice Gomes de Barros**  
**Subcoordenadora do curso de Serviço Social**

## **EQUIPE RESPONSÁVEL PELA REFORMULAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO: BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Cynthia Santos Ferrarez**

**Prof<sup>a</sup> Dra. Adriana Alice Gomes de Barros**

**Profa. Ma. Adriana de Souza Pereira Bento**

**Prof<sup>o</sup> Me. Victor Martins Lopes de Araújo**

**Prof<sup>o</sup> Dr. Warllon de Souza Barcellos**

**Prof<sup>a</sup>. Ma. Ana Paula Silva Santana**

**Prof. Dr. Wagner dos Reis Marques Araujo**

## Sumário

1.	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO .....	7
2.	DO CURSO .....	8
3.	HISTÓRICO DA UEMG E IDENTIDADE INSTITUCIONAL .....	12
3.1.	Objetivos .....	14
3.2.	Missão .....	14
3.3.	Visão .....	14
3.4.	Competências e Finalidades de UEMG.....	15
3.5.	Cursos oferecidos pela Unidade Carangola.....	15
4.	JUSTIFICATIVA .....	16
5.	OBJETIVOS .....	19
5.1.	Objetivo geral.....	19
5.2.	Objetivos específicos.....	20
6.	PRINCÍPIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL .....	20
7.	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PROFISSIONAIS .....	21
8.	PERFIL DO EGRESSO.....	22
9.	NOVA ESTRUTURA CURRICULAR .....	23
9.1.	Conteúdos .....	23
9.2.	Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional .....	23
9.3.	Matriz Curricular .....	24
9.3.1.	Componentes Curriculares do Núcleo de Fundamentos Teórico- metodológicos da vida social. 26	
9.3.2.	Componentes Curriculares do Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira.....	27
9.3.3.	Componentes Curriculares do Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional .....	27
9.3.4.	Componentes curriculares optativos .....	28
9.4.	Grade Curricular do Curso de Serviço Social .....	29
9.5.	Síntese da Matriz Curricular .....	33
10.	METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM .....	33
11.	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	35
11.1.	Sistema de Aprovação .....	35
11.2.	Exigências para Colação de Grau.....	36
12.	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO .....	36
13.	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL .....	38
13.1.	Natureza das atividades .....	44
13.2.	Objetivos .....	45
13.3.	Princípios norteadores .....	45
13.4.	Avaliação .....	46
13.5.	Coordenação de Estágio.....	47
14.	ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS .....	50
15.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO .....	53
16.	UNIDADE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO .....	54
16.1.	Pesquisa.....	54
16.2.	Extensão .....	56
16.2.1.....		56
16.2.2.....		57
16.2.3.....		57
16.2.4.....		58
16.2.5.....		59
16.2.6.	Da coordenação das AECCS por curso.....	61
16.2.7.....		62

16.2.8.....	62
16.3. GRUPOS TEMÁTICOS, LINHAS DE PESQUISA E GRUPOS DE ESTUDOS .....	63
16.3.1. GRUPOS TEMÁTICOS .....	63
16.3.2. Cada grupo temático será composto por.....	63
16.3.3. Funções dos grupos temáticos .....	64
16.3.4. Elementos que constituem os grupos temáticos: .....	65
16.3.5. Linhas de Pesquisas e Grupos de estudos .....	65
16.4. Monitoria.....	65
16.5. Assistência e Apoio Psicopedagógico ao Discente .....	66
16.5.1. Programa Estadual de Assistência Estudantil (PEAES) .....	66
16.5.2. Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE).....	66
17. CORPO DOCENTE.....	67
18. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO.....	67
18.1. Colegiado.....	67
18.2. Núcleo Docente Estruturante – NDE.....	68
19. INFRAESTRUTURA DO CURSO .....	69
20. BIBLIOTECA.....	69
20.1. Acervo.....	71
20.2. Plataformas Digitais.....	72
BIBLIOGRAFIA.....	76
ANEXO .....	77
EMENTÁRIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL .....	78
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS .....	79
DISCIPLINAS OPTATIVAS.....	130
APÊNDICES .....	152
APÊNDICE A:.....	153
APÊNDICE B:.....	161
APÊNDICE C:.....	166
ÂPENDICE D.....	173

## 1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

<b>Denominação do Curso</b>	Graduação em Serviço Social
<b>Modalidade oferecida</b>	Bacharelado
<b>Modalidade de Ensino</b>	Presencial
<b>Título Acadêmico Conferido</b>	Bacharel em Serviço Social
<b>Reconhecimento do Curso</b>	RESOLUÇÃO SEE Nº 4.938, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023, PUBLICADA EM 07/12/2023. (Retifica em 18/01/2024 a Resolução SEE Nº 4.938/2023, publicada em 07/12/2023, que altera a nota final do relatório de Renovação de Reconhecimento do curso de Graduação em Serviço Social - Bacharelado, ministrado pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, na Unidade Acadêmica de Carangola).
<b>Período de funcionamento do curso</b>	4 anos
<b>Regime de matrícula</b>	Semestral com matrícula por disciplina
<b>Sistemas de Créditos</b>	1 crédito: 15 horas
<b>Créditos totais para integralização do curso</b>	205
<b>Semanas letivas por semestre</b>	18 semanas de 06 dias cada semana
<b>Tempo de Duração</b>	Mínimo de 8 semestres e Máximo de 14 semestres
<b>Tempo de Integralização</b>	08 anos (dezesseis semestres)
<b>Carga horária Total (horas/relógio)</b>	3.075 horas
<b>Número de vagas oferecidas</b>	40 vagas
<b>Número de turmas</b>	1 por ano
<b>Turno de funcionamento</b>	Noturno
<b>Local de funcionamento</b>	UEMG / Unidade Carangola
<b>Formas de ingresso</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1 Vestibular</li> <li>2 Sistema de Seleção Unificada – SISU</li> <li>3 Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM</li> <li>4 Reopção</li> <li>5 Transferência interna e de outras IES Nacionais</li> <li>6 Obtenção de novo título de graduação (no caso de vagas)</li> </ol>

## 2. DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Unidade Carangola, compreende o Assistente Social como um profissional que está inserido na divisão sócio técnica do trabalho, mediante ao registro realizado no Conselho Federal de Serviço Social) e obtém o curso bacharel em Serviço Social com uma especialização do trabalho coletivo.

Estar atento às mudanças do mundo contemporâneo, nos tempos neoliberais que produziram profundas alterações nos processos de produção e da relação entre o Estado e a Sociedade, que através das reformas estruturais, produziram mudanças nas expressões da questão social, que para Lamamoto (2007, p. 262), é a base de fundação do Serviço Social e essas expressões requisitam respostas do profissional nos vários espaços sócio ocupacionais de trabalho junto à mulher, ao idoso, à criança, ao adolescente, dentre outros.

Para tanto, é necessário que a política de prática acadêmica expresse a articulação entre ensino teórico-prático, pesquisa e extensão, com a preocupação central do ensino da prática profissional e o estágio como componentes da formação profissional.

Dessa forma, o desafio do presente PPC é formar e qualificar profissionais que sejam capazes de uma leitura crítica da realidade e de analisar os processos sociais que engendram as expressões da questão social, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão para que estejam habilitados a elaborar, implementar e a avaliar as políticas sociais e que sejam capazes de organizar e mobilizar a sociedade civil, a fim de contribuir para a construção da cidadania e da democracia na sociedade brasileira, evitando uma prática profissional reiterativa e reprodutora das relações sociais de exploração e submissão, haja vista, que em tempos neoliberais e de capital financeiro<sup>1</sup> requisitam-se profissionais sintonizados com o seu tempo que sejam criativos e propositivos frente aos desafios que no seu cotidiano profissional são requisitado para intervir e que busquem constantemente capacitação técnico-instrumental que os qualifique e desenvolvam pesquisas na sua área de atuação para produção do conhecimento da realidade com vistas a propor alternativas de intervenção social.

Mediante o exposto, este PPC se propõe a estimular o aluno de graduação nesta perspectiva, afim de que os profissionais que tenham capacidade interventiva e propositiva

---

<sup>1</sup> Harvey (2008); Arrighi (1996); Chesnais (1996); Behring (2007; 2008), dentre outros.

no seu campo de atuação e não sejam apenas repassadores de benefícios sociais ou assistenciais, mas que contribuam para a construção de uma sociedade igualitária e sem exploração de classe.

Acredita-se que a elaboração de um Projeto Pedagógico é uma proposta de trabalho assumida coletivamente, como um processo democrático e de construção/revisão contínuas. E, por isso, a construção deste instrumento pedagógico deu-se de forma coletiva, através de debates com os professores que ministram aulas no curso de Serviço Social- Unidade Carangola, representante do corpo discente e representante da comunidade acadêmica externa.

De conhecimento, portanto, de todos os envolvidos no processo educacional, este projeto representa a visão que a comunidade acadêmica da Unidade Carangola tem acerca do curso de Serviço Social como, também, representa os compromissos assumidos com os alunos e a sociedade, de modo geral, quanto ao oferecimento de uma educação de ensino superior gratuita e de qualidade para todos.

O presente PPC apoia-se e se organiza nos termos e legislações abaixo citadas:

#### **Legislação Institucional: UEMG**

- ☐ UEMG. Estatuto e Regimento da Universidade do Estado de Minas Gerais. 2004.  
Disponível em: [http://uemg.br/downloads/Estatuto\\_UEMG.pdf](http://uemg.br/downloads/Estatuto_UEMG.pdf)
- ☐ Regimento Geral da Universidade do Estado de Minas Gerais. Disponível em:  
[http://uemg.br/downloads/Regimento%20Geral\\_UEMG.pdf](http://uemg.br/downloads/Regimento%20Geral_UEMG.pdf)
- ☐ UEMG. Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI 2015-2024.
- ☐ RESOLUÇÃO COEPE/UEMG No 132/2013 –Regulamenta a implantação do regime de matrícula por disciplina nos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e institui procedimentos e limites para matrícula.
- ☐ Resolução COEPE/UEMG nº 249, de 06 de abril de 2020 – Regulamenta a compensação de faltas e a avaliação de rendimento acadêmico no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e dá outras providências.
- ☐ RESOLUÇÃO COEPE/UEMG nº 323, de 28 de outubro de 2021, que dispõe sobre a abordagem curricular de conteúdos transversais em Gestão e Inovação nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UEMG;

- RESOLUÇÃO COEPE/UEMG nº 273/2020 - Regulamenta a composição e o funcionamento dos Colegiados de Curso de Graduação, estabelece normas complementares para a criação de Departamentos Acadêmicos; RESOLUÇÃO CONUN/UEMG nº 241/2011 - Aprova alterações nas Normas para a Cerimônia de Outorga de Grau.
- Resolução UEMG/COEPE nº 287/2021, que estabelece o mínimo 10% da carga horária total do curso para ações de extensão.

### **Legislação do Ministério da Educação**

- Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008 – Dispõe sobre o estágio de estudantes.
- DECRETO Nº. 3.860. Dispõe sobre a Organização do Ensino Superior, a Avaliação de Cursos e Instituições, e dá providências. Publicado no DOU de 10/07/2001.
- Decreto nº. 9.656, de dezembro de 2018, que altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras.
- LEI FEDERAL Nº. 10.861. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Publicada no DOU de 14/04/2004.
- PORTARIA 2.117, de 06 de dezembro de 2019- Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior;

### **Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais:**

- Resolução CEE nº 482, de 08 de julho de 2021 – Estabelece normas relativas à regulação da Educação Superior do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO CEE/MG no 490, de 26 de abril de 2022 - Dispõe sobre os princípios, os fundamentos, as diretrizes e os procedimentos gerais para a Integralização da Extensão nos Currículos dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação Lato Sensu no Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais e dá outras providências;

**Legislação do Conselho Nacional de Educação:**

- Resolução CNE/CP N<sup>o</sup> 01/2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002– Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Serviço Social.
- Resolução CNE/CP 02 de 18 de junho de 2007 – Institui a duração e a carga horária dos cursos de graduação, bacharelado na modalidade presencial.
- Resolução CNE nº 02 de 15 de junho de 2012 – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Resolução CNE nº 1 de 30 de maio de 2012 – Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução nº. 02, de 15 de Junho de 2012 - Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001 – Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço social;
- Parecer CNE/CES nº 1.363/2001, aprovado em 12 de dezembro de 2001 – Retifica o Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social;
- RESOLUÇÃO CNE/CES no 7, de 18 de dezembro 2018 — Estabelece as Diretrizes da Extensão no Ensino Superior;

**Legislação referente à profissão de Serviço Social:**

- Lei nº. 8662 de 07 de junho de 1993 – Lei de Regulamentação da profissão de Assistente Social.
- Resolução CFESS 273 de 13 de março de 1993 – Institui o Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais.
- Resolução CFESS 533 de 29 de setembro de 2008 – Regulamenta a Supervisão Direta de estágio em Serviço Social.

- Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996.
- Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Serviço Social – Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002, homologada pelo Ministério da Educação – MEC.
- Lei nº 11788 de 25 de setembro de 2008 – Lei de Estágio, dispõe sobre o estágio de estudantes em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.
- Resolução CFESS 533 de 29 de setembro de 2008 – Regulamenta a Supervisão Direta de estágio em Serviço Social.
- Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 2010.

### 3. HISTÓRICO DA UEMG E IDENTIDADE INSTITUCIONAL

A Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG foi criada pelo Art.81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Mineira de 1989 e teve sua estrutura definida pela Lei 11.539, de 22 de julho de 1994, seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 36.898, de 24 de maio de 1995 e seu reconhecimento, pelo Conselho Estadual de Educação, publicado no “Minas Gerais”, órgão oficial do Estado, em 28 de fevereiro de 1996.

A concepção que fundamentou a criação da UEMG foi a de que era necessário construir, nas diferentes regiões do Estado, uma consciência equilibrada de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, percebeu-se que as fundações educacionais precisavam ter seu papel redefinido dentro da estrutura educacional do Estado, pois naquela conjuntura a situação jurídica dessas, era complexa e muitas delas funcionavam de forma precária. Sentiu-se, então, a necessidade de se reorganizar o sistema estadual de educação superior mineiro, na perspectiva de integrar as instituições de educação superior da Capital às IES das várias regiões do Estado.

Partiu-se do princípio de que a administração das instituições seria facilitada, se cada uma delas atendesse às demandas de sua região e, ao mesmo tempo, trabalhasse em colaboração com as outras e com a sede, de maneira a construir uma rede de ensino que oferecesse cursos em todas as áreas do conhecimento e abrangesse todo o Estado. Dessa

forma, seriam observados os princípios de cooperação, regionalização e a interiorização do ensino superior no Estado tornar-se-ia mais completa e eficiente.

Nessa perspectiva, surgiram as primeiras tentativas de consolidação de uma universidade estadual norteada pela premissa do máximo aproveitamento da rede de ensino superior já instalada, constituída por fundações educacionais. A criação dessas IES deveria ocorrer a partir da reorganização da situação das fundações educacionais já existentes, valendo-se para tal de quatro caminhos:

1º - transformar fundação em universidade, sob a forma de autarquia;

2º - absorver, como unidades da UEMG, os cursos mantidos pelas fundações que se manifestaram favoravelmente a essa proposta, o que resultaria na extinção dessas entidades;

3º - transformar em fundações públicas as fundações que não optarem, no prazo previsto, por nenhuma das alternativas outorgadas; e

4º - instalar, como unidades da UEMG, todas as IES já criadas ou autorizadas por lei ainda não instaladas, evitando-se, assim, que o problema persistisse futuramente.

Como primeiro passo, procedeu-se à incorporação de fundações públicas com sede na Capital, que, à época, ofereciam basicamente o ensino de graduação. O campus de Belo Horizonte incorporou os cursos de quatro escolas que já pertenciam ao Estado: Escola Guignard, Escola de Design, Escola de Música e Faculdade de Educação, consoante à Lei nº 11.539, de 1994. As mantenedoras das três primeiras IES foram extintas em 1995 pelo Decreto nº 36.639, de 10/1/95, transferindo-se também para os quadros da UEMG o pessoal docente e administrativo das entidades incorporadas.

Pela Lei nº 20.807 de 26 de julho de 2013 que “Dispõe sobre a absorção das fundações educacionais de ensino superior à Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG”, foi feita a absorção das Fundações de Diamantina; Passos; Ituiutaba; Campanha; Divinópolis; Fundação Helena Antipoff e Carangola. Através da Reitoria das unidades do Campus BH e das unidades do interior, a UEMG atua de forma integrada com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior e demais instituições a ela vinculadas, estabelecendo relações com a comunidade científica e órgãos de fomento à pesquisa.

Com a absorção das fundações associadas, a UEMG, atualmente, oferece 112 cursos, os quais contemplam 15 mil alunos, e 1.800 professores, contribuindo desta forma para a democratização do acesso ao ensino superior público e gratuito no Estado e para maior integração e desenvolvimento das regiões.

As Unidades da UEMG se constituem, não apenas, como alternativa aos modelos convencionais de instituição de ensino, mas também como política de desenvolvimento regional. Assim, a Universidade se configura, ao mesmo tempo, universal e regional.

### 3.1. Objetivos

Sem renunciar ao universalismo das ideias, a Universidade do Estado de Minas Gerais volta-se prioritariamente para o conhecimento e a transformação da realidade mineira. Ocupando uma posição singular no cenário brasileiro, como um território de passagem entre o Sul/Sudeste e o Nordeste, desde o ciclo do ouro, Minas Gerais tornou-se lugar de encontro nacional. Assim, a UEMG tem como seus objetivos mais gerais:

- a) Trabalhar intensamente na capacitação de professores nas diversas áreas de conhecimento dos cursos que são oferecidos por suas unidades acadêmicas;
- b) Orientar a criação de cursos e a definição de linhas de pesquisa em áreas que respondam às vocações regionais;
- c) Adotar sistemas acadêmicos de seleção e de preparação de alunos que permitam, igualmente, aos segmentos mais carentes da sociedade, o acesso ao ensino superior e o preparo para exercerem papel de relevância no desenvolvimento socioeconômico de suas regiões.

### 3.2. Missão

A UEMG tem como missão promover o ensino, a pesquisa e a extensão, de modo a contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a integração dos setores da sociedade e das regiões do Estado.

### 3.3. Visão

Ser referência como instituição promotora de ensino, pesquisa e extensão em consonância com políticas, demandas e vocações regionais do Estado.

### 3.4. Competências e Finalidades de UEMG

As finalidades e competências da UEMG foram instituídas pelo Decreto nº 45.873, de 30 de dezembro de 2011, com o fito de promover atividades de ensino superior, pesquisa e extensão, observadas as políticas da Secretaria de Estado de Educação (SEE), pela Subsecretaria de Ensino Superior, conforme reforma do Governo Estadual em 2019:

- ✓ contribuir para a formação da consciência regional, por meio da produção e difusão do conhecimento dos problemas e das potencialidades do Estado;
- ✓ promover a articulação entre ciência, tecnologia, arte e humanidade em programas de ensino, pesquisa e extensão;
- ✓ desenvolver as bases científicas e tecnológicas necessárias ao aproveitamento dos recursos humanos, dos materiais disponíveis e dos bens e serviços requeridos para o bem-estar social;
- ✓ formar recursos humanos necessários à transformação e à manutenção das funções sociais;
- ✓ construir referencial crítico para o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e humanístico nas diferentes regiões do Estado, respeitadas suas características culturais e ambientais;
- ✓ assessorar governos municipais, grupos socioculturais e entidades representativas no planejamento e na execução de projetos específicos;
- ✓ prestar assessoria a instituições públicas e privadas para o planejamento e a execução de projetos específicos no âmbito de sua atuação;
- ✓ promover ideais de liberdade e solidariedade para a formação da cidadania nas relações sociais;
- ✓ desenvolver o intercâmbio cultural, artístico, científico e tecnológico com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais;
- ✓ contribuir para a melhoria da qualidade de vida das regiões mineiras.

### 3.5. Cursos oferecidos pela Unidade Carangola

A Universidade do Estado de Minas Gerais oferece à comunidade local e da região os cursos de Administração, Ciências Biológicas, Cinema e Animação, Geografia, História, Letras (Português e Inglês), Matemática, Pedagogia, Serviço Social, Turismo e Sistemas de Informação.

#### 4. JUSTIFICATIVA

O curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Carangola, implantado em 2008, para atender à demanda apresentada pela sociedade, com o propósito de consolidar importantes estratégias no enfrentamento das expressões da questão social, no município de Carangola e região, que possuem características particulares, na formação histórica, política, econômica e social marcadas por uma colonização agropecuária, fundada principalmente pela cultura cafeeira.

A atual situação social, econômica e política da cidade de Carangola, assim como das demais cidades brasileiras, apresenta alto índice de desigualdades sociais. De acordo com o apontado no Atlas da exclusão social no Brasil, a cidade de Carangola se encontra em 1.238º lugar no *ranking* de exclusão social. Está localizada na Zona da Mata mineira, possui cerca de 32 mil habitantes e tem como principais atividades econômicas o comércio, serviços e, sobretudo, as atividades agropecuárias. Na área de saúde, é considerada cidade polo de uma microrregião de 12 municípios da Gerência Regional de Saúde de Manhumirim.

É possível dizer, ainda, que a cidade de Carangola posiciona-se como um referencial de polarização no que diz respeito à educação. Esta posição iniciou sua consolidação a partir do ano de 1972 com a criação da Faculdade de Filosofia e Letras de Carangola, com seus cursos de licenciaturas.

Geograficamente Carangola, está localizada num raio de 100 km das cidades apresentadas no Quadro 1, cuja população totaliza 400.077 habitantes.

### Quadro 1

#### População da Região Geoeeducacional

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>POPULAÇÃO ESTIMADA EM 2021</b>
Alto Caparaó	5.938
Alto Jequitibá	8.286
Caiana	5.584
Caparaó	5.464
Carangola	33.022
Divino	20.020
Durandé	7.898
Espera Feliz	25.287
Faria Lemos	3.202
Fervedouro	11.100
Manhuaçu	92.074
Manhumirim	22.894
Miradouro	10.818
Muriaé	109.997
Orizânia	8.138
Pedra Dourada	2.559
São Francisco do Glória	4.758
São João do Manhuaçu	11.785
Tombos	7.683
Vieiras	3.570
<b>TOTAL</b>	<b>400.077</b>

FONTE: IBGE, CIDADES, acesso em 06/12/22 <https://cidades.ibge.gov.br/>

O número de alunos que cursam o Ensino Médio nessas cidades é expressivo e a maioria desses estudantes é oriundo de famílias com renda entre dois e cinco saláriosmínimos, tal renda é insuficiente para custear os gastos mensais da família e pagar mensalidades de um curso de ensino superior em instituição privada.

É preciso destacar que a ampliação das ofertas educativas tem como efeito a produção de novas aspirações educacionais, o que pode ampliar as chances objetivas de que os jovens façam investimentos nos seus percursos educacionais, tenham maiores oportunidades para cursar a educação superior, assim como proporcionar melhorias na qualidade do atendimento à população, além de ampliar os serviços socioassistenciais em Carangola e região.

A efetivação do curso de Serviço Social na Unidade Carangola encontra-se respaldada na demanda por desenvolvimento econômico e social da população da região que reivindica o aprimoramento e a qualificação dos serviços que se inter-relacionam diretamente com o Serviço Social, bem como no que se refere às potencialidades que apresenta a região para a implementação de importantes políticas públicas e no campo dos movimentos sociais.

Nesse sentido, e por saber que a qualificação na área de Serviço Social é hoje um dos requisitos imprescindíveis para a melhoria da qualidade de vida da população empobrecida, a UEMG - Unidade Carangola, além de cumprir com seus objetivos sociais, está contribuindo com o desenvolvimento municipal, regional, estadual e nacional.

A implantação do curso de Serviço Social, em setembro de 2008, até o presente momento está favorecendo o fortalecimento e a valorização da profissão de assistente social na cidade e região de abrangência, significando, ainda, uma possibilidade de qualificação para os assistentes sociais formados que, através dos eventos promovidos pelo curso de Serviço Social, atualizam seus saberes, qualificando sua prática profissional e, concomitantemente partilham conhecimentos com os alunos, através da oferta de estágios em seus locais de trabalho, proporcionando uma formação profissional embasada nos princípios teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, com conteúdos sintonizados com o projeto ético-político da profissão, embasados no valor central, que é a liberdade e princípios valorativos como a igualdade e justiça social. Dessa forma, o PPC está de acordo com as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, conforme Resolução Nº. 15, de 13 de março de 2002. Encontra-se também em consonância com a lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social, Nº. 8.662, de 07 de junho de 1993 e como Código de Ética Profissional do/a Assistente Social.

A proposta do curso de Serviço Social da UEMG – Unidade Acadêmica de Carangola é formar profissionais com capacidade crítica para analisar a complexidade da realidade brasileira, com suas particularidades sócio-históricas, a partir do conhecimento teórico e ensino da prática para embasar e fundamentar as intervenções nos diversos espaços sócio-ocupacionais do/a assistente social para atender às demandas dos sujeitos que vivenciam no cotidiano as expressões da questão social seja no “trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública” (IAMAMOTO, 2007, p. 28) para embasar e fundamentar intervenções no enfrentamento das manifestações da questão social, que ainda caracteriza a sociedade brasileira como uma das mais excludentes do mundo. Conforme afirma IAMAMOTO:

Exatamente por isso, decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social, hoje é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada – quanto projetar e forjar formas de resistência já presentes, por vezes de forma parcialmente ocultas, no cotidiano dos segmentos majoritários da população que dependem do trabalho para a sua sobrevivência (IAMAMOTO, 2007, p, 28).

A partir do exposto, o PPC norteia suas ações com base em aspirações coletivas, objetivando a contribuição na formação profissional, pessoal, com foco nas expressões da questão social e suas formas de enfrentamento por meio das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa que permeiam uma formação acadêmico-profissional ao demarcar seu campo de atuação no que se refere às demandas tradicionais e emergentes.

## 5. OBJETIVOS

Os objetivos do curso de Serviço Social da UEMG – Unidade Acadêmica de Carangola se baseiam nas Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social de 08 de novembro de 1996 da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e nas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, Resolução nº15 de 13 de março de 2002.

### 5.1. Objetivo geral

5.1.1. Formar profissionais qualificados para o planejamento, formulação, implementação, gestão, execução, avaliação e monitoramento de políticas públicas, programas e projetos sociais, considerando a fundamentação teórico-

metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão.

## 5.2. Objetivos específicos

- 5.2.1. Formar profissionais capacitados para o desvelamento da realidade social, por meio da leitura crítica das expressões da questão social;
- 5.2.2. Formar profissionais capazes de estabelecer estratégias de enfrentamento das manifestações da questão social de forma criativa e propositiva;
- 5.2.3. Formar profissionais capacitados para a organização e mobilização da sociedade civil, tendo em vista o fortalecimento da Democracia e a ampliação do acesso aos direitos sociais, econômicos, políticos e civis da sociedade brasileira;
- 5.2.4. Formar profissionais comprometidos com o rigor teórico-metodológico, com o projeto ético-político e com o Código de Ética do Assistente Social.

## 6. PRINCÍPIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Com base nas novas diretrizes curriculares, definidas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) foram destacados os seguintes princípios da formação profissional:

- Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares- tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes

- curriculares;
- Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
  - Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
  - Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
  - Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
  - Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
  - Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular;
  - Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

## 7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PROFISSIONAIS

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à:

- Apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade;
- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país;
- Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.

Esses elementos se encontram nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social,

que estão em consonância com as determinações da Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social e estabelece as seguintes competências e habilidades técnico-operativas:

- Formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil;
- Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- Contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- Realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- Realizar estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais;
- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;
- Exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de serviço social;
- Assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino;
- Supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social.

## 8. PERFIL DO EGRESSO

Tendo em vista os princípios da formação profissional, pretende-se que o bacharel em Serviço Social formado pela UEMG- Unidade Carangola, seja um profissional:

- Que atue nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para o seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas,

empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

- Dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.
- Comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social.

## 9. NOVA ESTRUTURA CURRICULAR

### 9.1. Conteúdos

A nova proposta curricular do Curso de Serviço Social na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Acadêmica de Carangola sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos em três núcleos de fundamentação da formação profissional: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Conforme as orientações da Lei de Diretrizes da Educação (LDB) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Serviço Social que foram recomendadas pelo CNE/CES e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Esses três núcleos são considerados eixos articuladores da formação profissional, porque congregam uma totalidade de conteúdos necessários à apreensão da particularidade da atividade profissional na realidade. Estes conteúdos se desdobram, por sua vez, em áreas de conhecimento, que constituem uma unidade de conteúdos na formação profissional.

### 9.2. Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional

Os núcleos de fundamentação da formação profissional congregam um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especificam nos diversos componentes curriculares, considerados no projeto pedagógico como áreas de conhecimento necessárias à formação profissional. Esses componentes se materializam sob a forma de disciplinas, oficinas e laboratórios, atividades complementares: iniciação científica, projeto de extensão, participação em seminários, publicação de produção científica, entre outras. Os núcleos de fundamentação são:

- **Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da vida social:** Compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e éticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes para a compreensão da sociedade burguesa em seu movimento contraditório. Reafirma-se o trabalho como eixo central na constituição do ser social.
- **Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira:** Remete à compreensão da sociedade brasileira na configuração dependente urbano industrial, nas diversidades regionais e locais. Compreende ainda o significado do Serviço Social no conjunto das relações entre as classes e o Estado, abrangendo a dinâmica institucional na esfera estatal e privada.
- **Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional:** Compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como especialização do trabalho. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas, legalmente estabelecidas.

### 9.3. Matriz Curricular

Com base no princípio de flexibilização presente nas Diretrizes Curriculares, o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social oferece um menor número possível de disciplinas com pré-requisitos na nova estrutura curricular, orientando pedagogicamente o discente no momento da escolha das disciplinas para cumprimento em determinado período.

A flexibilidade na organização curricular também pode ser identificada na diversidade dos componentes curriculares, além do mais, a oferta de disciplinas da matriz curricular do curso utiliza a modalidade de ensino a distância, respeitados os princípios e limites estabelecidos pelo colegiado curso em no máximo 20% da carga horária total de disciplinas, esta decisão se respalda na Portaria nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019, que estabelece que cursos presenciais podem ofertar até 40% de suas disciplinas a distância. Diante disso, fica a critério do colegiado definir a porcentagem, assim como as disciplinas que poderão ser ofertadas nessa modalidade.

Vale ressaltar que todo corpo docente do curso de Serviço Social incentiva aos

discentes a utilização de meios tecnológicos, visando assim contribuir para o desenvolvimento de sua formação, pensando maneiras de garantir atividades extraclasse que contribuam para a formação e sua futura prática profissional. Assim, não deixando de registrar a importância da era da informação e da comunicação.

Considerando as exigências da Resolução COEPE/UEMG nº 323, de 28 de outubro de 2021, que dispõe sobre a abordagem curricular de conteúdos transversais em Gestão e Inovação nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UEMG, as disciplinas de Planejamento em Serviço Social e Estágio Supervisionado II e III trazendo consigo aspectos inovadores que contemplam propostas de gestão e intervenção na realidade cotidiana, tendo como principais objetivos a formulação e execução de projeto e produtos que deem conta de resolver ou amenizar aspectos institucionais que não funcionam como esperado para o atendimento da população usuária. E, para além disso, o curso de Serviço Social oferece alternativas de intervenção voltadas para análise e diagnóstico de demandas através de projetos de extensão e pesquisa realizados em parcerias com outras instituições.

A proposta de currículo pleno, apresentada neste projeto, estrutura-se da seguinte maneira: componentes curriculares obrigatórios, componentes curriculares eletivos, optativos, oficinas e laboratório. Os componentes curriculares obrigatórios congregam os conteúdos básicos e imprescindíveis à formação profissional. Os componentes curriculares eletivos podem ser cursados à livre escolha do discente em outra IES ou na própria Unidade Acadêmica em outros cursos. Já os componentes curriculares optativos serão oferecidos pelo próprio curso de Serviço Social. Esses componentes aprofundam os conteúdos específicos ministrados no decorrer do desenvolvimento do curso.

As oficinas possibilitam desenvolver a atitude investigativa e o aprendizado de habilidades técnico-instrumentais e as disciplinas de laboratório<sup>2</sup> tem o propósito de aprofundar os conhecimentos teórico-práticos, estimular o aluno a refletir sobre a realidade concreta e experimentada pela população demandante das políticas sociais para posterior intervenção; outro aspecto é o aprofundamento em outras áreas do saber profissional e nas questões que perpassam o cotidiano do trabalho profissional.

Ressaltamos que há uma exigência de pré-requisito para cursar as disciplinas de

---

<sup>2</sup> As oficinas e os laboratórios são componentes curriculares obrigatórios como espaço de construção do saber. Tais espaços compreendem um momento da formação teórico-prática que oportunizará ao aluno esta articulação, seja através de vivências, seja através da reflexão sobre a realidade concreta experimentada pela população - objeto de atendimento do Serviço Social.

laboratório, pois para que o aluno entenda e administre bem os seus conteúdos é necessário um embasamento anterior, que será fornecido pelas disciplinas Políticas Sociais e Serviço Social I e Instrumentos e Técnicas de Intervenção Profissional.

A atividade curricular obrigatória de Estágio Supervisionado em Serviço Social possibilita o exercício da relação teoria x prática a partir da inserção do aluno em espaços sócio-ocupacionais sob a supervisão de um profissional de Serviço Social. Convém destacar que, associado a este componente, está um conjunto de conteúdos que, de forma antecipada e concomitantemente, fundamentam e instrumentalizam teórica e metodologicamente a inserção do aluno na experiência do estágio.

Deve-se destacar que esta atividade curricular e os demais componentes a ela associados, nos quatro anos, compõem o núcleo da atividade profissional. O Estágio Supervisionado em Serviço Social prevê uma carga horária total de 450 horas, devendo ser cumpridas 120 horas no 5º semestre e 110 horas respectivamente no 6º, 7º e 8º semestres, sendo 10 horas semanais dedicadas às atividades de campo, 02 horas para seminário de socialização das práticas desenvolvidas pelos discentes e 02 horas semanais referentes a atividades de supervisão acadêmica nas disciplinas de Orientação e Treinamento Profissional, correspondendo ao total de 14 horas semanais.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) refere-se ao Processo de investigação e sistematização de conhecimentos referentes às experiências de estágio ou ao exercício de pesquisa desenvolvida ao longo do processo de formação profissional e está normatizada, conforme regulamentação anexa.

Também compõem componentes curriculares obrigatórios o cumprimento integral das atividades e carga horárias específicas de Atividades Acadêmico Culturais e Atividades de Extensão.

### 9.3.1. Componentes Curriculares do Núcleo de Fundamentos Teórico- metodológicos da vida social.

Filosofia (72 h/a)

Teoria Sociológica e Serviço Social (36 h/a)

Teoria Política (72 h/a)

Psicologia Social (72 h/a)

Antropologia Social (36 h/a)

Pensamento Social e Serviço Social I (72 h/a)

Pensamento Social e Serviço Social II (36 h/a)  
Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social (72 h/a)  
Direitos Humanos e Serviço Social (72 h/a)  
Português instrumental (72h/a)

9.3.2. **Componentes Curriculares do Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira**

Formação Sócio-Histórica do Brasil (72h/a)  
Legislação Social aplicada ao Serviço Social (36h/a)  
Questão Social, Serviço Social e Particularidades Regionais (72h/a)  
Serviço Social e o debate sobre Estado, Classes e Movimentos Sociais I (36h/a)  
Serviço Social e o debate sobre Estado, Classes e Movimentos Sociais II (72h/a)  
Política Social e Serviço Social I (72h/a)  
Política Social e Serviço Social II (72h/a)  
Política Social e Serviço Social III (72h/a)  
Serviço Social e as Relações Étnico-raciais no Brasil (72h/a)  
Laboratório de Políticas Sociais Especiais (36h/a)  
Universidade, Sociedade e Serviço Social (36h/a)  
Núcleo Temático de Extensão do Serviço Social (36h/a)

9.3.3. **Componentes Curriculares do Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional**

Introdução ao Serviço Social (36 h/a)  
Fundamentos Teórico-Metodológico do Serviço Social I (72h/a)  
Fundamentos Teórico-Metodológico do Serviço Social II (72h/a)  
Fundamentos Teórico-Metodológico do Serviço Social III (72h/a)  
Oficina de Pesquisa e Serviço Social I (72h/a)  
Oficina de Pesquisa e Serviço Social II (72h/a)  
Ética e Serviço Social (72h/a)  
Serviço Social e Processo de Trabalho (72h/a)  
Estágio Supervisionado em Serviço Social I (144h/a)  
Estágio Supervisionado em Serviço Social II (126h/a)  
Estágio Supervisionado em Serviço Social III (126h/a)  
Estágio Supervisionado em Serviço Social IV (126h/a)  
Orientação e Treinamento Profissional I (72h/a)

Orientação e Treinamento Profissional II (72h/a)  
Orientação e Treinamento Profissional III (72h/a)  
Orientação e Treinamento Profissional IV (72h/a)  
Análise Institucional (72h/a)  
Planejamento em Serviço Social (72h/a)  
Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social I (72h/a)  
Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social II (72h/a)  
Instrumentos e Técnicas de Intervenção Profissional (72h/a)  
Análises de Indicadores Sociais para o Serviço Social  
Introdução ao Trabalho Científico no Serviço Social (36h/a)  
Laboratório de Intervenção profissional (72h/a)

#### 9.3.4. Componentes curriculares optativos

Terceiro Setor e Serviço Social (36h/a)  
Serviço Social, Família e Gênero (36h/a)  
Crise do Capital (72h/a)  
Religião e Capitalismo (72h/a)  
Pensamento de Marx (72h/a)  
Participação social e democracia participativa (72h/a)  
Pobreza e Cidadania (72h/a)  
Território e Política Nacional de Assistência Social (72h/a)  
Serviço Social e Meio Ambiente (36h/a)  
Trabalho e Identidade Profissional (36h/a)  
Instrumentalidade do Serviço Social (72h/a)  
Tópicos Especiais em Serviço Social (36h/a)  
Libras (72h/a)  
Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (36h/a)  
Avaliação e Monitoramento em Políticas Públicas (72h/a)  
Serviço Social, Crianças, Adolescentes (72h/a)  
Serviço Social e Saúde Mental (36h/a)  
Serviço Social e Educação (72h/a)

## 9.4. Grade Curricular do Curso de Serviço Social

1º PERÍODO								
Código	Disciplina	Tipo	Pré-requisitos	AT	AP	Carga Horária h/a	Horas	Créditos
ISS	Introdução ao Serviço Social	OB		36	-	36	30	2
FSHB	Formação sócio-histórica do Brasil	OB		72	-	72	60	4
FIL	Filosofia	OB		72	-	72	60	4
TS	Teoria Sociológica e Serviço Social	OB		36	-	36	30	2
PORT	Português Instrumental	OB		72	-	72	60	4
LSASS	Legislação Social aplicada ao Serviço Social	OB		36	-	36	30	2
<b>Subtotal</b>						<b>324</b>	<b>270</b>	<b>18</b>
<b>Componente curricular</b>								
USBSS	Universidade, Sociedade Brasileira e Serviço Social (extensão <sup>3</sup> )	OB		18	18	36	30	2
AE	Atividades de Extensão	OB			36	36	30	2
<b>Total</b>						<b>396</b>	<b>330</b>	<b>22</b>

2º PERÍODO								
Código	Disciplina	Tipo	Pré-requisitos	AT	AP	Carga Horária h/a	Horas	Créditos
FTMSS I	Fundamentos Teórico-Metodológicos de SS I	OB	ISS	72	-	72	60	4
PSIC	Psicologia Social	OB		72	-	72	60	4
TP	Teoria Política	OB		72	-	72	60	4
ITCSS	Introdução ao trabalho científico no Serviço Social	OB		36	-	36	30	2
QSSSPR	Questão Social, Serviço Social e Particularidades Regionais	OB		72	-	72	60	4
ANT	Antropologia Social	OB		36	-	36	30	2
<b>Subtotal</b>						<b>360</b>	<b>300</b>	<b>20</b>
<b>Componente Curricular</b>								
ACCC	Atividades Acadêmico-científico-culturais	OB		-	18	18	15	1
AE	Atividades de Extensão	OB			36	36	30	3
<b>Total</b>						<b>432</b>	<b>360</b>	<b>24</b>

<sup>3</sup> Componente curricular obrigatório para o cumprimento das atividades de extensão realizado na grade horária do curso.

3º PERÍODO								
Código	Disciplina	Tipo	Pré-requisitos	AT	AP	Carga Horária h/a	Horas	Créditos
FTSS II	Fundamentos Teórico-Metodológicos de SS II	OB	FTSS I	72	-	72	60	4
PSSS I	Pensamento Social e Serviço Social I	OB	TP	72	-	72	60	4
TSSS	Trabalho e Sociabilidade e Serviço Social	OB		72	-	72	60	4
SSECMS I	Serviço Social e o debate sobre Estado, Classes e Movimentos Sociais I	OB		36	-	36	30	2
OPSS I	Oficina de Pesquisa em Serviço Social I	OB	ITCSS	72	-	72	60	4
<b>Subtotal</b>						<b>324</b>	<b>270</b>	<b>18</b>
<b>Componente Curricular</b>								
NTESS	Núcleo Temático de Extensão do Serviço Social <sup>4</sup>	OB	USBSS	18	18	36	30	2
AE	Atividades de Extensão	OB			36	36	30	2
<b>Total</b>						<b>396</b>	<b>330</b>	<b>22</b>

4º PERÍODO								
Código	Disciplina	Tipo	Pré-requisitos	AT	AP	Carga Horária h/a	Horas	Créditos
FTMSS III	Fundamentos Teórico-Metodológicos de SS III	OB	FTMSS II	72	-	72	60	4
SSPT	Serviço Social e Processo de Trabalho	OB		50	22	72	60	4
ITIP	Instrumentos e Técnicas de Intervenção Profissional	OB		72	-	72	60	4
PSSS I	Política Social e Serviço Social I	OB		72	-	72	60	4
OPSS II	Oficina de Pesquisa em Serviço Social II	OB	OPSS I	-	72	72	60	4
<b>Subtotal</b>						<b>360</b>	<b>300</b>	<b>20</b>
<b>Componente Curricular</b>								
ACCC	Atividades Acadêmico-científico-culturais	OB		-	18	18	15	1
AE	Atividades de Extensão	OB			36	36	30	2
<b>Total</b>						<b>414</b>	<b>345</b>	<b>23</b>

<sup>4</sup> Componente curricular obrigatório para o cumprimento das atividades de extensão realizado na grade horária do curso.

5º PERÍODO								
Código	Disciplina	Tipo	Pré-requisitos	A T	AP	Carga Horária h/a	Horas	Créditos
ESS	Ética e Serviço Social	OB		72	-	72	60	4
OTP I	Orientação e Treinamento Profissional I	OB	SSPT	72		72	60	4
SSECMS II	Serviço Social e o debate sobre Estado, Classes e Movimentos Sociais II	OB	SSECMSI	72	-	72	60	4
PSSS II	Política Social e Serviço Social II	OB	PSSS I	72	-	72	60	4
AI	Análise Institucional	OB		48	24	72	60	4
<b>Subtotal</b>						<b>360</b>	<b>300</b>	<b>20</b>
<b>Componente Curricular</b>								
ACCC	Atividades Acadêmico-científico-culturais	OB		-	18	18	15	1
ESSS I	Estágio Supervisionado em Serviço Social I	OB	ESS/ SSPT	-	144	144	120	8
AE	Atividades de Extensão	OB			36	36	30	2
<b>Total</b>						<b>558</b>	<b>465</b>	<b>31</b>

6º PERÍODO								
Código	Disciplina	Tipo	Pré-requisitos	AT	AP	Carga Horária h/a	Horas	Créditos
OTP II	Orientação e Treinamento Profissional II	OB	OTP I	72	-	72	60	4
AISSS	Análise de Indicadores Sociais para o Serviço Social	OB		36	-	36	30	2
PSSS III	Política Social e Serviço Social III	OB	PSSS II	72	-	72	60	4
LIP	Laboratório de intervenção profissional <sup>5</sup>	OB	ITIP	-	72	72	60	4
PSSS II	Pensamento Social e Serviço Social II	OB	PSSSI	36	-	36	30	2
DHSS	Direitos Humanos e Serviço Social	OB		72	-	72	60	4
<b>Subtotal</b>						<b>360</b>	<b>300</b>	<b>20</b>
<b>Componente Curricular</b>								
ACCC	Atividades Acadêmico-científico-culturais	OB		-	18	18	15	1
ESSS II	Estágio Supervisionado em Serviço Social II	OB	ESSS I	-	126	126	110	8
AE	Atividades de Extensão	OB			36	36	30	2
<b>Total</b>						<b>558</b>	<b>465</b>	<b>31</b>

<sup>5</sup> Para cursar essa disciplina o aluno terá que cursar anteriormente a disciplina Instrumentos e Técnicas de Intervenção Profissional que dará a base (recursos teóricos) para o aluno poder vivenciar (praticar) no laboratório os instrumentos e técnicas que são utilizados na prática profissional do Assistente Social, concomitantemente o aluno estará iniciando o estágio supervisionado II, para construir o projeto de intervenção profissional.

7º PERÍODO								
Código	Disciplina	Tipo	Pré-requisitos	AT	AP	Carga Horária h/a	Horas	Créditos
OTP III	Orientação e Treinamento Profissional III	OB	OTP II	72	-	72	60	4
PSS	Planejamento em Serviço Social	OB		72	-	72	60	4
LPSE I	Laboratório de Políticas Sociais Especiais	OB	PSSS I	-	36	36	30	2
TCC I	Trabalho de Conclusão de Curso I	OB	ESSS I/OPSS II	72	-	72	60	4
<b>Subtotal</b>						<b>252</b>	<b>210</b>	<b>14</b>
<b>Componente Curricular</b>								
ESSS III	Estágio Supervisionado em Serviço Social III	OB	ESSS II	-	126	126	110	7
AE	Atividades de Extensão	OB			36	36	30	2
EL1	Eletiva 1	EL		36	-	36	30	2
OP1	Optativa 1	OP		36		36	30	2
<b>Total</b>						<b>486</b>	<b>105</b>	<b>27</b>

8º PERÍODO								
Código	Disciplina	Tipo	Pré-requisitos	AT	AP	Carga Horária h/a	Horas	Créditos
OTP IV	Orientação e Treinamento Profissional IV	OB	OTP III	72	-	72	60	4
SSRERB	Serviço Social e as Relações Étnico-raciais no Brasil	OB		72	-	72	60	4
TCC II	Trabalho de Conclusão de Curso II	OB	TCC I	72	-	72	60	4
<b>Subtotal</b>						<b>216</b>	<b>180</b>	<b>12</b>
<b>Componente Curricular</b>								
ESSS IV	Estágio Supervisionado em Serviço Social IV	OB	ESSS III		126	126	110	7
AE	Atividades de Extensão	OB			18	15	15	2
OP2	Optativa 2	OP		72	-	72	60	4
<b>Total</b>						<b>450</b>	<b>375</b>	<b>25</b>

## 9.5. Síntese da Matriz Curricular

<b>Serviço Social - Carangola</b> <b>Distribuição da carga horária</b>	<b>Horas/aula</b>	<b>Horas</b>	<b>Créditos (referencial 15)</b>
Conteúdos curriculares obrigatórios	2.556	2.130	142
Disciplinas optativas	108	90	6
Disciplinas eletivas	36	30	2
Atividades acadêmico-científico culturais	72	60	4
Estágio Supervisionado em Serviço Social	540	450	30
Subtotal de carga horária / créditos*	3.312	2.760	184
Atividades de Extensão**	378	315	21
Total de carga horária / créditos	3.690	3.075	205

\* Subtotal para base de cálculo de Atividades de Extensão e Estágio Supervisionado.

\*\* RESOLUÇÃO nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018, que estabelece as Diretrizes de Extensão na Educação Superior Brasileira, Art. 12, inciso I – a previsão institucional e o cumprimento de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular.

## 10. METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O Curso de Serviço Social privilegia a interação dialógica como base teórica das relações de ensino-aprendizagem. Nessa concepção, os participantes do processo não fazem somente expressar um pensamento, ou transmitir uma informação, mas trabalham simultaneamente com seus interlocutores.

Sabe-se que é por meio da linguagem que o homem decodifica a realidade e nela intervém, quer seja transformando-a quer seja ratificando-a. Nessa perspectiva, entende-se que a proposta metodológica do projeto pedagógico reflita essa concepção.

Assim, durante todo o desenvolvimento do curso, espera-se superar a passividade que tende a dominar a sala de aula numa perspectiva tradicional e buscar nas atividades, estratégias de ensino e atitude docente, uma concepção educativa progressista, pautada na interação, na mediação e, principalmente, na aprendizagem como elemento sustentador da

relação professor-aluno. O aluno deverá compreender o contexto sócio-histórico em que está inserido, para fazer parte da construção teórica que fundamentará sua formação profissional. Desse modo, ele poderá se apresentar com competência própria, realizando-se como sujeito ativo, crítico e participativo.

Não caberia mais ao aluno acumular passivamente as informações dos conteúdos, mas de forma crítica e postura intelectual madura, articular novos conhecimentos a conhecimentos prévios, dando saltos qualitativos nos seus esquemas cognitivos e afetivos da inteligência.

Diversificadas metodologias podem ser utilizadas a partir deste princípio, bem como diferentes recursos de ensino. Como exemplos: o uso de técnicas diversificadas de leitura e produção de textos, técnicas de ensino, dinâmicas de grupo e trabalhos em grupo diversificados. Como recursos de ensino, o uso de TV, vídeo, DVD, data show, laboratório de informática, quadro de giz, videoconferência, livros, textos, cartazes, entre outros.

A aprendizagem, nesse processo de formação integral, deverá ser orientada pelo princípio metodológico geral traduzido pela ação-reflexão-ação que aponta a resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas de ensino.

Ao se considerar a realidade humana e social atual, caracterizada pelo avanço tecnológico e a informação instantânea, pela globalização e pela abordagem da concepção dialética de educação, será levada em conta, na metodologia do curso, a relação dialética entre teoria - prática – teoria, contemplando, ao longo do curso:

- a) a inclusão das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania;
- b) em “um fazer” sustentado por um “dizer” e vice-versa;
- c) um modelo interdisciplinar com integração dos conteúdos teóricos e práticos, através da observação e intervenção na realidade. Utilização de práticas e de recursos de ensino que estimulem maior envolvimento dos alunos e professores com o objetivo de estudo.
- d) a utilização de metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e a integração dos conteúdos, além de estimular a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.
- e) a busca de um novo paradigma de intervenção pedagógica fundamentado na perspectiva da educação continuada; do registro das ações docentes, da pesquisa, da

inventividade, da compreensão da dimensão social e da formação do ser humano para o exercício da cidadania.

No Curso de Serviço Social, o aluno deve desenvolver habilidades para analisar, descrever e explicar os fenômenos de estudo não só de forma empírica, mas também com competência teórica e reflexão crítica, com fundamentação teórica e metodológica.

A construção de uma postura crítico-reflexiva, pelo aluno, acerca das discussões atuais do mundo contemporâneo, também é primordial nessa nova organização curricular.

Na presente proposta, o exercício de elaboração do pensamento, que conduzirá a uma construção permanente de criticidade acerca do mundo social, deverá perpassar todos os conteúdos a serem discutidos, como ponto de partida e de chegada. Sempre provisórios em relação à dinâmica do processo de desenvolvimento humano.

Salientamos, também, a necessidade de indissociabilidade entre teoria e prática. Entendemos que aprender envolve diferentes níveis de organização da inteligência e o nível teórico é apenas um deles.

Acreditamos, ainda, que dar equilíbrio a estas questões teórico-práticas, é importante no sentido de possibilitar a passagem de um nível de aprendizado mecanicamente treinado para um nível de aprendizagem que se incorpora ao fazer, ao pensar, ao agir, ao intervir, enfim, à essência humana.

## 11. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem e do desempenho é feita de forma continuada e cumulativa, permitindo o diagnóstico do desenvolvimento do discente nas diferentes etapas do processo pedagógico, no que diz respeito a conhecimentos adquiridos, habilidades e atitudes, possibilitando ao discente refazer trajetos e recuperar conteúdos não dominados no percurso.

Estas avaliações consistem de provas, testes, apresentação de trabalhos individuais e em grupo, desempenho em atividades curriculares, tais como seminários, pesquisas, relatórios, implementação de projetos, debates e práticas laboratoriais, previamente previstos no programa das disciplinas.

A distribuição das notas de cada disciplina obedecerá ao sistema da Universidade e aos critérios de cada professor, sendo avaliada, ainda pela coordenação e pelo Colegiado do Curso, em tempo de aprovação dos planos de ensino de cada disciplina.

### 11.1. Sistema de Aprovação

Para obter a aprovação nas disciplinas cursadas no curso de Serviço Social o discente deverá atender aos seguintes critérios:

1- Frequência igual ou superior a 75% na disciplina; 2- Média obtida na disciplina:

Média  $\geq$  60 → **APROVADO NA DISCIPLINA SEM EXAME FINAL**

Média de 40 a 59 → **EXAME FINAL PARA A DISCIPLINA EM QUESTÃO**

Média  $\leq$  39 → **REPROVADO NA DISCIPLINA**(Dependência), sem direito a exame final

*Média com o Exame Final:*  $\geq$  60 **APROVADO**  
 $<$  60 **REPROVADO**

## 11.2. Exigências para Colação de Grau

A UEMG outorgará o grau de Bacharel em Serviço Social ao discente que cumprir todas as exigências do curso, a saber:

- Aprovação em todas as disciplinas da matriz curricular;
- Concretização dos relatórios de estágios supervisionados obrigatórios;
- Cumprimento das 60 horas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais;
- Cumprimento das 315 horas de atividades extensionistas;
- Cumprimento das disciplinas optativas e eletivas;
- Aprovação no seu Trabalho de Conclusão de Curso mediante defesa pública.
- Participação no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE.

## 12. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O Curso de Serviço Social da UEMG – Unidade Carangola entende a avaliação como um processo de autocrítica e realinhamento de suas diretrizes pedagógicas. Dessa forma, considera-se como dos aspectos fundamentais da proposta em pauta o acompanhamento avaliativo sistemático das atividades acadêmicas.

De acordo com essa perspectiva, o curso será avaliado segundo as normas da Comissão Própria de Avaliação – CPA/UEMG, baseada em princípios democráticos e de

valorização da auto-avaliação contínua, sistemática e com horizonte no planejamento. Tomará como indicativos: avaliação do desempenho da coordenação, do docente, do discente, além das condições e processos do curso, envolvendo os seguintes aspectos: perfil profissional; interdisciplinaridade; enfoques e organização curricular; estágio curricular; aspectos infra-estruturais; estrutura organizacional do curso; relação ensino/pesquisa/extensão.

Frente às mudanças constantes no mercado de trabalho, às mudanças tecnológicas e às necessidades regionais, o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social poderá e deverá ser constantemente reavaliado, buscando atender a novas demandas. Poderá também ser transformado mediante necessidades percebidas pela IES, pelo corpo docente e discente, além das mudanças propostas pelo Conselho Estadual de Educação, quando de suas visitas para avaliação.

A avaliação ocorrerá em momentos específicos, a saber:

- Reuniões semestrais dos membros do Núcleo Docente Estruturante – NDE: núcleo composto por docentes com formação na área de Serviço Social, lotados no curso de Serviço Social, para discussão sobre as questões relacionadas ao projeto pedagógico e atividades acadêmicas realizadas no âmbito do curso de graduação em Serviço Social;
- Reuniões semestrais do Colegiado de Curso: Os membros do colegiado constituirão grupo de análise dos planos de ensino: oficinas e/ou reuniões semestrais com docentes, que analisarão os planos de ensino, considerando a quantidade e a ordem de conteúdos relacionados à ementa e ainda aos demais planos trabalhados no período letivo. Será analisado ainda em relação à metodologia dos encontros e a bibliografias utilizadas. Esta análise subsidiará possíveis mudanças no plano a ser seguido ao longo do semestre. No início de novo semestre, todos os planos serão analisados, os docentes responsáveis discutirão as estratégias eficazes e aquelas que apontam a necessidade de mudanças. Assim, instala-se um processo permanente de avaliação e transformação;
- Avaliação semestral com os discentes: atividade periódica, organizada pela Coordenação de Curso com a participação dos docentes, com o objetivo de perceber a avaliação que o discente faz do curso. Esta avaliação poderá ser

organizada através de questionário, seminário e oficina dirigida ao estudante para que ele possa avaliar o curso.

### 13. ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

O estágio é caracterizado, nas diretrizes curriculares da ABEPSS, 1996 como atividade curricular obrigatória, que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-ocupacional, tendo em vista a sua capacitação para o trabalho profissional (IAMAMOTO, 2007, p. 283).

Conforme a lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, o estágio para os cursos de graduação “é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior [...]”.

O Estágio de Serviço Social está regulamentado em lei, em conformidade com o disposto no parecer CNE/CES nº 492/2001, homologado pelo Ministério de Estado da Educação em 09 de julho de 2001 e consubstanciado na Resolução CNE/CES 15/2002, publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 2002, além das legislações e resoluções específicas da profissão de Serviço Social, conforme já apresentadas anteriormente, no item 2 deste PPC.

Na UEMG- Unidade Carangola, o estágio será desenvolvido do 5º ao 8º período do curso, e antes de ser inserido no campo, o aluno terá prévia aproximação à realidade do mercado profissional de trabalho por meio de contatos e observação do trabalho de assistentes sociais, bem como de estudos teóricos sobre a “questão social” e suas expressões particulares na realidade do município de Carangola e/ou região, fomentados nos debates das diferentes disciplinas, assim como, nas atividades extensionistas.

O acompanhamento pedagógico tem seu início no 5º período do curso, quando a coordenação de estágio apresenta aos discentes a Política de Estágio, e realiza a orientação que subsidiará a inserção no campo. Segue-se a isso a apresentação da documentação de estágio própria do Curso de Serviço Social, constante nos Kits de Estágio (I, II, III e IV). O acompanhamento na unidade de ensino é realizado pelo professor Assistente Social, supervisor acadêmico, por meio das disciplinas de Estágio, fases (I, II, III e IV) e das atividades integradas que visam o aprofundamento dos eixos teóricos que norteiam o estágio.

Nesse sentido, o Estágio é entendido como um momento singular no processo de formação profissional, caracterizado pela inserção do aluno no espaço sócio-ocupacional de trabalho do assistente social, objetivando o aprendizado, por meio dos fundamentos

teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, onde o estagiário realiza um conjunto de atividades, possibilitando a construção de articulação entre teoria e realidade, mediante a aproximação com a realidade vivenciada nos campos de estágio.

De acordo com a Política Nacional de Estágio (PNE),

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do (a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais (ABEPSS, 2010, p.11).

Ainda segundo a PNE/ABEPSS (2010), a materialização do estágio curricular supervisionado deve ocorrer de acordo com os princípios ético-políticos da profissão, explicitados no Código de Ética dos assistentes sociais de 1993, princípios estes que norteiam o projeto profissional.

A aproximação do (a) acadêmico (a) ao movimento da realidade concreta se dá na apreensão e reflexão teórico-crítica da historicidade na relação entre totalidade particularidade, singularidade, desde que compreendido como processo de aprendizagem dos estudantes e que, necessariamente, associe-se à realidade legitimando a construção do conhecimento como um processo social, coletivo e histórico.

De acordo com a Resolução CFESS Nº 533/2008, a PNE/ABEPSS (2010) estabelece para o estágio curricular obrigatório:

- a) inserção discente em atividades atinentes ao exercício da profissão;
- b) garantia de supervisão acadêmica e de campo;
- c) exigência de relatórios semestrais;
- d) documento comprobatório da carga horária cumprida no campo de estágio;
- e) pré-requisitos ou co-requisitos de disciplinas que abordem conteúdos relacionados a ética profissional e fundamentos histórico-teórico-metodológicos do Serviço Social para a inserção nesta atividade;
- f) o(a) docente responsável pela supervisão destes estágios deverá acompanhar o(a) estagiário(a) por meio de encontros com os(as) estudantes; avaliação das condições éticas e técnicas do campo de estágio e da vinculação das atividades discentes previstas no Termo de Compromisso de Estágio (TCE) ao exercício da profissão Serviço Social; acompanhamento do instrumento comprobatório da

requência no campo; orientação e avaliação dos relatórios elaborados pelo(a) estagiário(a);

g) ser necessariamente ofertado como disciplina.

Cabe aos professores **supervisores acadêmicos** orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, em constante diálogo com o supervisor de campo, com vistas à qualificação do estudante durante seu processo de formação e aprendizagem das dimensões que norteiam o exercício profissional, – teórico-metodológicas, ético- políticas e técnico-operativas – em conformidade com o plano de estágio (ABEPSS, 2010).

Aos **supervisores de campo**, responsável pela supervisão profissional, compete o acompanhamento, orientação e avaliação das atividades desenvolvidas no campo de estágio, em conformidade com o plano de estágio, elaborado em consonância com o projeto pedagógico, garantindo permanentemente o diálogo com o (a) supervisor (a) acadêmico (a), no processo de supervisão (id. *ibid.*).

Aos **estagiários**, enquanto sujeito investigativo, crítico e interventivo, compete compreender a realidade social, uma vez que, inserido no processo ensino- aprendizagem, possa construir conhecimentos e experiências coletivamente, que solidifique a qualidade de sua formação, por meio do enfrentamento de situações presentes na ação profissional, sendo capaz de identificar as relações de força, os sujeitos e as contradições da realidade social (id. *ibid.*).

De acordo com a PNE/ABEPSS, (2010) as principais atribuições dos respectivos sujeitos são:

#### **Do(a) Supervisor(a) Acadêmico(a):**

- 1 Orientar os (as) supervisores (as) de campo e estagiários (as) sobre a política de estágio da UFA, inserindo o debate atual do estágio supervisionado e seus desdobramentos no processo de formação profissional;
- 2 Orientar os (as) estagiários (as) na elaboração do Plano de Estágio, conjuntamente com os (as) supervisores de campo, de acordo com os objetivos acadêmicos, em consonância com o projeto pedagógico e com as demandas específicas do campo de estágio;
- 3 Supervisionar as atividades desenvolvidas pelos estagiários na Unidade de Formação Acadêmica (UFA) por meio de encontros sistemáticos, com horários

previamente estabelecidos, e no local de desenvolvimento do estágio, quando da realização das visitas sistemáticas aos campos de estágio, contribuindo na efetivação da supervisão direta e de qualidade, juntamente com o supervisor de campo;

- 4 Auxiliar o (a) estagiário (a) no processo de sistematização do conhecimento, orientando e revisando suas produções teóricas, como também contribuindo no processo pedagógico de análise do trabalho profissional;
- 5 Receber, ler, manter sigilo e observar criticamente as sínteses profissionais construídas pelos (as) estagiários (as), conduzindo a supervisão embasada em pressupostos teóricos, ético, políticos, técnico-operativos que contribuam com uma formação integral;
- 6 Organizar e participar de reuniões, encontros, seminários e outras atividades que se fizerem necessárias, com os supervisores de campo na UFA para atualizações acerca de demandas à profissão, qualificação do processo de formação e exercício profissional e o aprofundamento teórico sobre temáticas pertinentes à efetivação da supervisão direta;
- 7 Acompanhar a trajetória acadêmica do (a) estagiário (a), no que se refere ao processo de estágio, por meio da documentação específica exigida pelo processo didático de aprendizagem da UFA;
- 8 Fornecer, à coordenação de estágio ou órgão competente, os documentos necessários para compor o prontuário de cada estagiário;
- 9 Receber e analisar o controle de frequência, relatórios e demais documentos solicitados para avaliação dos acadêmicos em cada nível de estágio;
- 10 Avaliar o estagiário emitindo parecer sobre sua frequência, desempenho e atitude ético-crítica e técnico-política no exercício do estágio, atribuindo o respectivo conceito ou à respectiva nota;
- 11 Encaminhar à coordenação de estágio, relato de irregularidade ou demanda específica sobre a atuação dos campos, para efeito de realização de visita institucional.

**Do (a) Supervisor (a) de Campo:**

- 1 Comunicar à coordenação de estágio da UFA o número de vagas por semestre e

definir, em consonância com o calendário acadêmico e conjuntamente com a coordenação de estágio, o início das atividades de estágio do respectivo período, a inserção do estudante no campo de estágio e o número de estagiários por supervisor de campo, em conformidade com a legislação vigente;

- 2 Elaborar e encaminhar à coordenação de estágios do Curso de Serviço Social da UFA o Plano de trabalho do Serviço Social com sua proposta de supervisão e o respectivo cronograma de realização desta atividade;
- 3 Certificar se o campo de estágio está na área do Serviço Social, em conformidade às competências e atribuições específicas, previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993, objetivando a garantia das condições necessárias para o que exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética, requisitos fundamentais ao processo de formação do estagiário;
- 4 Oportunizar condições institucionais para o desenvolvimento das competências e habilidades do (a) estagiário (a), assumindo a responsabilidade direta das ações desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição conveniada;
- 5 Disponibilizar ao (à) estagiário (a) a documentação institucional e de temáticas específicas referentes ao campo de estágio;
- 6 Participar efetivamente na elaboração do plano de estágio dos supervisionados, de acordo com o projeto pedagógico do curso, em parceria com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), e manter cópia do referido documento no local de estágio;
- 7 Realizar encontros sistemáticos, com periodicidade definida (semanal ou quinzenalmente), individuais e em grupos com os (as) estagiários (as), para acompanhamento das atividades de estágio e discussão do processo de formação profissional e seus desdobramentos, bem como de estratégias pertinentes ao enfrentamento das questões inerentes ao cotidiano profissional;
- 8 Participar efetivamente do processo de avaliação continuada do estagiário, juntamente, com o supervisor acadêmico; quando da avaliação semestral, emitir parecer e nota de acordo com instrumental qualitativo, construído pelo coletivo dos sujeitos e fornecido pela coordenação de estágio da UFA;
- 9 Participar das reuniões, encontros de monitoramento, avaliação e atualização, seminários, fóruns de supervisores e demais atividades promovidas pela Coordenação de Estágios da UFA, para o devido estabelecimento da unidade imprescindível ao processo pedagógico inerente ao estágio supervisionado;

- 10 Encaminhar as sugestões e dificuldades à coordenação de estágios da UFA e contatar com os supervisores acadêmicos, Coordenador (a) de Estágios ou Coordenador (a) de Curso quando julgar necessário;
- 11 Manter o controle atualizado da folha de frequência do estagiário, observando a carga horária exigida no respectivo nível de estágio e atestando o número de horas realizado pelo estagiário;
- 12 Atender às exigências de documentação e avaliação solicitadas pela Coordenação de Estágio da UFA;
- 13 Decidir, juntamente com a Coordenação de Estágios e a Supervisão Acadêmica, sobre os casos de desligamento de estagiários;
- 14 Avaliar a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio.

**Do (a) estagiário (a):**

- 1 Observar e zelar pelo cumprimento dos preceitos ético-legais da profissão e as normas da instituição campo de estágio;
- 2 Informar ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios, conforme o caso, qualquer atitude individual, exigência ou atividade desenvolvida no estágio, que infrinja os princípios e preceitos da profissão, alicerçados no projeto ético-político, no projeto pedagógico do curso e/ ou nas normas institucionais do campo de estágio;
- 3 Apresentar sugestões, proposições e pedido de recursos que venham a contribuir para a qualidade de sua formação profissional ou, especificamente, o melhor desenvolvimento de suas atividades;
- 4 Agir com competência técnica e política nas atividades desenvolvidas no processo de realização do estágio supervisionado, requisitando apoio aos supervisores, de campo e acadêmico, frente a um processo decisório ou atuação que transcenda suas possibilidades;
- 5 Comunicar e justificar com antecedência ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios, conforme o caso, quaisquer alterações, relativas a sua frequência, entrega de trabalhos ou atividades previstas;
- 6 Apresentar ao coordenador de estágio, no início do período, atestado de

- vacinação, no caso de realizar seu estágio em estabelecimento de saúde;
- 7 Realizar seu processo de estágio supervisionado em consonância com o projeto ético-político profissional;
  - 8 Reconhecer a disciplina de Estágio Curricular em Serviço Social como processo e elemento constitutivo da formação profissional, cujas estratégias de intervenção constituam-se na promoção do acesso aos direitos pelos usuários;
  - 9 Participar efetivamente das supervisões acadêmicas e de campo, tanto individuais como em grupos, realizando o conjunto de exigências pertinentes à referida atividade;
  - 10 Comprometer-se com os estudos realizados nos grupos de supervisão de estágio, com a participação nas atividades concernentes e com a documentação solicitada.

Na UEMG – Unidade Acadêmica de Carangola, assim como determina a PNE/ABEPSS, ao iniciar o estágio supervisionado o aluno terá o acompanhamento acadêmico do estágio, que é uma atividade integrada aos Núcleos Temáticos, realizado por um/a professor/a de Serviço Social nele integrado, responsável por ministrar as Oficinas de Supervisão Acadêmica (I, II, III e IV), assumindo o papel de supervisor acadêmico. Nas oficinas de supervisão acadêmica seguimos a Resolução CFESS nº533/2008 e a PNE/ABEPSS (2010), na qual estabelece que o (a) professor (a) supervisor (a) acadêmico não pode orientar um número maior do que 15 discentes, sendo identificada esta situação, faz-se necessária a designação de mais um (a) profissional para orientação discente de estágio. Os discentes são distribuídos em turmas subdivididas por áreas de atuação/conhecimento do Serviço Social, como políticas sociais, fundamentos, trabalho, questão rural e urbana, dentre outras. Desta forma, cada professor será responsável por um grupo de 6 a 15 alunos distribuídos em, no máximo, três campos de estágios, aglutinados por áreas temáticas comuns. **(Ver Regulamento do Estágio Supervisionado em Serviço Social em anexo).**

### 13.1. Natureza das atividades

- Observação sistemática e leitura crítica da realidade, partindo da fundamentação teórico-metodológica e ético-política e a articulação com as experiências no campo de estágio;
- Identificação dos recursos da comunidade, a organização do catálogo de

recursos e sua relação com o exercício profissional;

- Análise crítica da realidade social, desvelamento das expressões da questão social e elaboração de estratégias de intervenção conforme o projeto ético-político do Serviço Social;
- A interdisciplinaridade enquanto metodologia propositiva na formação do assistente social;
- Habilidade para análise de conjuntura e registros do trabalho profissional por meio de elaboração de documentos, relatórios e criação de instrumentos técnico-operativos objetivando a divulgação e sistematização do exercício profissional;
- Efetiva articulação teoria-prática, por vinculação com temas e abordagens pertinentes à realidade brasileira, desvelamento das expressões da questão social e identificação das demandas dos usuários com elaboração e apresentação de projetos a partir dos dados coletados, articulando assim teoria e prática.

### 13.2. Objetivos

- Promover a articulação da fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa e o cotidiano do trabalho profissional do assistente social;
- Fomentar a constituição do exercício profissional em sua dimensão teórico metodológica, enquanto elemento fundante do processo de construção do conhecimento;
- Incentivar a formulação e implantação de propostas de intervenção na realidade de trabalho do assistente social, conforme prevê o projeto ético-político do Serviço Social;
- Consolidar a articulação entre teoria e prática na experiência do estágio.
- Fortalecer a interação com as várias áreas profissionais, capacitando o estagiário para o trabalho interdisciplinar e/ou multidisciplinar.

### 13.3. Princípios norteadores

- Superar a dicotomia teoria-prática na formação em Serviço Social, sendo o estágio uma das, não a única, atividade integradora da formação do assistente social;
- O estágio se constitui numa atividade de reflexão que enriquece a teoria que lhe deu suporte. É um processo criador de investigação, explicação, interpretação e intervenção na realidade, por isso as atividades devem ser planejadas e supervisionadas;
- Promover o estágio como prática da reflexão suficientemente aberta para adquirir, na experiência, determinações novas e mesmo novas explicações teóricas;
- Refletir sobre a dimensão política e o compromisso ético do Serviço Social, procurando evidenciar as implicações para a formação e o exercício profissional, bem como para suas possibilidades de ação;
- Promover a reflexão crítica do trabalho profissional nas dimensões das práticas institucionais, multidisciplinares, instrumentais e da relação competência-compromisso.

#### 13.4. Avaliação

A avaliação será realizada durante todo o processo de supervisão executado pelo professor supervisor e o profissional supervisor de campo, por meio de reflexão, acompanhamento e sistematização dos referidos planos de estágio, que deverão ser elaborados em conjunto entre Universidade e Unidade de campo de estágio. Deverá ocorrer um acompanhamento semestral do aluno com o professor supervisor acadêmico e o profissional supervisor de campo no próprio local do estágio. O resultado dessa avaliação deverá ser registrado em ata e terá como objetivo detectar a condição da formação do aluno na relação teoria - prática no espaço de estágio. Essas reuniões de acompanhamento possibilitarão a identificação do perfil do estagiário e a análise sobre as condições dele mesmo, garantindo a sua efetiva participação nas atividades do estágio. Essa ação contribuirá para que o aluno não passe a uma fase subsequente de atividades, sem ter cumprido satisfatoriamente a anterior. Caso o aluno não cumpra a contendo a atividade prevista, deverá repeti-la, até que seja considerada satisfatória. Para eventuais esclarecimentos, observar o Regulamento de estágio constante ao final deste projeto.

O processo de avaliação para a aprovação, em cada um dos estágios, obedecerá aos

seguintes critérios:

- cumprir, pelo menos 75% de frequência nas disciplinas de Supervisão de Estágio;
- cumprir 100% das atividades de Estágio em campo, devidamente apresentadas pelo supervisor no início de cada período. Em caso de falta, há a necessidade de reposição para o cumprimento de 100% das atividades;
- realizar os registros das atividades, conforme as características de cada estágio.
- ter pontuação mínima na disciplina de Oficina de Supervisão Acadêmica, para aprovação, considerando a proposta de avaliação da IES.
- registrar e elaborar relatório final das atividades.

### 13.5. Coordenação de Estágio

A coordenação de estágio, segundo a Política Nacional de Estágio da ABEPSS (PNE, 2010), é uma esfera de organização e gestão da política de estágio, de grande necessidade para o encaminhamento de um estágio de qualidade. Esta coordenação atua diretamente articulada à Coordenação do Curso ou do Departamento a que este é vinculado.

A PNE ao registrar a coordenação de estágio como um elemento para sua organização e gestão política, coloca a necessidade de todas as UFAs possuírem essa instância, fundamental para o encaminhamento de um estágio com qualidade, além de estabelecer as atribuições da Coordenação de Estágio:

(...) Além das atribuições dos sujeitos que constroem o estágio, a PNE elenca as atribuições da Coordenação de Estágio, vista como esfera de organização e gestão da política de estágio; indicando a necessidade de todas as UFAs possuírem essa instância, fundamental para o encaminhamento de um estágio com qualidade. Cabe à esta Coordenação atuar diretamente articulada às coordenações de curso ou departamentos, de modo a viabilizar as novas demandas de qualificação do Estágio como elemento central da formação profissional (ABEPSS, 2010, p. 24).

De acordo com a PNE seguem as atribuições da Coordenação de Estágio:

- 1- Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização de uma política de estágio condizente com os critérios e objetivos da formação profissional, com

- a participação de docentes, discentes e supervisores de campo;
- 2- Criar e acompanhar a Comissão de Estágio (grupo responsável pelo planejamento de atividades, acompanhamento e avaliação do Estágio na Unidade de ensino), formada por representantes de: supervisores (as) acadêmicos (as), supervisores (as) de campo e estagiários(as);
  - 3- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Estágio, objetivando o alcance dos objetivos propostos;
  - 4- Estabelecer contato com as diferentes instituições, objetivando analisar sua programação, interesse e possibilidade de oferecimento de vagas para estágio, estabelecendo parceria para assegurar a qualidade do estágio, por meio da promoção de eventos e atividades, organizados pela Unidade de ensino, direcionados a capacitação dos(as) supervisores(as) de campo;
  - 5- Realizar, a cada semestre, contatos com as instituições, campos de estágio e assistentes sociais, obedecendo aos critérios para abertura, ampliação e/ou manutenção das vagas de estágio, objetivando oferecer um leque de opções para os estudantes. Em casos especiais, o(a) estudante, professor(a) ou assistente social que tenha interesse em alguma instituição para campo de estágio, deverá dirigir-se a Coordenação de Estágio, em tempo hábil, para que a mesma efetue análise do projeto e abertura oficial do campo de estágio.
  - 6- Selecionar, credenciar e acompanhar os campos de estágio respeitando os princípios da política de estágio e considerando as demandas dos estudantes;
  - 7- Propor/rever modelos de documentação: Plano de Estágio; Projeto de Ação Profissional; Roteiro de Avaliação de Relatório; Avaliação pelo supervisor do processo de aprendizagem do estudante no campo de estágio; Avaliação pelos professores do processo de estágio; Avaliação do estudante quanto ao processo de estágio;
  - 8- Favorecer contatos, parcerias e troca de informações das instituições campos de estágio dos estudantes do curso e dos supervisores com a Coordenação de

Estágio e professores, visando estabelecer canais de comunicação contínua (encontro, reuniões, seminários, visitas, etc.);

- 9- Promover reuniões entre os professores da disciplina objetivando democratização e discussão das questões referentes ao estágio; troca de informações e experiências entre os professores; busca de unidade no encaminhamento da disciplina; articulação do processo de estágio com a proposta curricular;
- 10- Discutir e encaminhar, em conjunto com professor da disciplina e supervisor de campo, o desligamento ou a transferência de estudantes do estágio, desde que sejam detectados problemas relacionados à extinção de programas/projetos;
- 11- Publicizar e possibilitar o acesso aos estudantes, professores e supervisores do material produzido pela Coordenação, por estudantes, por professores e do material relativo a estágio e áreas temáticas, de interesse desses segmentos;
- 12- Organizar, em conjunto com os supervisores acadêmicos, a apresentação dos campos de estágio e/ ou experiências de práticas profissionais, objetivando a democratização de experiências entre os estudantes da Unidade de ensino, principalmente, com os futuros estagiários a serem realizadas ao longo do semestre;
- 13- Promover em articulação com a Comissão de Estágio, em caráter permanente, curso de Capacitação de Supervisores (podendo ser oferecido como atividade de extensão) e a organização da agenda do Fórum de Supervisores da Unidade;
- 14- Atender às demandas dos Conselhos Regionais e garantir o cumprimento da documentação exigida pela resolução 533/2008 no que se refere às UFAs;
- 15- Fomentar, coordenar e articular o Fórum de Supervisores (da Unidade), em articulação com Fórum Estadual, caso exista, ou estimular a sua criação em articulação com o CRESS e as demais UFAs.

A coordenação de estágio deverá ser exercida por um (a) professor (a) do curso de Serviço Social com formação em Serviço Social, eleito(a) pelo colegiado do curso para mandato de 2 (dois) anos, cabendo a este a atribuição de horas administrativas, redução de encargos didáticos e remuneração específica para tal finalidade, em função da ocupação de cargo de gestão previsto pela Lei nº 8662/1993.

Em consonância com a PNAS (2010) a coordenação de estágio deste curso vem realizando diversas atividades que visam fortalecer a presença do Estágio durante o desenvolvimento de todo o curso, realizando atividades integradas, discussões temáticas, visitas institucionais aos campos de estágio, encontro com supervisores de estágio, fóruns temáticos, mostras de estágio, atendimento aos discentes, participação em eventos do curso, dentre outras ações, visando fortalecer a integralidade da formação no que se refere ao desenvolvimento da atividade de estágio supervisionado.

#### 14. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS

A Resolução nº 15, de 13 de março de 2002 estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social e indica as Atividades Acadêmico- Científico-Culturais. como componente curricular para a formação dos discentes inseridos na graduação em Serviço Social. Para tanto as IES deverão criar mecanismos de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes presenciais e/ou à distância, a saber: monitorias, visitas monitoradas, iniciação científica, participação em seminários, publicação de produção científica, participação em órgãos colegiados e outras atividades que ficam a critério do Colegiado de cada Curso e, posteriormente, definidas no plano acadêmico do curso.

As atividades complementares caracterizam-se como importantes mecanismos de valorização das atividades extra-muro, como parte do conhecimento necessário do cidadão e profissional assistente social. Na UEMG- Unidade Acadêmica de Carangola as atividades complementares definidas como Atividades Acadêmico-científico-culturais podem ser compreendidas como toda e qualquer atividade pertinente e útil para a formação humana e profissional do acadêmico.

Trata-se de atividades curriculares e como tal constarão no histórico escolar do aluno, mas devem ser realizadas fora dos programas das disciplinas previstas na grade do curso, uma vez que o objetivo dessas atividades é diversificar e enriquecer a formação

oferecida na graduação, através da participação do corpo discente em tipos variados de eventos.

É importante lembrar que a realização das atividades complementares dependerá exclusivamente da iniciativa e da dinamicidade de cada aluno, que deve buscar as atividades que mais lhe interessarem para delas participar.

O aluno terá que cumprir 60 horas de Atividades Acadêmico-científico- culturais ao longo do Curso, que precisam ser coerentes com as habilidades e competências para a sua formação conforme propõe este projeto pedagógico. Ao iniciar o curso, o aluno receberá uma planilha com a indicação das Atividades Acadêmico-científico-culturais.

As atividades aprovadas pelo Colegiado do Curso de Serviço Social da Unidade Acadêmica de Carangola estão dispostas no quadro 3, a seguir. Este elenco de atividades visam à complementação da formação profissional. As atividades foram organizadas em dois grupos: no Grupo 1, estão contidas atividades científicas; no Grupo 2, estão as atividades culturais e esportivas. Os alunos deverão vivenciar pelo menos quatro atividades diferentes ao longo do curso, sendo que esta carga horária deverá, ainda, ser cumprida de forma que  $2/3$  (dois terços) das horas sejam pertencentes ao Grupo 1 e  $1/3$  (um terço) das horas sejam relativos ao Grupo 2.

Todas as atividades deverão ser comprovadas através de certificados, declarações e relatórios junto à coordenação do curso de Serviço Social, por meio de uma pasta individual de cada aluno, computadas em termos de carga horária para efeito de integralização do currículo pleno de seu curso. **(Ver Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais - AACC em anexo).**

**Quadro 3:** Atividades e carga horária máxima permitida para as atividades acadêmico-científico-culturais da UEMG, Unidade Carangola.

<b>ATIVIDADES GRUPO 1</b>	<b>CARGA HORÁRIA MÁXIMA</b>	<b>DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA</b>
Participação em eventos científicos	20	Certificado de participação expedido pela entidade organizadora
Participação em atividades de Pesquisa	20	Carga horária atestada (atestado emitido pelo professor responsável)
Realização de monitoria	15	Carga horária atestada (atestado emitido pelo professor responsável)
Representação em órgão colegiado	10	De acordo com a participação confirmada em horas das reuniões
Participação em defesas dos trabalhos de conclusão de curso	10	Uma hora para cada apresentação Assistida
Realização de estágio extracurricular não relacionado à área de formação Profissional	20	Relatório da atividade com assinatura do responsável e carga horária total do projeto.
Realização de estágio extracurricular relacionado à área de formação Profissional	20	Relatório da atividade com assinatura do responsável e carga horária total do projeto.
Curso relacionado à área de formação profissional	20	Certificado de participação expedido pela entidade organizadora.
Curso não relacionado à área de formação profissional	10	De acordo com o certificado expedido pelo órgão organizador e realizados depois do ingresso na Universidade
Organização de eventos	15	Declaração emitida pela Coordenação do Curso
Organização e realização de cursos para a comunidade, relacionados diretamente à formação profissional	10	De acordo com o certificado expedido pelo órgão organizador
Publicação de painéis em eventos científicos e/ou de extensão	15	De acordo com a avaliação da atividade pelo professor orientador
Apresentação oral de trabalhos em eventos científicos e/ou de extensão	15	Certificado de participação expedido pela entidade organizadora
Publicação de artigos científicos em revista	20	De acordo com a avaliação da atividade pelo professor orientador
Participação em grupo de estudo	10	De acordo com a avaliação da atividade pelo professor orientador do grupo
<b>ATIVIDADES GRUPO 2</b>	<b>CARGA HORÁRIA MÁXIMA</b>	<b>DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA</b>
Visita a Museus, Feiras de Livros, Exposições e Teatro	15	Carga horária atestada (atestado emitido pelo professor responsável)
Eventos Esportivos	10	Carga horária atestada (atestado emitido pelo coordenador de curso)

Visitas Técnicas (Sindicatos, Movimentos Sociais e outros espaços pertinentes ao Serviço Social).	10	Carga horária atestada (atestado emitido pelo professor responsável)
---	----	--

\* Outras atividades não constantes nos grupos serão julgadas pelo Colegiado do curso de Serviço Social.

## 15. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Curso de Serviço Social da UEMG- Unidade Carangola tem por objetivo a formação de um profissional que possa contribuir com o desenvolvimento da profissão. Assim, o trabalho de Conclusão de Curso vem culminar com o encerramento desta proposta.

Por isso, deve ser compreendido como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, sendo um momento de expressão da sua totalidade. É o trabalho no qual o discente sistematiza o conhecimento resultante das indagações geradas a partir da formação profissional.

Os trabalhos conclusivos serão orientados por um (a) professor (a) do curso de Serviço Social e, para que as orientações se efetivem, será destinada carga horária ou remuneração específica para este fim, ficando o (a) orientador (a) resguardado quanto a diminuição de encargos didáticos e/ou atribuição de encargos adicionais para o cumprimento das orientações. Assegurando ao (a) docente designado para orientações de TCC a remuneração devida para o trabalho desenvolvido.

Esses trabalhos de conclusão de curso serão redigidos no idioma nacional, de acordo com as normas da ABNT e socializados mediante apresentação pública à comunidade acadêmica e aos membros de banca examinadora.

Além do processo de orientação do trabalho com o (a) docente de referência, os alunos terão suporte e incentivo para construção do conhecimento científico, desde os períodos iniciais, quando começarão a realizar pesquisas bibliográficas, conhecer e identificar a necessidade de escritas que possam ter caráter científico, bem como serão estimulados à participação em atividades científicas e à elaboração de trabalhos científicos para congressos, revistas e eventos diversos.

Os alunos deverão desenvolver o trabalho em grupo (no máximo com três integrantes), ou individualmente, observando a disponibilidade do corpo docente, ficando a decisão a cargo do colegiado.

A versão final do trabalho deverá ser defendida pelo aluno no final do curso, perante

uma banca examinadora composta pelo (a) professor (a) orientador (a) e por 02 (dois) professores examinadores. **(Ver Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso em anexo).**

## 16. UNIDADE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO

Este instrumento pedagógico entende que a política de prática acadêmica é dirigida através da integração entre ensino teórico e prático, a pesquisa e a extensão, mediados pelas disciplinas curriculares e dos núcleos temáticos de prática e de pesquisa que irão articular as três dimensões indissociáveis.

### 16.1. Pesquisa

A pesquisa é uma forma que o (a) profissional dispõe para conhecer a realidade social na qual desenvolve suas atividades. O reconhecimento da pesquisa como um elemento constitutivo da formação e da atividade profissional implica o desenvolvimento da capacidade do (a) Assistente Social para apreender os problemas específicos do seu tempo sócio-histórico, submetê-los a uma apreciação crítica e deles extrair a significação que extrapola o âmbito da imediatividade com que emergem. Para IAMAMOTO (2007, p. 273):

A pesquisa ocupa um papel fundamental no processo de formação profissional do assistente social, atividade privilegiada para a solidificação dos laços entre o ensino universitário e a realidade social e para a soldagem das dimensões teórico-metodológicas e prático-operativas do Serviço Social, indissociáveis de seus componentes ético-políticos. (IAMAMOTO, 2007, p.273).

A formação profissional deverá assegurar, ao (a) assistente social, oportunidades para desenvolver uma atitude investigativa que lhe possibilite elaborar e executar projetos de pesquisa. Para tanto, é necessário que os cursos de formação formulem políticas de pesquisas, que incentivem os professores a assumirem a função de pesquisadores, como atividade universitária constitutiva da docência, e que envolvam os alunos nos programas de iniciação científica.

O Serviço Social é uma profissão que está inserida na divisão sócio técnica do trabalho, dotada de uma dimensão prático-interventiva, que se utiliza de um arsenal teórico-metodológico como recurso para entender a realidade e propor intervenções, porém o acervo teórico-metodológico, apesar de indispensável, não é o suficiente, haja vista que os processos sociais são dinâmicos e exigem uma permanente avaliação e pesquisa de suas expressões

na vida dos sujeitos sociais, a fim de que sejam elaboradas propostas de atividades capazes de estimular as mudanças almejadas. Posto isso, o arsenal teórico- metodológico se atualiza através das pesquisas dos fenômenos históricos que são objetos do conhecimento e de intervenção do assistente social.

Iamamoto (2007) afirma que a pesquisa de situações concretas é uma condição para ultrapassar uma visão teoricista da competência profissional. A qual, muitas vezes, se restringe apenas ao domínio teórico, deslocado dos novos processos que mediatizam as novas expressões da questão social, que são alvos de intervenção no âmbito profissional.

Sendo assim, a pesquisa é um recurso imprescindível para a compreensão dos processos determinantes da desigualdade social geradores da exclusão social, nos seus aspectos de ordem econômica, cultural e política. A pesquisa auxilia, também, ao enfrentamento pelos sujeitos sociais nas suas diversificadas condições, seja de classe, etnia, gênero, que se tornam pela sua vulnerabilidade socioeconômica alvo das políticas sociais desenvolvidas pelo Estado, pelo setor privado e pelas ONGs, que requisitam a mão-de-obra especializada do profissional de Serviço Social.

A UEMG incentiva os (a) seus professores (a) e os seus discentes a participarem de editais de pesquisa internos como: PIBIC/UEMG/FAPEMIG, PIBIC/UEMG/CNPq, PIBITI/UEMG/CNPq e PIBIC/UEMG/ESTADUAL. Esses editais fazem parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade do Estado de Minas Gerais, iniciado em 2003. Nos devidos editais, a Universidade, em parceria com a FAPEMIG, o CNPq e o estado, disponibilizando bolsas de iniciação científica para a comunidade discente. Essas bolsas funcionam como estímulo à formação acadêmica e privilegiam a participação ativa de estudantes em projetos de pesquisa com qualidade acadêmico-científica.

A pesquisa em Serviço Social estrutura-se nos três eixos básicos de formação profissional: Trabalho e formação profissional, Políticas Sociais e Sujeitos Sociais e Questão Social e Realidade Regional. Diante disso, serão realizadas atividades de pesquisa vinculadas aos Núcleos de Estudos, devidamente registrados no CNPq, liderados por professor (a) com vínculo com o curso de Serviço Social – enquanto atribuição privativa – e com a unidade de Carangola. Para que as atividades de pesquisa se efetivem o (a) professor (a) líder/pesquisador do núcleo terá diminuição de encargos didáticos e/ou remuneração específica para este fim.

## 16.2. Extensão

O Curso de Serviço Social está estruturado com uma carga horária de 3.075 (três mil e setenta e cinco horas), abrangendo 450h/r para Estágio Supervisionado, 60h/r de Atividades Acadêmico -Científico- Culturais, e 315 h/r de atividades extensionistas **(de acordo com a Resolução UEMG/COEPE No 287/2021 no mínimo 10% da carga horária total do curso)**.<sup>1</sup> A extensão é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a “relação transformadora entre a universidade ea sociedade” (IAMAMOTO, 2007, p. 271).

As atividades de extensão caracterizam-se por suas múltiplas finalidades, atuando para consolidar a integração do conteúdo disciplinar, expandindo os conhecimentos tratados para além da fronteira universitária e proporcionando ao graduando a vivência ativa e comprometida com o caráter social das ações inclusivas.

Contudo, é importante entender que a extensão não se reduz a um laboratório ou supermercado de prestação de serviços (IAMAMOTO, 2007), definidos pela instância burocrática da universidade, configurando uma imposição de cima para baixo, sem considerar os interesses e necessidades do público alvo das atividades. Por isso as atividades de extensão devem juntar forças e buscar parcerias com outras instituições, além de focar sobre as necessidades que são demandadas pelos sujeitos sociais de modo que o estimule e apoie suas iniciativas.

### 16.2.1

O Colegiado do Curso de Serviço Social regulamenta as atividades de Extensão, conforme Resolução e da Resolução CNE/CES N. 07, de 18/12/2018, que destina 10% da carga horária total do curso em seu Art. 4º, para as seguintes atividades:

- a) Disciplinas obrigatórias que fazem relação direta entre teoria e prática profissional, aliando ensino, pesquisa e extensão nos mais diversos campos de atuação do Serviço Social. Estas disciplinas serão ofertadas nos anos iniciais, para que os discentes localizem todas as atividades extensionistas disponibilizadas e ingressem, de fato, nos projetos e núcleos ofertados pelos docentes do curso de Serviço Social. As referidas disciplinas são:

---

<sup>6</sup> A estrutura curricular das atividades extensionistas do curso de Serviço Social estão estruturadas, também, na Resolução CEE nº 490, de 26 de abril de 2022, que dispõe sobre os princípios, os fundamentos, as diretrizes e os procedimentos gerais para a Integralização da Extensão nos Currículos dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação Lato Sensu no Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

- Universidade, Sociedade Brasileira e Serviço Social (36 h/a)
- Núcleo Temático de Extensão do Serviço Social (36 h/a)

- b) Projetos desenvolvidos pelo corpo docente e corpo discente do curso de Serviço Social, que visam pesquisar e intervir na realidade de Carangola e região;
- c) Cursos de curta, média e longa duração, promovidos pelos docentes do curso de Serviço Social, objetivando integração entre comunidade acadêmica e sociedade;
- d) Promoção de palestras, eventos, congressos e mesas redondas para construir espaços de participação popular e integração social no âmbito acadêmico como: Semana Acadêmica do curso de Serviço Social, Fórum de Supervisores de Estágio, Mostra de Estágio Supervisionado, dentre outros.

### 16.2.2

O curso de Serviço Social destinará pouco mais de 10% de sua carga horária total, ou seja, 315 horas para a realização AECCs em todo o decorrer da formação profissional. E para propor atividades que contemplem as AECCs o docente necessitará de aprovação da coordenação do curso de Serviço Social e registro prévio das propostas de extensão e pesquisa em suas devidas coordenações.

### 16.2.3

Os objetivos para inserção de AECCs como componentes curriculares obrigatórios estão respaldados pela Resolução e da Resolução CNE/CES N. 07, de 18/12/2018:

Art. 5º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência

dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Diante disso, faz-se necessário destacar que as ações extensionistas visam aproximar cada vez mais as práticas acadêmicas das práticas sociais, atrelando a elas a possibilidade de construção de conhecimento e debates importantes no que tange a atuação do Serviço Social.

#### 16.2.4

A carga horária para atividades extensionistas do curso de Serviço Social será dividida em componentes obrigatórios e componentes complementares. Enquanto componentes obrigatórios destacam-se as disciplinas “Universidade, Sociedade Brasileira e Serviço Social” e “Núcleo Temático de Extensão do Serviço Social”. Em que os (as) docentes apresentarão as atividades desenvolvidas pelo curso de Serviço Social da unidade de Carangola e integrarão os discentes nas mesmas para o cumprimento das exigências curriculares extensionistas obrigatórias.

Entende-se, então que parte da carga horária de extensão – 72 h/a – será efetivamente ofertada em sala de aula por docentes do curso e outra parte será realizada em campo específico do Serviço Social, de acordo com os núcleos extensionistas/pesquisa.

Já os componentes complementares são divididos da seguinte forma:

- a) Participação de atividades extensionistas no decorrer do curso, podendo variar entre participação de projetos e programas de extensão oferecido pelos docentes (componente curricular complementar);
- b) Organização de eventos e participação em ações comunitárias geridos pelos docentes;
- c) Participação em grupos de pesquisa, projetos e atividades de extensão

desenvolvidos pelos mesmos;

- d) Integração de organizações da sociedade civil e comunidade acadêmica com vistas à efetiva intervenção no contexto social enquanto prestação de serviços sociais.

### 16.2.5

O curso de Serviço Social propõe-se a desenvolver atividades extensionistas, de forma indissociável ao ensino e pesquisa, por meio dos grupos temáticos, conforme será discutido em colegiado acadêmico. Tendo por objetivo aproximar a Universidade da comunidade de Carangola e região e contribuindo para um ensino de qualidade que possa garantir um melhor desenvolvimento da sociedade a sua volta, além de divulgar os conhecimentos produzidos e acumulados pelos alunos e professores.

A inserção e participação dos discentes nas atividades extensionistas tem por objetivo:

- Possibilitar vivência em atividades de extensão, de forma articulada ao ensino e pesquisa;
- Participar de um conjunto inter-relacionado de ações que propiciam a produção de conhecimentos;
- Propiciar o contato com questões atuais presentes no contexto da comunidade de Carangola e região, contribuindo para um aprofundamento da relação teoria-prática;
- Contribuir para o processo de formação cidadã dos discentes a partir da interação com a realidade e os conhecimentos construídos de forma integrada na Universidade;
- Desenvolver as potencialidades e habilidades dos discentes nas dimensões de planejamento, execução, avaliação e sistematização.

Aos docentes que oferecem atividades extensionista, mediante planejamento junto à coordenação das AECCs, será garantida a redução de encargos didáticos compatíveis com as atividades realizadas e número de discentes orientados.

Os discentes inseridos nas atividades de extensão devem, sob orientação docente, participar ativamente de todo o processo que envolverá o desenvolvimento das atividades,

como o planejamento, a execução e avaliação, de acordo com o que estabelece a Resolução UEMG/COEPE No 287/2021 em seu Art. 5º:

§ 1º As atividades de extensão, segundo sua caracterização no Projeto Pedagógico do curso, inserem-se nas seguintes modalidades:

- I - programas;
- II - projetos;
- III - cursos e oficinas;
- IV - eventos;
- V - prestação de serviços.

De acordo com Manual de atividades extensionistas as ações de extensão acima discriminadas são descritas como:

- Programas - “conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo” (FORPROEX, 2007, p.35).

- Projeto - “ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado” (FORPROEX, 2007, p.35).

- Curso - “ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos. (...) Ações dessa natureza com menos de 8 horas devem ser classificadas como ‘evento’ ”. (FORPROEX, 2007, p.36).

- Evento - “ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade” (FORPROEX, 2007, p.38).

- Prestação de serviço - “realização de trabalho oferecido pela Instituição de

Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem. Observação: quando a prestação de serviço é oferecida como curso ou projeto de extensão deve ser registrada como tal (curso ou projeto)". (FORPROEX, 2007, p.39).

#### 16.2.6. Da coordenação das AECCS por curso

A Coordenação de Curso designará um (a) docente do quadro para função de Coordenador (a) de Extensão do Curso de Serviço Social. Sendo requisito essencial que este (a) tenha formação em Serviço Social – conforme atribuição privativa - e redução de encargos didáticos e/ou remuneração específica para tal finalidade.

Para efeito do cumprimento da carga horária da atividade de extensão pelo estudante serão consideradas as atividades programadas sob supervisão e validadas por docente responsável, em cada período letivo, e as atividades desenvolvidas de maneira autônoma pelo estudante e validadas pelo (a) docente responsável ou na forma definida pelo Colegiado de Curso.

A carga horária total cumprida pelo discente no semestre, bem como seu desempenho individual, deverão ser informados pelo (a) docente coordenador (a) responsável pelas AECCs no respectivo semestre ao(à) Coordenador(a) de curso de Serviço Social no encerramento de cada semestre letivo. Assim, deverá ser entregue ao(à) Coordenador(a) de curso o(s) Relatório(s) Individual(is) dos discentes referente(s) à sua atuação em cada AECC à qual estiver vinculado.

São atribuições do (a) professor (a)/coordenador(a) de AECCs, a cada semestre:

- (i) Coordenar, orientar e acompanhar as AECCs;
- (ii) Avaliar as atividades previstas, verificando a conformidade com o PPC e com as características particulares das AECCs;
- (iii) Cadastrar, junto ao NUPEX, em formulário próprio e no sistema SIGA/Extensão, no início de cada semestre letivo, as AECCs previstas para este período, estando sujeitas a avaliação e a proposta de reformulação;
- (iv) Solicitar aos docentes com oferta de atividades extensionistas que emita relatório final de atividades desenvolvidas em formulário próprio junto à

coordenação das AECCs e ao NUPEX;

(v) Enviar ao Coordenador de curso (ou ao(à) professor(a) designado por ele), no fim de cada semestre letivo, os documentos contendo as informações mencionadas no item anterior (carga horária total cumprida, avaliação de desempenho e relatórios individuais dos discentes).

### 16.2.7

O Colegiado do curso de Serviço Social define a seguinte distribuição de carga horária por período letivo para as AECCs, uma vez que a partir do 5º período os discentes do curso ingressam no Estágio Supervisionado e desenvolvem atividades específicas que contemplam intervenções sociais:

- Oferta de disciplinas no primeiro e terceiro períodos: Universidade, Sociedade Brasileira e Serviço Social e Núcleo Temático de Extensão do Serviço Social. Composto 72 h/a de atividades extensionistas (4 créditos);
- Oferta de atividades variadas, conforme descrito no item 1.2.6 do presente projeto pedagógico, atribuindo 72h/a no primeiro e no terceiro semestre e 36 h/a aula por nos demais semestres, a serem cumpridas pelos discentes sob orientação de professores assistentes sociais, totalizando 378 h/a (21 créditos);

Fica assegurado ao (a) discente que conseguir cumprir carga horária superior ao exigido no semestre a possibilidade de aproveitamento da mesma em semestres posteriores.

Fica assegurado, também, que o (a) discente que não conseguir cumprir os créditos semestrais, que este (a) o faça até a conclusão do curso, atendendo os requisitos curriculares obrigatórios.

### 16.2.8

Para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social fica considerada a obrigatoriedade do cumprimento das atividades extensionistas acima discriminadas, assim como outros componentes curriculares também obrigatórios **(ver regulamento em anexo)**.

### 16.3. GRUPOS TEMÁTICOS, LINHAS DE PESQUISA E GRUPOS DE ESTUDOS

O presente instrumento pedagógico pretende desenvolver uma política acadêmica que articule o ensino, pesquisa e extensão através dos núcleos temáticos, linhas de pesquisa e grupos de estudos.

#### 16.3.1. GRUPOS TEMÁTICOS

Os grupos temáticos são instâncias pedagógicas que integram o ensino, a pesquisa e a extensão. Neles estão aglutinados as pesquisas, os projetos de iniciação científica, o Trabalho de Conclusão de Curso, as oficinas de prática, o estágio, a supervisão acadêmica, projetos de extensão e as atividades acadêmico-científico- culturais.

A ideia é desenvolver um trabalho dinâmico e propositivo ao longo do percurso do presente instrumento pedagógico reformulado, através de diversas atividades teóricas e práticas, de pesquisa e de extensão vinculadas à formação profissional dos docentes de Serviço Social. Os grupos temáticos propostos pelos docentes formam um tripé que abarca: Trabalho e formação profissional, Políticas Sociais e Sujeitos Sociais e Questão Social e Realidade Regional.



#### 16.3.2. Cada grupo temático será composto por:

- ✓ Docentes (em função de suas pesquisas, especialização teórica, atividades de extensão ou experiência profissional);
- ✓ Alunos do curso de Serviço Social, em função de sua inserção nos estágios,

projetos de pesquisa e extensão e dos temas de TCC;

- ✓ Supervisores de campo e acadêmicos;
- ✓ Professores pesquisadores de outras unidades de ensino ou externo a Universidade;
- ✓ Representantes de organizações e movimentos sociais (quando for o caso).

Cada grupo coordenado por um (a) docente do curso de Serviço Social<sup>7</sup> deverá elaborar seu planejamento de trabalho a cada semestre, garantindo as discussões (conjuntura, políticas sociais e expressões sociais) referentes ao seu eixo temático. O programa será desenvolvido a partir das aulas, seminários, encontros, cursos, oficinas, supervisão com a finalidade de produzir e sistematizar os conhecimentos no âmbito dos núcleos e entre si.

#### 16.3.3. Funções dos grupos temáticos:

- ✓ Apoiar o funcionamento das disciplinas relacionadas à prática profissional, atividades extensionistas e de pesquisa;
- ✓ Integrar, por intermédio de seu (a) Coordenador (a), a Comissão Permanente de Planejamento Acadêmico, responsável pela coordenação dos grupos temáticos;
- ✓ Subsidiar teoricamente docentes, discentes e profissionais integrantes do núcleo;
- ✓ Realizar seminários para discussão do processo investigativo e interventivo, segundo a estruturação das atividades de ensino teórico-prático de pesquisa, estágio e extensão, incluindo docentes, discentes e profissionais;
- ✓ Reunir sistematicamente seus membros para distribuir suas atividades de caráter pedagógico e acadêmico e organizar o seu funcionamento;
- ✓ Contribuir com a publicização da produção desenvolvida pelos estagiários, pelos projetos de TCC e pelos Projetos de Pesquisa e Extensão;
- ✓ Sistematizar e divulgar as experiências realizadas, por meio de encontros, seminários, congressos e propor a realização de eventos que divulguem e alimentem a produção acadêmica.

---

<sup>7</sup> De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão - LEI N° 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Constituem atribuições privativas do Assistente Social, art 5º: VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social.

#### 16.3.4. Elementos que constituem os grupos temáticos:

- a) Extensão: programas, projetos e atividades de extensão universitária;
- b) Pesquisa: projetos de pesquisa curriculares elaborados sob a orientação da disciplina de Pesquisa em Serviço Social, projetos de docentes e a iniciação científica;
- c) Ensino teórico-prático: estágio supervisionado, TCC, oficinas de supervisão, oficinas de prática.

#### 16.3.5. Linhas de Pesquisas e Grupos de estudos

A partir dos núcleos temáticos os docentes do curso de Serviço Social estabelecerão como linhas de pesquisas e grupo de estudos os seguintes temas:

- ✓ Trabalho e relações de trabalho;
- ✓ Território e exclusão social;
- ✓ Cidade e segregação étnico-racial;
- ✓ Serviço Social e Sujeitos Sociais;
- ✓ Política Social, História e Contemporaneidade;
- ✓ Fundamentos do Serviço Social: Formação, trabalho e condições de trabalho profissional;
- ✓ Teoria Social e a apropriação do Serviço Social.

#### 16.4. Monitoria

A monitoria é uma prática pedagógica junto aos professores que ministram disciplinas no curso e que disponibilizam vagas para estudantes monitores no âmbito da graduação. Essa prática, que integra o processo de ensino aprendizagem, tem como finalidade: possibilitar que o aluno aprimore seus estudos, aprofunde conhecimento, implemente sua formação profissional e contribua com os estudos dos demais alunos. Para ser monitor, o estudante deve ter tido bom desempenho na disciplina pleiteada, estar atento à publicação do edital e participar do processo seletivo.

A monitoria acadêmica é regulamentada pela Pró-reitoria de Graduação através do Programa de Monitoria Acadêmica (PEMA) e de acordo com a Resolução COEPE/UEMG nº

305, de 21 de junho de 2021.

## 16.5. Assistência e Apoio Psicopedagógico ao Discente

A UEMG e a Unidade Acadêmica de Carangola reafirmam seu compromisso com a pleno direito de acesso e permanência do estudante a Educação Superior, e, por meio das Pró-Reitorias de Graduação (PROGRAD) e de Extensão (PROEx), planejam ações que visam à estruturação de uma política de assistência ao estudante.

### 16.5.1. Programa Estadual de Assistência Estudantil (PEAES)

O Programa Estadual de Assistência Estudantil (PEAES), instituído a partir da promulgação da Lei 22.570/2017 e regulamentado pelo Decreto 47.389/2018, é voltado aos estudantes de baixa renda, e objetiva contribuir para a permanência do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica na UEMG. A Universidade regulamenta o acesso aos benefícios por meio de edital específico e os estudantes selecionados podem ser contemplados com os seguintes auxílios: moradia, alimentação, transporte, auxílio creche e apoio pedagógico.

### 16.5.2. Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE)

O Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) em Carangola é um órgão de apoio aos estudantes que tem como principal objetivo auxiliar no desenvolvimento acadêmico do estudante, sua integração na Universidade, estimular o processo ensino-aprendizagem e a adaptação dos alunos junto à comunidade universitária, do ingresso até a conclusão do curso. Tal objetivo visa contribuir para a formação integral dos estudantes, tendo ciência da necessidade e importância do papel social da Universidade, bem como seu compromisso de promover espaços para que se desenvolvam as competências fundamentais para a construção de seu processo formativo.

## 17. CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso de Serviço Social da Unidade Carangola é composto por professores designados/convocados, em regime de 40h e 30h. O curso possui 5 (cinco) professores (as) com formação em Serviço Social, dentre estes 3 (três) são doutores e 2 (dois) mestres. Possui também 4 (quatro) professores com formações generalizadas, dentre estes, 3 (doutores) e 1 (um) mestre. Totalizando 9 (nove) docentes.

## 18. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

A administração do Curso de Serviço Social é estruturada sob a forma de Colegiado. O Colegiado é eleito para assumir uma gestão de 02 (dois) anos.

### 18.1. Colegiado

O Colegiado do curso de Serviço Social, sediado na Unidade Carangola, é composto por representantes dos departamentos os quais o curso está vinculado e por representantes docentes e discentes do respectivo curso, como trata os termos do Art. 57 do Estatuto da UEMG. Sendo formado por 10 (dez) docentes e 4 (quatro) discentes, sendo presidido pelo Coordenador de Curso que será, obrigatoriamente, um profissional inscrito no Conselho Regional de Serviço Social<sup>8</sup>.

Esses representantes são escolhidos mediante o referido Estatuto e o Regimento Geral da UEMG.

Compete ao Colegiado de Curso, conforme o Estatuto da Universidade aprovado pelo DECRETO N° 36.898, de 24 de maio de 1995, as seguintes atribuições:

- orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso;

---

<sup>8</sup> De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão - LEI N° 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Constituem atribuições privativas do Assistente Social, art 5°: V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII.

- elaborar o projeto pedagógico do curso e encaminhá-lo ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvida a Pró-Reitoria de Graduação;
- fixar diretrizes dos programas das disciplinas e recomendar modificações aos Departamentos;
- elaborar a programação das atividades letivas, para apreciação dos Departamentos envolvidos;
- avaliar periodicamente a qualidade e a eficácia do curso e o aproveitamento dos alunos;
- recomendar ao Departamento a designação ou substituição de docentes;
- decidir as questões referentes à matrícula, reopção, dispensa de disciplina, transferência, obtenção de novo título, assim como as representações e os recursos sobre matéria didática; e
- representar ao órgão competente no caso de infração disciplinar.

## 18.2. Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

As atribuições do Núcleo Docente Estruturante estão previstas na Resolução COEPE/UEMG nº 284, de 11 de dezembro de 2020 – que regulamenta a composição e o funcionamento dos Núcleos Docentes Estruturantes –NDEs no âmbito de cada curso de graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, assim apresentados:

- I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os

cursos de graduação.

O NDE é constituído pelo Coordenador do Colegiado do Curso e por professores pertencentes ao corpo docente do curso. É recomendado que pelo menos 60% dos membros tenham titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Essa constituição é legítima por apresentar condições de contribuir com zelo pela integração curricular interdisciplinar, indicação de áreas de atuação e cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais.

## 19. INFRAESTRUTURA DO CURSO

O imóvel onde funciona atualmente a UEMG – Unidade de Carangola possui três prédios, além de um estacionamento e um espaço externo para construção de uma área de convivência. O Curso de Serviço Social conta com 5 (cinco) salas de aulas, todas possuem ventiladores, quadros brancos e carteiras suficientes para os estudantes. A Coordenação do Curso dispõe de uma sala exclusiva para atender aos alunos e aos professores, bem como é utilizada para reuniões com o corpo docente. Os alunos dispõem de biblioteca, laboratório de informática e de um polo presencial da Universidade aberta e integrada de Minas Gerais

## 20. BIBLIOTECA

A Biblioteca FAFILE da Unidade Acadêmica de Carangola é entendida como sendo um espaço fundamental para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, para alunos, professores e pesquisadores na busca de informações e conhecimentos necessários para essas atividades. É considerada de relevante importância para o cumprimento do projeto pedagógico com excelência. Além de atender a comunidade acadêmica da Unidade Carangola, atende a comunidade em geral para pesquisa local.

A biblioteca está localizada no andar térreo do bloco 3 da Unidade, com horário de funcionamento de 08:00 às 22:00 horas, de segunda a sexta-feira. Sua infraestrutura busca proporcionar aos seus usuários instalações adequadas para utilização e estudo, bem como garantir a armazenagem conveniente do acervo sob sua responsabilidade. Dispõe de ampla área destinada à leitura e aos estudos, iluminada e arejada, bem como a área destinada ao acervo.

A biblioteca possui armários para guarda-volumes, num total de 48 escaninhos, 01 balcão com 03 computadores para o atendimento aos usuários, 01 mapoteca, 02 estantes de aço para expor novas aquisições e 198 estantes de aço para guarda do acervo. Seus usuários contam, no salão de leitura, com 14 mesas e 70 assentos, quatro cabines de estudo individual e 04 salas para estudo individual e/ou em grupo.

Possui ainda uma sala de tratamento técnico (onde é feito o controle de todas as aquisições por compra, doação, permuta, registro, estatística de aquisição por área, bem como todos os serviços de controle de entrada e baixa no acervo bibliográfico) com 02 armários para armazenamento, três estantes e 01 computador.

Também possui uma área de tratamento técnico com 02 mesas, 02 computadores, 01 impressora e um scanner.

A Biblioteca possui um laboratório de informática climatizado, disponibilizando para seus usuários 25 computadores com acesso à internet, sendo um deles com acessibilidade, teclado ampliado e recurso de Big Ball Mouse, e um terminal de consulta, com 01 computador de uso exclusivo para consulta do catálogo de seu acervo. Os computadores possuem a mesma configuração daqueles que compõem o Laboratório de Informática, assegurando ao usuário equipamentos.

À Biblioteca compete interagir com as atividades de ensino e pesquisa da UEMG Carangola e da própria Universidade, integrando novas tecnologias e ferramentas específicas para a busca e recuperação da informação, gestão e disseminação do conhecimento gerado localmente, oferecendo os seguintes serviços:

ONLINE:

- Atendimento online;
- Disseminação seletiva de informação;
- Internet sem fio.

PRESENCIAL:

- Orientação e capacitação de usuários;
- Consulta local;
- Empréstimo domiciliar;
- Levantamento bibliográfico;
- Catalogação na fonte;
- Guarda-volumes.

Para a segurança dos usuários e do acervo, a biblioteca dispõe de 03 extintores de incêndio, câmeras de segurança e sistema antifurto (em implantação). Todos os usuários têm livre acesso ao acervo, dispostos em estantes sinalizadas com o número de chamada e os assuntos correspondentes.

Para alunos e funcionários podem ser emprestados até 03 livros pelo prazo de uma 05 (cinco), podendo o empréstimo ser renovado por 03 (três) vezes através do Meu Pergamum, se não houver reserva para o livro por parte de outro usuário.

Para os(as) docentes, são emprestados até 05 livros pelo prazo de 15 (quinze) dias, seguindo o mesmo critério para a renovação. Todos os usuários podem consultar o catálogo através do site da Universidade ou através do aplicativo Pergamum Mobile.

O *software* Pergamum oferece através do acesso ao site, no campo **BIBLIOTECA** <<http://www.uemg.br>> ou direto no link: <<http://200.198.18.141/pergamum/biblioteca/index.php>>, a possibilidade de consulta ao acervo de todas as bibliotecas das Unidades UEMG.

Além dos principais pontos de recuperação de informações (autor, título e assunto), o usuário consegue acessar a pesquisa de empréstimo, efetuar reservas, renovações, etc., através do seu login, sendo o número de matrícula para os discentes. Para docentes e funcionários, o login é o CPF ou MASP, com a senha cadastrada na Biblioteca.

O Pergamum *mobile* é um aplicativo desenvolvido para uso exclusivo em Tablets e Smartphones e tem por objetivo facilitar a consulta ao acervo das unidades de informação e/ou bibliotecas da instituição, realizar reserva de materiais, bem como a renovação de empréstimos, consulta aos itens emprestados, alteração de senha, entre outros serviços disponíveis.

A atualização/expansão do acervo e dos serviços da Biblioteca da Unidade Carangola coaduna-se às demandas manifestadas pela comunidade acadêmica e pelos usuários dos serviços.

O levantamento da demanda de acervo bibliográfico se faz anualmente, a partir dos planos de ensino elaborados pelos professores nos quais são identificados os títulos relacionados como bibliografia básica e complementar que já compõem o acervo bibliográfico da instituição e aqueles que precisam ser adquiridos.

## 20.1. Acervo

O acervo da biblioteca é informatizado e gerenciado pelo sistema Pergamum, sendo dividido por áreas do conhecimento conforme sua classificação, com base na CDD - Classificação Decimal de Dewey. Adota-se para as regras de catalogação o Anglo-American Cataloguing Rules (AACR 2), e o cabeçalho de assunto Library of Congress Subject Headings (LCSH). O sistema gerencia toda a automação de informações de empréstimos, inclusive informações estatísticas.

Este possibilita além de consulta ao acervo das bibliotecas, renovação de empréstimos e reserva de livros através do uso internet, histórico das transações efetuadas pelos usuários na Biblioteca e o afastamento.

O acervo da bibliografia básica e da bibliografia complementar está disponível, por unidade curricular, e procura atender a quantidade média de alunos de acordo com a qualidade de desenvolvimento das pesquisas e consultas pedagógicas.

## 20.2. Plataformas Digitais:

A UEMG adquiriu renomadas Plataformas digitais multidisciplinares de e-books que atendem a várias áreas do Conhecimento. Os usuários devidamente cadastrados podem acessá-las de forma simultânea, integral e ilimitada via web, estão disponíveis para Desktop, Tablets e Smartphones.

A **Biblioteca Virtual Pearson** é uma plataforma de livros acadêmicos, científicos e de formação profissional do mundo, à disposição da comunidade acadêmica da UEMG, com acesso a milhares de obras universitárias, de editoras renomadas.

A plataforma reúne livros eletrônicos que podem ser consultados online, 24 horas por dia, sete dias por semana. A BV/UEMG apresenta cerca de 12 mil obras disponíveis em formato e-book, multidisciplinar, com atualizações permanentes e disponíveis 24 horas, que se juntam aos milhares de títulos físicos do Sistema de Bibliotecas.

A **Minha Biblioteca** é uma plataforma virtual de livros digitais que reúne diversas obras fundamentais para a formação de profissionais de diferentes áreas de conhecimento. São mais de 12 mil títulos acadêmicos em português, 15 editoras e 38 selos editoriais, autores renomados com atualização mensal, que podem ser consultados online, 24 horas por dia, sete dias por semana.

A **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**: O IBICT coordena o projeto que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas

instituições de ensino e pesquisa brasileiras, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico.

O **Portal Domínio Público**: Este portal constitui-se em um ambiente virtual que permite a coleta, a integração, a preservação e o compartilhamento de conhecimentos, sendo seu principal objetivo o de promover o amplo acesso às obras literárias, artísticas e científicas (na forma de textos, sons, imagens e vídeos), já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, que constituem o patrimônio cultural brasileiro e universal.

A **Scientific Electronic Library Online (SCIELO)** é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. O objetivo deste site é implementar uma biblioteca eletrônica que possa proporcionar um amplo acesso a coleções de periódicos como um todo, aos fascículos de cada título de periódico, assim como aos textos completos dos artigos.

Também está disponível para os todos os usuários a coleção completa de normas técnicas da ABNT, NBR, NBRISO e Mercosul. O acesso é realizado através do sistema Pergamum.

Além das bases de acesso livre mencionadas acima, a UEMG ainda possibilita consulta a bases de acesso restrito como o **Portal CAPES. O Portal de Periódicos da UEMG**, com acesso disponível na página principal da UEMG.

Fotos da Biblioteca atual:





### 20.3. Laboratório de Informática e sala de computadores

A UEMG – Unidade de Carangola possui laboratório de informática e sala de computadores para realização das aulas práticas das disciplinas de informática. Estes laboratórios, também, são utilizados pelos alunos e pela comunidade para a realização de pesquisas e trabalhos acadêmicos. Todos os computadores possuem acesso a internet, funcionando de segunda a sexta-feira, das 9h00min às 22h00min.

A sala de informática, situada na biblioteca, conta com 25 computadores com as seguintes configurações: LENOVO ThinkCentre, Monitor Lenovo 24P, Processador Intel Core i3-10100T 3.0Ghz, Memória 16GB DDR4, HD SSD NVMe 256GB, Com rede Ethernet e Wi-Fi, Sistema Operacional: Windows 10 Pro, Versão 21H2, Compilação do SO 19044.1766.

Fotos da Sala de computadores:



## BIBLIOGRAFIA

Banco de Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revisado em outubro de 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional No. 9.394. 20 de dezembro de 1996.**

FRANCHES, C.C. et al. *LDB Anotada e Comentada e Reflexões sobre a Educação Superior*. 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, L.C..**Uma Análise das Transformações na Gestão do Ensino Superior no Brasil**.<http://www.aespi.br/revista/revista2/art4.htm>

**ANEXO**

## **EMENTÁRIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

## **DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS**

<b>Disciplina: Introdução ao Serviço Social</b>	
CH semestral: 36h/a	CH semanal: 2h/a
Pré-requisito: -----	Período: 1º
<p>Ementa: A natureza e a gênese do Serviço Social. História e constituição da categoria profissional: dimensões políticas, culturais e organizacionais.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. MONTAÑO, Carlos. <b>A natureza do Serviço Social</b>. 2ª Ed. - São Paulo: Cortez, 2009.</li> <li>2. IAMAMOTO, Marilda Vilella. <b>Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: o esboço de uma interpretação histórico-metodológica</b>. São Paulo: Cortez, 2004.</li> <li>3. YAZBECK, Maria Carmelita. <i>Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social</i>. In: <b>Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais</b>. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.</li> <li>4. NETTO, José Paulo. <b>Capitalismo Monopolista e Serviço Social</b>. 3ª ed., SP, Cortez, 2001.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. ESTEVÃO, Ana Maria R. <b>O que é o Serviço Social</b>. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.</li> <li>2. BARROCO, Maria Lucia Silva e TERRA, Sylvia Helena. <b>Código de Ética do/a Assistente Social comentado</b>. CFESS (org.). São Paulo: Cortez, 2012.</li> <li>3. TAVARES, Maria Augusta. <i>Acumulação, trabalho e desigualdades sociais</i>. In: CFESS/CRESS. Coletânea <b>Direitos Sociais e competências profissionais</b>, 2009.</li> <li>4. KOIKE, Marieta. <i>Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais</i>. In: CFESS/CRESS. Coletânea <b>Direitos Sociais e competências profissionais</b>, 2009.</li> <li>5. _____, Marilda V. <i>Serviço Social na Contemporaneidade. Trabalho e Formação Profissional</i>. São Paulo: Cortez, 2007.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Universidade, sociedade brasileira e Serviço Social</b>	
CH semestral: 36h/a	CH semanal: 2h/a
Pré-requisito: -----	Período: 1º
<p>Ementa: Introdução ao debate sobre o pensamento científico e os saberes populares, ciência e senso comum. Relação dialógica entre os saberes, valores, conhecimento, ideologia e teoria. As Condições históricas e sociais da Universidade do Estado de Minas Gerais. Apresentação do tripé ensino, pesquisa e extensão. A função social da universidade: extensão e estágio curricular. A Extensão no curso de Serviço Social da UEMG. Exposição dos Projetos de extensão do curso de Serviço Social da Unidade Acadêmica de Carangola.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Cadernos ANDES. Proposta do ANDES SN para a Universidade Brasileira. 2ª ed. Atualizada. Brasília, 1996.</li> <li>2. CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade crítica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.</li> <li>3. FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA. Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira. In: Congresso Nacional de Educação, 2, 1997, Belo Horizonte. (Projeto de Lei n. 4.155, de 10 de fevereiro de 1998).</li> <li>4. LEHER, Roberto. Universidade e Heteronomia Cultural no Capitalismo Dependente: Um Estudo a partir de Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Consequência. 2018.</li> <li>5. MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 25ª ed. (1ª edición: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.</li> <li>2. GRAMSCI, Antônio. Apontamentos para uma introdução e um encaminhamento ao estudo da Filosofia e da História da Cultura (Caderno No. 11). Em: Cadernos do cárcere (volume 1). Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.</li> <li>3. NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. A construção da Extensão Universitária no Brasil: Trajetória e desafios. Em: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão / Organização: Maria das Dores Pimentel Nogueira; textos: Sonia Regina Mendes dos Santos ... [et al.] – Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013.</li> </ol>	

4. SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
5. \_\_\_\_\_. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estud. av.* [online]. 1988, vol.2, n.2 [cited 2019-09-19], pp.46-71. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141988000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007&lng=en&nrm=iso); ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141988000200007>.
6. SAVIANI, Dermeval. Ensino público e algumas falas sobre universidade. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1984 (Polêmicas do nosso tempo).

<b>Disciplina: Formação sócio-histórica do Brasil</b>	
CH semestral: 72 h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: -----	Período: 1º
<p>Ementa: O Processo de colonização brasileira e a constituição do Estado Nacional; emergência e crise na primeira República. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimentos de novos sujeitos políticos. Nacionalismo, desenvolvimento e inserção no sistema capitalista mundial. Modernização conservadora no pós-64; Transição democrática e neoliberalismo.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. AGUIAR, Marco Alexandre de. <b>As décadas de 80 e 90: transição democrática e predomínio neoliberal.</b> <i>In.</i>: Contemporâneos. Revista de Artes e Humanidades, n. 7, nov-abril. 2011, pp. 1-12.</li> <li>2. MOTA, Carlos Guilherme. <b>Viagem Incompleta.</b> A experiência brasileira (1500- 2000). Formação-Histórias. 2.ed. São Paulo: Editora Senac. São Paulo. 2000. 363p</li> <li>3. SAMPAIO, Plínio Arruda. Os períodos da História do Brasil. <i>In.</i>: STEDILE, João Pedro e SAMPAIO, Plínio Arruda. <b>História, crise e dependência do Brasil.</b> São Paulo: Movimento Consulta Popular, 2003.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. CARVALHO, José Murilo de. <b>Os bestializados:</b> O Rio de Janeiro e a República que não foi. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.</li> <li>2. SOUZA, Jessé. <b>A construção social da subcidadania:</b> para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.</li> <li>3. IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. <b>Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.</b> São Paulo, Cortez/CELATS, 1993.</li> <li>4. Santos, Josiane Soares. Questão Social: <b>particularidades no Brasil.</b> São Paulo: Cortez, 2012</li> <li>5. IAMAMOTO, Marilda Villela. <b>Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:</b> o esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2004.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Filosofia</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: -----	Período: 1º
<p>Ementa: Relevância da filosofia para o Serviço Social. Tradições filosóficas que incidiram no Serviço Social: positivismo, pragmatismo, neotomismo, fenomenologia e marxismo.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. ABBAGNANO, N. <b>História da filosofia</b>. Lisboa, Presença, vol. XIV, 1970.</li> <li>2. AGUIAR, A. G. <b>Serviço Social e filosofia</b>: das origens a Araxá. S. Paulo, Cortez, 1989.</li> <li>3. ARANHA, M. L. A., Martins, M. H. P. <b>Filosofando</b>. Introdução à filosofia. São Paulo, Moderna, 1986.</li> <li>4. VÁZQUEZ, A. S. <b>Filosofia da práxis</b>. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.</li> <li>5. CHAÚÍ, Marilena. <b>Convite à Filosofia</b>. São Paulo: Editora Ática, 1997.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. MARX, Karl. <b>Contribuição à crítica da economia política</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</li> <li>2. _____. <b>Miséria da Filosofia</b>. São Paulo: Martin Claret, 2007.</li> <li>3. CHAÚÍ, Marilena de Souza. <b>Introdução à História da filosofia</b>. [S.l.] Companhia das Letras, 2002.</li> <li>4. CORBISIER, Roland. <b>Introdução à Filosofia</b>, Tomos I e II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.</li> <li>5. VÁZQUEZ, A. S. <b>Filosofia da práxis</b>. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Teoria Sociológica e Serviço Social</b>	
CH semestral: 36h/a	CH semanal: 2h/a
Pré-requisito: -----	Período: 1º
<p>Ementa: Discussão sobre as Matrizes Clássicas do Pensamento Social. Avaliação acerca dos clássicos da Sociologia. Análise das diversas correntes da Sociologia. Análise social de Marx: método e crítica social. O paradigma positivista e a sociologia de Durkheim. A sociologia compreensiva de Max Weber. Modernidade e pós-modernidade: o debate sobre os paradigmas de análise social e as influências para o Serviço Social.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira, Quintaneiro, Tania, OLIVEIRA, Marcia Gardenia Monteiro de, etal. <b>Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber.</b> 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.</li> <li>2. ALCANTARA, Fernanda Henrique Cupertino. <b>Os clássicos no cotidiano.</b> São Paulo: Arte e Ciência, 2008.</li> <li>3. DURIGUETTO, Maria Lúcia. <b>Sociedade civil e democracia: um debate necessário.</b> São Paulo: Cortez, 2007.</li> <li>4. ARENDT, Hannah. <b>A condição humana.</b> 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. VELHO, O.G., Palmeira, M., Bertelli, A. R. (orgs.). <b>Estrutura de classes e estratificação social.</b> Rio de Janeiro, Zahar, 1977.</li> <li>2. SANTOS, B.V. <b>Introdução a uma ciência pós-moderna.</b> Rio de Janeiro, Graal, 1989.</li> <li>3. MARX, K. <b>As lutas de classe na França.</b> Textos nº 3, op. cit.</li> <li>4. _____. <b>18 Brumário de Luís Bonaparte.</b> Várias edições.</li> <li>5. ARENDT, Hannah. <b>A condição humana.</b> 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Português Instrumental</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: -----	Período: 1º
<p>Ementa: Estudos de língua portuguesa voltados para práticas de oralidade e escrita em gêneros acadêmicos, considerando-se as regras de normalização referentes a cada gênero. Construção do parágrafo. A constituição do texto. A argumentação. Regras gramaticais (acentuação, concordância verbal e nominal e pontuação) e Redação.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. VANOYE, F. <b>Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita</b>. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.</li> <li>2. DOLZ, Joaquim et al. "<b>A exposição oral</b>". In: SCHNEUWLY, Bernard &amp; DOLZ, Joaquim. Gêneros orais e escritos na escola. Trad. e org. Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 215-246.</li> <li>3. MACHADO, Anna Rachel, LOUSADA, Eliane &amp; ABREU-TARDELLI, Lilia Santos. <b>Resumo</b>. 5. ed. São Paulo: Parábola, 2007.</li> <li>4. _____. <b>Resenha</b>. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2007.</li> <li>5. MARCUSCHI, Luiz Antônio. "<b>Gêneros textuais e funcionalidade</b>". In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel &amp; BEZERRA, MariaAuxiliadora (org.). <b>Gêneros textuais e ensino</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informatização e</li> <li>2. CARNEIRO, Agostinho Dias. <b>Texto em construção: interpretação de textos</b>. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.</li> <li>3. NEVES, Maria Helena de Moura. <b>Gramática de usos do português</b>. São Paulo: Editora UNESP, 2000.</li> <li>4. PROENÇA Filho, Domício. <b>Noções de gramática em tom de conversa: Língua Portuguesa</b>. São Paulo: Editora do Brasil, 2003.</li> <li>5. ROSA, Maria Carlota. <b>Introdução à morfologia</b>. São Paulo: Cortez, 2004.</li> <li>6. SOUZA, M. B. &amp; Waldeck, S. <b>Compreensão e produção de textos</b>. Rio de Janeiro: Livro, 1992.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Legislação Social aplicada ao Serviço Social</b>	
CH semestral: 36h/a	CH semanal: 2h/a
Pré-requisito:----	Período: 1º
<p>Ementa: A Constituição Federal de 1988 e as legislações sociais no Brasil. Organização dos poderes e a ordem social. Os direitos sociais, a legislação social e a articulação com o Projeto Ético Político da profissão.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>BRASIL.</b> Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.</li> <li>2. _____. Lei 1074, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2004.</li> <li>3. _____. Lei 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 169º da Independência e 102º da República.</li> <li>4. <b>COLETÂNEA DE LEIS.</b> 3.ed., um guia completo e atualizado dedicado ao assistente social. CRESS 6ª região, 2004.</li> <li>5. SIMÕES, Carlos. <b>Legislação do Serviço Social.</b> São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BOBBIO, Norberto. <b>Estado, governo e sociedade.</b> 15.ed. São Paulo, 2009.</li> <li>2. CARVALHO, Alysso. <b>Políticas Públicas.</b> Belo Horizonte: Editora UFMG; PROEX, 2002.</li> <li>3. COUTO, Berenice Rojas. <b>O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?</b> 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.</li> <li>4. SILVA, Ademir Alves. <b>Gestão da seguridade brasileira: entre a política pública e o mercado,</b> São Paulo: Cortez, 2004.</li> <li>5. VIEIRA, Evaldo. <b>Direitos e política social.</b> São Paulo: Cortez, 2004.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social I</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: ISS	Período: 2º
<p>Ementa: Expansão do capitalismo monopolista e o surgimento do Serviço Social na Europa e nos Estados Unidos. As formas de expressão e enfrentamento da questão social no Brasil no contexto latino-americano e a institucionalização do Serviço Social na conjuntura do capitalismo tardio até a Segunda Guerra: emergência da questão social no Brasil; formas de enfrentamento do Estado brasileiro em suas relações com as classes sociais; a ação social da Igreja; a emergência e institucionalização do Serviço Social; formação do mercado de trabalho do assistente social; modelos de intervenção profissional. Análise crítica das influências teórico-metodológicas e as formas de intervenção construídas pela profissão.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. ORTIZ, Fátima Grave. <b>O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes</b>. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.</li> <li>2. IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. <b>Relações sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica</b>. 29. ed. São Paulo: Cortez, 2009.</li> <li>3. CASTRO, Manuel Manrique. <b>História do Serviço Social na América Latina</b>. São Paulo: Cortez, 1982.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BACKX, S. <b>Serviço Social: reexaminando sua história</b>. Rio de Janeiro: Editora AS, 1994.</li> <li>2. CARVALHO, R. de. Modernos agentes da justiça e da caridade – notas sobre a origem do Serviço Social no Brasil. In: <b>Serviço Social &amp; Sociedade</b>. São Paulo: Cortez, 1982. n. 2. p. 43-71.</li> <li>3. HAMILTON, G. <b>Teoria e prática do Serviço Social de Casos</b>. Rio de Janeiro: Agir, 1986.</li> <li>4. IAMAMOTO, M. V. <b>Renovação e conservadorismo no Serviço Social</b>. São Paulo: Cortez, 1992.</li> <li>5. KONOPKA, Gisela. <b>Serviço Social de Grupo</b>. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. (Primeira Edição: 1963).</li> <li>6. NETTO, J. P. <b>Capitalismo monopolista e Serviço Social</b>. 2.ed. São Paulo, Cortez, 1996.</li> <li>7. RICHMOND, M. E. <b>Diagnóstico social</b>. Lisboa: Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, 1950.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Teoria Política</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: ----	Período: 2º
<p>Ementa: História e desenvolvimento da teoria política no pensamento moderno. As diferentes concepções de Estado e as relações de Estado e sociedade sob a análise dos clássicos da política moderna: Hobbes, Locke, Rousseau, Hegel, Marx, Lênin e Gramsci.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. WEFFORT, F. C. (org.). <b>Os clássicos da política</b>. S. Paulo, Ática, 2 vols., 1989.</li> <li>2. COUTINHO, C. N. <b>Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios</b>. São Paulo: Cortez, 2008.</li> <li>3. MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. <b>Estado, Classe e Movimento Social</b>. São Paulo: Cortez, 2011.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BONAVIDES, Paulo. <b>Do estado liberal ao estado social</b>. 3. ed. [S.l.] Fundacao Getulio Vargas, 1972.</li> <li>2. BOBBIO, N., Bovero, M. <b>Sociedade e Estado na filosofia política moderna</b>. São Paulo, Brasiliense, 1987.</li> <li>3. COUTINHO, C. N. <b>Contra a corrente</b>. S. Paulo, Cortez, 2000.</li> <li>4. BOBBIO, N. <b>Liberalismo e democracia</b>. S. Paulo, Brasiliense, 1990.</li> <li>5. MAQUIAVEL, Nicolau. <b>O príncipe</b>. São Paulo: Abril, 1983</li> <li>6. HOBBS, Thomas. <b>Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil</b>. São Paulo: Nova Cultural, 1999.</li> <li>7. BURKE, Edmund. <b>Reflexões sobre a revolução em França</b>. Brasília: UNB, 1982.</li> <li>8. MONTESQUIEU, Charles Louis de. <b>Do espírito das leis</b>. São Paulo: Abril Cultural, 1973.</li> <li>9. TOCQUEVILLE, Alexis. <b>A democracia na América</b>. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1998.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Introdução ao trabalho científico no Serviço Social</b>	
CH semestral: 36h/a	CH semanal: 2h/a
Pré-requisito:----	Período: 2º
<p>Ementa: Condições históricas e sociais do surgimento do pensamento científico. As diferenças entre conhecimento científico e senso comum e a relação sujeito/objeto. A teoria, o método e a pesquisa na construção do conhecimento científico. O Serviço Social e suas relações com as Ciências Sociais. Metodologia do trabalho científico.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BOMENY, H., Birman, P. (orgs.). <b>As assim chamadas ciências sociais</b>. Rio de Janeiro, UERJ/Relume-Dumará, 1991, parte III.</li> <li>2. LÖWY, M. <b>As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen</b>. S. Paulo, Cortez, 1994.</li> <li>3. SEVERINO, A. J. <b>Metodologia do trabalho científico</b>. S. Paulo, Cortez, 2000.</li> <li>4. SOUZA FILHO, R. <b>Apontamentos sobre o materialismo dialético</b>. In: Revista Libertas, V.2 N.2. Editora UFJF: Juiz de Fora, 2002.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. THIOLENT, M. <b>Crítica metodológica, investigação social e enquete operária</b>. S.Paulo, Pólis, 1982.</li> <li>2. SANTOS, B. S. <b>Um discurso sobre as ciências</b>. Porto, Afrontamento, 1992.</li> <li>3. SOUZA FILHO, R. <b>Apontamentos sobre o materialismo dialético</b>. In: Revista Libertas, V.2 N.2. Editora UFJF: Juiz de Fora, 2002.</li> <li>4. RUIZ, J.Á. Estudo pela leitura trabalhada. In: Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. 4.ed. São Paulo, Atlas, 1996, p. 34-47.</li> <li>5. ANDERY, Maria Amália et al. Introdução. In: Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. São Paulo: EDUC, 1988. Pp.11-23</li> <li>6. RUIZ, João Álvaro. Conhecimento vulgar e conhecimento científico. In: Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. 4.ed. São Paulo, Atlas, 1996, p. 91-94.</li> <li>7. GIL, Antonio Carlos. A natureza da ciência social. In: Métodos e técnicas de pesquisa social. 4 ed. São Paulo, Atlas, 1994, p. 19-26.</li> <li>8. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994, p. 09-29.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Antropologia Social</b>	
CH semestral: 36h/a	CH semanal: 2h/a
Pré-requisito:-----	Período: 2º
<p>Ementa: A Antropologia Cultural. Imersão e Observação participativa. Propostas Metodológicas da Antropologia. Diversidade Cultural no Brasil: os saberes e os fazeres locais.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. CARVALHO, José Carlos de Paula. <b>Antropologia das organizações e educação: um ensaio holonômico</b>. Rio de Janeiro: Imago, 1990.</li> <li>2. DA MATTA, R. <b>Relativizando: uma introdução à Antropologia Social</b>. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.</li> <li>3. MELO, Luiz Gonzaga de. <b>Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas</b>. Petrópolis: Vozes, 1995.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BARROS, Myriam Moraes Lenir de. Até onde vai o olhar antropológico. In: <b>ILHA</b>. Florianópolis, v.6, nº 1 e 2, julho/2004.</li> <li>2. DA MATTA, R. <b>O ofício do etnólogo ou como ter Anthropological Blues</b>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.</li> <li>3. LEVI-STRAUSS, Claude. <b>Raça e História</b>. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.</li> <li>4. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. <b>Sobre o pensamento antropológico</b>. Brasília: Tempo Brasileiro, 1988.</li> <li>5. VELHO, Gilberto. <b>Individualismo e Cultura</b>. Notas para uma antropologia da sociedade complexa. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Questão social, Serviço Social e particularidades Regionais</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:-----	Período: 2º
<p>Ementa: A questão social no Brasil contemporâneo, na intercorrência de concentração de propriedade e de riqueza. Exploração do trabalho e desigualdade social. Questão social e lutas de classes. Questão social e particularidades regionais.</p> <p>Expressões da questão social em Carangola e região.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ianni, O. <b>A idéia de Brasil moderno</b>. S. Paulo, Brasiliense, 1992.</li> <li>2. NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. <i>Temporalis</i>, ABEPSS, n. 3, p. 41-49, 2001.</li> <li>3. PEREIRA. Potyara A. P. Questão social, Serviço Social e direitos de cidadania. In: <b>Revista Temporalis</b>, nº 03, ABEPSS, Brasília, 2001.</li> <li>4. SANTOS, Joseane Soares. “Questão Social”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortes, 2012.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Santos, W. G. <b>Cidadania e justiça</b>. Rio de Janeiro, Campus, 1979.</li> <li>2. Carelli, Rogério. <b>Efemérides Carangolenses (1827-1959)</b>. Viçosa: Editora Folha de Viçosa, 2002.</li> <li>3. Koval, B. <b>História do proletariado brasileiro</b>. S. Paulo, Alfa-Ômega, 1981.</li> <li>4. BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. <i>Política Social: fundamentos e história</i>. São Paulo: Cortez, 2007.</li> <li>5. IANNI, Otávio. A questão social. In: <b>Revista São Paulo em Perspectiva</b>. Volume 5, nº 01. Questões Sociais. Fundação Seade, São Paulo, 1991.</li> <li>6. Alves, M. H. M. <b>Estado e oposição no Brasil. 1964-1984</b>. Petrópolis, Vozes, 1987.</li> <li>7. Cohn, A. “A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania”, in Mota, C. G. (org.). <b>Viagem incompleta</b>. A experiência brasileira (1500-2000). São Paulo, SENAC/SESC, vol. 2, 2000.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Psicologia Social</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:-----	Período: 2º
<p>Ementa: Estudos dos pressupostos teóricos básicos da Psicologia Social e sua relação com a conquista da cidadania, abordando a multideterminação social e psicológica da constituição da subjetividade humana; o processo de socialização e as principais agências socializadoras – família, escola, trabalho e mídia; a construção da identidade social; a relação entre subjetividade e sociedade.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BOCK, Ana Mercês Bahia. <b>Psicologia e Compromisso Social</b>. São Paulo: Cortez, 2003.</li> <li>2. GODO, Wanderley (org.) LANE, Silvia, T. M. <b>Psicologia social: o homem em movimento</b>. São Paulo: Brasiliense, 1984.</li> <li>3. BONFIM, E. M. e Machado, M. N. <b>Em torno da psicologia social</b>. Belo Horizonte, Ed. Autores, 1987.</li> <li>4. JACQUES, Maria da Graça Correa (org.). <b>Psicologia Social Contemporânea</b>. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.</li> <li>5. BOCK, Ana Mercês Bahia. <b>A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia</b>. São Paulo: Cortez, 2001.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BAREMBLITI, G. <b>Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática</b>. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1998.</li> <li>2. LANE, Silvia, T. M. <b>O que é Psicologia Social</b>. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.</li> <li>3. ROBERT, M. Farr. <b>As Raízes da Psicologia Moderna</b>. Petrópolis: Vozes, 1996.</li> <li>4. BASTOS, Rogério Lustosa. <b>Obra de Arte e Vida: psicologias sociais, diferentes subjetividades na estética da existência</b>. Londrina: Ed. da Universidade Estadual de Londrina, 2001.</li> <li>5. CARVALHO, I. M. <b>Introdução à psicologia das relações humanas</b>. RJ: FGV, 2000.</li> <li>6. SARRIERA, Jorge; SAFORCADA Enrique Teófilo. <b>Introdução à Psicologia Comunitária</b>. Porto Alegre: Sulina, 2010.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social II</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: FTMS I	Período: 3º
Ementa: Bases da crise do Serviço Social tradicional no Brasil e América Latina nos anos de 1960. Movimento de Reconceituação na América Latina.	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. FALEIROS, V. P. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina. <b>Revista Serviço Social e Sociedade</b>. N.24, 1987</li> <li>2. NETTO, J.P. <b>Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil, pós-64</b>. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1998. Capítulo 1.</li> <li>3. NETTO, J.P. O movimento de reconceituação 40 anos depois. <b>Revista Serviço Social e Sociedade</b>. N.84, 2005.</li> <li>4. SANTOS, L.L. <b>A relação teoria-prática no trabalho social: método BH</b>. SANTOS, L.L. Textos de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1985.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. CBCISS, <b>Documento de Araxá</b>. Debates Sociais, 1967.</li> <li>2. _____, <b>Documento de Teresópolis</b>. Debates Sociais, 1970.</li> <li>3. SILVA, M.G.O. <b>Ideologias e Serviço Social: reconceituação latino-americana</b>. São Paulo: Cortez, 1982.</li> <li>4. SANTOS, L.L. <b>A relação teoria-prática no trabalho social: método BH</b>. SANTOS, L.L. Textos de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1985.</li> <li>5. ORTIZ, Fátima Grave. <b>O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes</b>. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Pensamento Social e Serviço Social I</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: TP	Período: 3º
<p>Ementa: Economia política clássica. Economia política crítica. Os fundamentos do modo de produção capitalista: processo de trabalho, criação de valor, lucro e mais-valia, acumulação e exploração do trabalhador. Panorama do desenvolvimento do capitalismo ao longo da história: concorrencial, monopolista, keynesianismo e neoliberalismo. Os rebatimentos no trabalho do (a) Assistente Social.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. MARX, K.; ENGELS, Friedrich. <b>Manifesto do Partido Comunista</b>. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2008.</li> <li>2. NETTO, J.P.; BRAZ, M. <b>Economia Política: uma introdução Crítica</b>. São Paulo, Cortez, 2006</li> <li>3. MARX, K. <b>O capital. Crítica da economia política</b>. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, livro I, vol. 2, 1968, cap. XXIII (“A lei geral da acumulação capitalista”).</li> <li>4. COUTINHO, C.N. <b>Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios</b>. São Paulo: Cortez, 2008.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. MANDEL, E. <b>O capitalismo tardio</b>. S. Paulo, Abril, 1983.</li> <li>2. HARVEY, D. <b>Condição pós-moderna</b>. S. Paulo, Loyola, 1996.</li> <li>3. HOBBSAWM, E. J. <b>Era dos extremos</b>. S. Paulo, Cia. das Letras, 1999, parte 2.</li> <li>4. COUTINHO, C.N. <b>Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios</b>. São Paulo: Cortez, 2008.</li> <li>5. FREYRE, Gilberto. <b>Casa grande &amp; senzala em quadrinhos</b>. Rio de Janeiro: Editora ABEGraph, 2000.</li> <li>6. MOTA, Lourenço Dantas (org.). <b>Introdução ao Brasil Um Banquete no Trópico</b>. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999.</li> <li>7. SANTIAGO, Silvano (org.). <b>Intérpretes do Brasil, 3 V</b> Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.</li> <li>8. SANTOS, Nelson Pereira dos. <b>Casa Grande e Senzala</b>. Vídeo. 2000 . . Raízes do Brasil Vídeo. 2002.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Oficina de Pesquisa em Serviço Social I</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: ITCSS	Período: 3º
<p>Ementa: A pesquisa como prática fundamental do Serviço Social. A construção do conhecimento a partir da investigação científica em sua processualidade. A elaboração do projeto de pesquisa: pesquisa bibliográfica, definição do objeto de estudo, objetivos, referencial teórico e a definição da metodologia.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. ALONSO, Angela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. São Paulo: CEBRAP/SESC, 2016.</li> <li>2. DEBERT, Guita Grin. Poder e ética na pesquisa social. Cienc. Cult. [online]. 2003, vol.55, n.3.</li> <li>3. GUERRA, Yolanda. <b>A dimensão investigativa no exercício profissional.</b> In: Serviço Social - Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.</li> <li>4. MINAYO, Mª Cecília de Souza (org.). <b>Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade.</b> 26.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011. Cap. 1 e Cap. 2.</li> <li>5. LIMA, T. C. S. de, MIOTO, R.C.T. <b>Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico:</b> a pesquisa bibliográfica. In: Revista Katálises, v. 10. Florianópolis, 2007.</li> <li>6. LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. São Paulo: CEBRAP/SESC, 2016. p. 24 -41.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. MARSIGLIA, Regina M. G. <b>Capacitação em Serviço Social e Política Social.</b> Módulo 5: Intervenção e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: UNB,CEAD, 2001.</li> <li>2. CHAUI, Marilena. As Ciências. In: CHAUI, Marilena. <b>Convite à Filosofia.</b> 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.</li> <li>3. CFESS. Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Lei nº 8662, 1993.</li> <li>4. LIMA, T. C. S. de, MIOTO, R.C.T. <b>Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico:</b> a pesquisa bibliográfica. In: Revista Katálises, v. 10. Florianópolis, 2007.</li> <li>5. LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. São Paulo: CEBRAP/SESC, 2016. p. 24 -41.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Trabalho e sociabilidade e Serviço Social</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: -----	Período: 3º
<p>Ementa: A discussão do trabalho como fundante do ser social. A temática do trabalho, da práxis e da alienação. A configuração do trabalho no modo de produção capitalista. As formas históricas de organização e gestão do processo de trabalho. Metamorfoses no mundo do trabalho e as transformações contemporâneas da questão social. O debate contemporâneo sobre a crise da sociedade do trabalho. As implicações das transformações do mundo do trabalho para o Serviço Social.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. ANTUNES, Ricardo. <b>Os sentidos do trabalho</b>. São Paulo: Boitempo, 1999.</li> <li>2. BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. <b>Economia Política: uma introdução crítica</b>. São Paulo: Cortez, 2010.</li> <li>3. IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. <b>Revista Temporalis</b>, Ano 2, n.3. Brasília: ABEPSS, jan/jul. 2001.</li> <li>4. MARX, Karl. <b>Manuscritos Econômico-filosóficos</b>. Trad.: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010, p.79-89.</li> <li>5. NETTO, José Paulo. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. <b>Revista Temporalis</b>, Ano 2, n.3. Brasília: ABEPSS, jan/jul. 2001.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. ANTUNES, Ricardo. <b>Adeus ao trabalho?</b> Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12.ed. Campinas, SP:Cortez, 2007.</li> <li>2. HARVEY, David. <b>Condição Pós-Moderna</b>. São Paulo: Loyola, 2004.</li> <li>3. MARX, Karl. <b>O capital: crítica da economia política</b>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, livro 1, vol. 1, 1968, cap. 5º (“Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia”).</li> <li>4. NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. <b>Revista Serviço Social &amp; Sociedade</b>, n.50, Ano XVII. São Paulo: Cortez, abril 1996.</li> <li>5. NETTO, José Paulo. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. <b>Revista Temporalis</b>, Ano 2, n.3. Brasília: ABEPSS, jan/jul. 2001.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Serviço Social e o debate sobre Estado, Classes e Movimentos Sociais I</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 2h/a
Pré-requisito:-----	Período: 3º
<p>Ementa: O Estado moderno na reflexão marxiana. As classes sociais no capitalismo e o surgimento da questão social. As organizações clássicas dos trabalhadores: partidos e sindicatos. O Estado no cerne da mundialização do capital, as mudanças no mundo trabalho e na conformação da classe trabalhadora. O debate do Serviço Social e a gênese do trabalho com movimentos sindicais e classistas.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Antunes, Ricardo L. C. <b>O que é sindicalismo</b>. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 2003. 95 p. il. (Coleção primeiros passos, 24)</li> <li>2. MONTAÑO, Carlos, e DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, classe e movimento social. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</li> <li>3. MARX, K.; ENGELS, F. <b>Manifesto do Partido Comunista</b>. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.</li> <li>4. BRAVO, Maria Inês. O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, pp. 393-410.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. IANNI, Octávio (Org.). <b>Karl Marx - Sociologia</b>. São Paulo : Ática, 1980 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).</li> <li>2. ENGELS, F. <b>A situação da classe trabalhadora na Inglaterra</b>. São Paulo: Boitempo, 2010.</li> <li>3. ANTUNES, R. <b>Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje?</b> Revista RET, Ano II, n3. Campinas: Unicamp, 2008.</li> <li>4. FREDERICO, Celso. Classe e Lutas Sociais. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, pp. 255-266.</li> <li>5. GRUPPI, L. <b>Tudo começou com Maquiavel</b> – As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. LPM Editores: Porto Alegre, 1983. Parte I.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Núcleo Temático de Extensão do Serviço Social</b>	
CH semestral: 36h/a	CH semanal: 2h/a
Pré-requisito: USBSS	Período: 3º
<p>Ementa: As Práticas de extensão e educação popular na cidade de Carangola. Educação popular e práxis. Educação popular e práticas profissionais. Debates atuais. Particularidades da extensão em diferentes espaços, áreas e públicos. Estudo de casos concretos. Disciplina vinculada aos projetos de extensão ofertados pelo curso de Serviço Social da Unidade de Carangola.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.</li> <li>2. PALMA, Diego. A prática política dos profissionais. O caso do serviço social. São Paulo/ Lima: Cortez/CELATS, 1986.</li> <li>3. VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da práxis. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.</li> <li>4. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Unidade Carangola, 2023.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <p>Disciplina com referências em aberto para adaptação aos temas e projetos ofertados pela instituição.</p>	

<b>Disciplina: Fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social III</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: FTMSS II	Período: 4º
<p>Ementa: A consolidação da ruptura com o Serviço Social tradicional no âmbito da produção acadêmica na década de 1980: apresentação e análise do significado sócio-histórico da profissão: alterações no debate sobre o Estado e as políticas sociais; referências teóricas para atuação profissional. O debate sobre a profissão na década de 1990: transformações societárias e Serviço Social; mudanças no mercado de trabalho: diretrizes curriculares para a formação acadêmica e consolidação da ruptura no âmbito jurídico-normativo (Código de Ética de 1993 e Lei de Regulamentação da Profissão 8662/93).</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. <b>Relações sociais e Serviço Social no Brasil</b> – esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 29. ed. São Paulo: Cortez, 2009.</li> <li>2. FALEIROS, V.P. <b>A política social do Estado Capitalista</b>. São Paulo: Cortez. 12. Ed., 2008.</li> <li>3. NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. <b>Revista Serviço Social e Sociedade</b> N. 50. São Paulo: Cortez, 1996.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. NETTO, José Paulo. <b>Capitalismo monopolista e Serviço Social</b>. São Paulo: Cortez, 2001.</li> <li>2. NETTO, José Paulo. <b>Ditadura e Serviço Social</b>. São Paulo: Cortez, 1991.</li> <li>3. IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. <b>Relações sociais e Serviço Social no Brasil</b> – esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 29. ed. São Paulo: Cortez, 2009. (p. 29 – 69)</li> <li>4. FALEIROS, Vicente de Paula. <b>A política social do Estado Capitalista</b>. São Paulo: Cortez Editora, 12. Ed., 2009.</li> <li>5. MOTA, Ana Elizabete. <b>O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na Empresa</b>. São Paulo: Cortez editora, 6.ed. ampliada, 2010. Cap. 1, 3, 4 e item final.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Política Social e Serviço Social I</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: -----	Período: 4º
<p>Ementa: As origens da política social e as diferentes interpretações sobre seu surgimento e significado. O Estado de bem estar. Os diferentes tipos de <i>Welfare State</i>. Cidadania moderna, direitos sociais e política social. Fundo público, crise do <i>Welfare State</i> e a política social no neoliberalismo.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BERING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. <b>Política Social: Fundamentos e História</b>. São Paulo: Cortez, 2008.</li> <li>2. FALEIROS, Vicente de Paula. O que é Política Social, São Paulo: Brasiliense, 2007; Coleção Primeiros Passos, 168.</li> <li>3. Netto, J. P. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. In: Temporalis, Brasília, ABEPSS, 2001.</li> <li>4. SALVADOR, E. <b>Fundo Público e Seguridade Social no Brasil</b>. São Paulo: Cortez, 2010.</li> <li>5. POTYARA, A. P. P. Política Social: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Marshall, T. H. <b>Política social</b>. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.</li> <li>2. Netto, J. P. <b>Capitalismo monopolista e serviço social</b>. S. Paulo, Cortez, 1996.</li> <li>3. LAURELL, Ana Cristina. <b>Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo</b>. In:_. (org). <b>Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo</b>. São Paulo: Cortez, 1995.</li> <li>4. SALVADOR, E. <b>Fundo Público e Seguridade Social no Brasil</b>. São Paulo: Cortez, 2010.</li> <li>5. POTYARA, A. P. P. Política Social: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Instrumentos e técnicas de intervenção profissional</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:-----	Período: 4º
<p><b>Ementa:</b> A dimensão técnico-operativa do trabalho do assistente social. Os conteúdos dessa dimensão na trajetória da profissão. Os instrumentos técnico-operativo do serviçosocial. Experiências de utilização de instrumentos.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <p><b>As diferentes dimensões da intervenção profissional</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. SANTOS, Cláudia Mônica dos. “As Dimensões da Prática Profissional do Serviço Social”. In: <b>Libertas/Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social</b>, v. 2 jul/dez/2002. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003.</li> <li>2. GUERRA, Yolanda Demétrio. A Dimensão Técnico-operativa do exercício profissional. IN: <b>A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos</b>. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.</li> <li>3. GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: <b>capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 4 – o trabalho do assistente social e as políticas sociais</b>. CFESS, Brasília, 2000. FORTI.</li> <li>4. Valeria &amp; Guerra, Yolanda. “Na prática a teoria é outra?”. In <b>Serviço Social: Temas, Textos e Contextos</b>. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2011.</li> </ol> <p><b>Instrumentos e Técnicas</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. SANTOS, C. M. E NORONHA, Karine. “O Estado da Arte sobre os Instrumentos e técnicas na Intervenção Profissional do Assistente Social – uma perspectiva crítica”. IN:GUERRA, Y E FORTI, V. <b>Serviço Social: Temas, Textos e Contextos</b>. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2010.</li> <li>2. MIOTO, Regina Célia. Estudos socioeconômicos. In: <b>Direitos Sociais e Competências profissionais</b>. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.</li> <li>3. TONIOLO, Charles. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. <b>Emancipação</b>, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em <a href="http://www.uepg.br/emancipação">HTTP://www.uepg.br/emancipação</a>.</li> <li>4. FÁVERO, Eunice Terezinha. Instruções sociais de processos, sentenças e decisões. <b>Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais</b>. CFESS/ABEPSS, Brasília , 2009.</li> </ol> <p><b>Produção de conhecimento para o serviço social, a intervenção e suas estratégias</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da “Sistematização da Prática” em Serviço social. In <b>Em Pauta – Revista da Faculdade de Serviço Social</b></li> </ol>	

da UERJ, nº 10, julho/97.

2. GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. Direitos Sociais e Competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
3. COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto de trabalho profissional. In Direitos Sociais e Competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. (16).

**Bibliografia Complementar:**

1. VASCONCELOS, Ana Maria de. “Serviço Social e Prática Reflexiva”. In: **Em Pauta**-Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ- n.10. Rio de Janeiro, 1997.
2. VASCONCELOS, Ana Maria de. “A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social”. In CRESS - 6ª Região. **Revista Conexão Geraes** nº3, Ano 2, 2º semestre de 2013.
3. COORDENAÇÃO. Recomendações para elaboração do projeto de intervenção. In Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 5 – Intervenção e Pesquisa em Serviço Social. CFESS, Brasília, 2001.
4. TRINDADE, Rosa L. P. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais IN: **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.
5. MARCOSIN, Cleir. Documentação em Serviço Social: Debatendo a Concepção Burocrática e Rotineira. In Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2011.

<b>Disciplina: Oficina de Pesquisa em Serviço Social II</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: OPSS I	Período: 4º
<p>Ementa: O projeto de pesquisa: elaboração dos instrumentos de coletade dados e análise dos resultados da pesquisa de campo.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da “Sistematização da Prática” em Serviço social. In Em Pauta – Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, nº 10, julho/97.</li> <li>2. MINAYO, Mª Cecília de Souza (org.). de S. <b>Pesquisa Social</b> – Teoria, método e criatividade. 26.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011. Cap. 3 e Cap. 4.</li> <li>3. NETTO, José Paulo. Notas para discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social. In: A Metodologia no Serviço Social, <b>Cadernos ABESS</b> nº03, São Paulo: Cortez,1989.</li> <li>4. Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisaqualitativa em saúde. São Paulo, HUCITEC / ABRASCO, 1992.</li> <li>2. FLICK, W. <i>Desenho da pesquisa qualitativa</i>. Porto Alegre: Artmed, 2009.</li> <li>3. SETUBAL, Aglair A. <b>Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade</b>. São Paulo: Cortez, 2008.</li> <li>4. CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 6. ed. São Paulo : Cortez, 2003. 164 p. (Biblioteca da educação. Escola ; v.16).</li> <li>5. TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução a pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1994.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Serviço Social e Processo de Trabalho</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: -----	Período: 4º
<p>Ementa: Serviço social como especialização do trabalho coletivo na sociedade capitalista. Principais configurações do exercício profissional no contexto da reestruturação produtiva, das novas formas de organização e gestão do trabalho e das relações entre o público e o privado. A reforma do Estado e repercussões no exercício profissional: a mercantilização e refilantropização do social. O Assistente Social como trabalhador: condições, relações e processos de trabalho. Competências e atribuições do assistente social.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. CFESS/ABEPSS. <b>Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.</b> Brasília, 2009.</li> <li>2. CFESS. <b>Atribuições privativas do(a) assistente social</b> - em questão. Brasília, fevereiro de 2012.</li> <li>3. IAMAMOTO, Marilda Vilela. <b>O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.</b> São Paulo: Cortez, 1998.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. IAMAMOTO, Marilda, Vilela. <b>Trabalho e Indivíduo Social.</b> São Paulo: Cortez, 2001.</li> <li>2. SERRA, Rose. <b>Espaços Ocupacionais e Serviço Social – Ensaio Crítico.</b> SP:Paco Editorial, 2012.</li> <li>3. SERRA, Rose. <b>Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens.</b> São Paulo: Cortez. PETRES-FSS/UERJ, 2001.</li> <li>4. BARBOSA, R. N., CARDOSO F.G. &amp; ALMEIDA, N.L.T. A categoria "processo de trabalho" e o trabalho do assistente social. In: Serviço Social &amp; Sociedade. São Paulo: Cortez, v.19,n.58 (nov.1998), p.109-131</li> <li>5. HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992. (Capítulo II).</li> <li>6. IAMAMOTO. M.V. O Serviço Social em tempo de Capital Fetiche (Cap.IV). In: Serviço Social em tempo de Capital Fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.</li> <li>7. WEISSHAUPT, J. R. As funções sócio-institucionais do serviço social. São Paulo: Cortez, 1988.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Ética e Serviço Social</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:-----	Período: 5º
<p>Ementa: Distinção entre ética e moral. A atualidade do debate ético e código de ética profissional vigente. Dilemas ético-morais no exercício profissional. Projeto ético-político do Serviço Social.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BARROCO, Maria Lúcia Silva. <b>Ética: fundamentos sócio-históricos</b>. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de Serviço Social, Vol. 4).</li> <li>2. COELHO, Marilene. <b>Imediaticidade na prática profissional do assistente social</b>. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.</li> <li>3. BARROCO, Maria Lucia Silva e TERRA, Sylvia Helena. <b>Código de Ética do/a Assistente Social comentado</b>. CFESS (org.). São Paulo: Cortez, 2012.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BRITES, M. Cristina &amp; BARROCO, M. Lucia. A centralidade da ética na formação profissional. In: Revista <b>Temporalis</b> v.1, n.2. Brasília: ABEPSS, 2000.</li> <li>2. BARROCO, M. L. S. <b>Ética e Serviço social: fundamentos ontológicos</b>. São Paulo, Cortez, 2001.</li> <li>3. _____. A dimensão ético-política do ensino e da pesquisa em Serviço Social, <b>Temporalis</b> (Brasília), v. 19, p. 161-169, 2010.</li> <li>4. FORTI, Valeria, BRITES, Cristina Maria. <b>Serviço Social e direitos humanos: polêmicas, debates e embates</b>. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.</li> <li>5. TONET, Ivo. Ética e capitalismo. In: <b>Revista Presença Ética</b>, ano 2, n. 2, v. 2 GEPE: UFPE : Recife, 2002.</li> <li>6. VINAGRE, Marlise. Ética, direitos humanos e projeto profissional emancipatório. In: FORTI, Valeria, GUERRA, Yolanda. <b>Ética e Direitos: ensaios críticos</b>. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Serviço Social e o debate sobre Estado, Classes e Movimentos Sociais II</b>	
CH semestral: 72/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: SSECMSI	Período: 5º
<p>Ementa: As concepções de Estado e sociedade civil em Gramsci. Os movimentos sociais como espaço de construção de contra-hegemonia e o papel do intelectual orgânico. O surgimento e configuração dos “novos” movimentos sociais na contemporaneidade. A relação do Serviço Social com os movimentos sociais no Brasil.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. COUTINHO, C. N. <b>Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político</b>. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.</li> <li>2. MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. <b>Estado, Classe e Movimento Social</b>. São Paulo: Cortez, 2011.</li> <li>3. ABRAMIDES, M. B. e DURIGUETTO, M.L. <b>Movimentos sociais e Serviço Social - uma relação necessária</b>. São Paulo: Cortez, 2014.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. GRUPPI, L. <b>Tudo começou com Maquiavel</b> – As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. LPM Editores: Porto Alegre, 1983. Parte II.</li> <li>2. WOOD, Ellen Meiksins. <b>Democracia contra o Capitalismo</b>: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2010.</li> <li>3. GOHN, Maria da Glória. <b>História dos movimentos sociais e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros</b>. São Paulo: Loyola, 2011.</li> <li>4. IASI, Mauro. <b>Ensaio sobre a consciência e emancipação</b>. São Paulo: Editora Expressão popular, 2011.</li> <li>5. FRANÇA, Teones. <b>Novo sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução</b>. São Paulo: Cortez, 2013.</li> <li>6. FREDERICO, Celso. <b>Classe e Lutas sociais</b>. In: <b>Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais</b>. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.</li> <li>7. IASI, Mauro. <b>As metamorfoses da consciência de classe: o pt entre a negação e o consentimento</b>. São Paulo: Expressão Popular, 2012.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Política Social e Serviço Social II (Assistência e Previdência Social)</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: PSSS I	Período: 5º
<p>Ementa: Política social no Brasil. A relação histórica entre o estado e a sociedade, e a conformação da política social. A política social pós 1930. Previdência Social no Brasil e a ação do Estado. A ditadura militar, redemocratização e a política social. A Constituição Federal de 1988 e as consequências para a política social. Neoliberalismo e política social no Brasil. A Assistência Social como política pública. A previdência social.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e história. Biblioteca Básica Serviço Social. São Paulo: Editora Cortez, 2008.</li> <li>2. MOTA, Ana Elizabeth. Cultura da Crise e Seguridade Social no Brasil. Um Estudo sobre as tendências da previdência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.</li> <li>3. BRASIL. Política Nacional de Assistência Social (PNAS/SUAS). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social, setembro de 2004.</li> <li>4. BRASIL. Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Brasília, 1993.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. FALEIROS, Vicente de Paula. O que é Política Social, São Paulo: Brasiliense, 2007; Coleção Primeiros Passos, 168.</li> <li>2. SOARES, Laura Tavares Ribeiro. Os custos do ajuste neoliberal na América Latina. São Paulo: Cortez, 2009.</li> <li>3. IANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. A americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1998 2.</li> <li>4. MOTA, Ana Elizabeth. O mito da Assistência Social: ensaios sobre o Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.</li> <li>5. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 2016..</li> </ol>	

<b>Disciplina: Estágio Supervisionado em Serviço Social I</b>	
CH semestral: 120 h/a	CH semanal: --
Pré-requisito: -----	Período: 5º
<p>Ementa: Análise institucional, compreensão das formas gerenciais do processo de trabalho dos assistentes sociais (observação do campo de estágio).</p> <p>Objetivo: Inserção no campo de estágio, compreendendo o seu quadro institucional e os serviços ali desenvolvidos.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BURIOLLA, Marta A.F. <b>Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis</b>. 4ª edição. São Paulo, Cortez, 2008.</li> <li>2. ORTIZ, Fátima Grave. Desafios contemporâneos para o processo de Estágio Supervisionado em Serviço Social. In: GUERRA, Y.; FORTI, V. (org.). <b>Serviço Social: temas, textos e contextos</b>. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.</li> <li>3. Lei 11.788. Lei de Estágio. Brasília: Presidência da República, 2008. CFESS.</li> <li>4. Resolução 533. Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social. Brasília: CFESS, 2008.</li> <li>5. ABEPSS. Política Nacional de Estágio. Brasília, DF: 2009. BRASIL.</li> <li>6. GUERRA, Yolanda. <b>A Instrumentalidade do Serviço Social</b>. São Paulo; Cortez, 2005.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. FALEIROS, V. P. <b>Saber Profissional e Poder Institucional</b>. S. Paulo, Cortez, 1985.</li> <li>2. SOUSA, C.T. <b>A Prática do Assistente Social: Conhecimento, Instrumentalidade e Intervenção Profissional</b>. Disponível em: <a href="http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/119/117">http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/119/117</a> Acesso em 25 de outubro de 2021.</li> <li>3. IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Ed. Cortez, 1998. ABEPSS. Política Nacional de Estágio, 2010. BRASIL.</li> <li>4. BURIOLLA, Marta A.F. <b>O estágio supervisionado</b>. 6ª edição. São Paulo. Cortez. 2009.</li> <li>5. RIBEIRO, Eleusa Bilemjian. O Estágio no Processo de Formação dos Assistentes Sociais. In: GUERRA, Y.; FORTI, V. (org.). <b>Serviço Social: temas, textos e contextos</b>. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.</li> <li>6. IAMAMOTO, Marilda Villela. <b>Relações sociais e serviço social no Brasil</b>. São Paulo: Cortez. 2011.</li> </ol>	

7. SANTOS, C. M.; NORONHA, K. . O Estado da Arte sobre os Instrumentos e Técnicas na Intervenção Profissional do Assistente Social - uma perspectiva crítica. In: Valéria Forti, Yolanda Guerra. (Org.). Serviço Social: Temas, Textos e Contextos - Coletânea Nova de Serviço Social. 3ªed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012, v. 1.

<b>Disciplina: Orientação e Treinamento Profissional I</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: SSPT	Período: 5º
<p>Ementa: Análise institucional, compreensão das formas gerenciais do processo de trabalho dos assistentes sociais (observação do campo de estágio). Caracterização da instituição e população usuária.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BEHRING, Elaine Rossetti. <b>Política Social: fundamentos e história.</b> São Paulo: Cortez. 2011.</li> <li>2. GUERRA, Yolanda, FORTI, Valeria. <b>Serviço social: temas, textos e contextos.</b> Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2011.</li> <li>3. IAMAMOTO, Marilda Villela. <b>Relações sociais e serviço social no Brasil.</b> São Paulo: Cortez. 2011.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. SOUZA, Herbert Jose de. <b>Como se faz análise de conjuntura.</b> Petrópolis: Vozes. 2009.</li> <li>2. MACÊDO, M de A. Necessidades humanas e mínimos sociais: uma reflexão crítica. In: <b>Revista O Social em questão</b>, nº 4. Rio de Janeiro: PUC, 1999.</li> <li>3. DEMO, Pedro. <b>Pobreza da pobreza.</b> Petrópolis, Rj: Vozes, 2003.</li> <li>4. FERNANDES, M., SILVA, M., JOANINI, S. Plantão em Serviço Social: elementos para reflexão. In: <b>Cadernos de Serviço Social nº 13.</b> Campinas: Faculdade de Serviço Social/PUCAMP, n. 13, 1998,p. 52-60.</li> <li>5. FALEIROS, Vicente de Paula. <b>Saber profissional e poder institucional.</b> São Paulo, Cortez, 1991.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Análise Institucional</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: -----	Período: 6º
<p>Ementa: A instituição e seus sistemas de poder. O estudo das instituições sociais considerando a análise da sociedade capitalista. O espaço profissional do Serviço Social e a correlação de forças. A análise institucional. A análise de conjuntura como instrumento de reconhecimento da realidade. As estratégias de ação profissional frente a realidade conjuntural.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BISNETO, José Augusto. A análise institucional no processo de renovação do Serviço Social no Brasil. In: VASCONCELOS, E. M. (org.). <b>Saúde mental e Serviço Social</b>. São Paulo: Cortez, 2000.</li> <li>2. FALEIROS, Vicente de Paula. <b>Saber profissional e poder institucional</b>. São Paulo: Cortez, 1985.</li> <li>3. IAMAMOTO, Marilda Vilela. <b>Renovação e conservadorismo no Serviço Social</b>. S. Paulo, Cortez, 1992.</li> <li>4. _____ . <b>Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional</b>, São Paulo: Cortez, 2007.</li> <li>5. SOUZA, Herbert. <b>Como fazer análise de conjuntura</b>. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. ABREU, Maria Maciel. <b>Serviço Social e Organização da Cultura: Perfis Pedagógicos da Prática Profissional</b>. Cortez, 2002.</li> <li>2. FALEIROS, Vicente de Paula. <b>Estratégias em Serviço Social</b>. São Paulo: Cortez, 1997.</li> <li>3. FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. <b>Serviço Social &amp; Sociedade</b>. São Paulo, n.101, p. 40-64, jul./mar. 2010.</li> <li>4. FOUCAULT, Michel. <b>Vigiar e Punir</b>. História das violências nas prisões. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.</li> <li>5. WEISSHAUPT, Jean Robert (org.). <b>As funções sócio-institucionais do Serviço Social</b>. São Paulo: Cortez, 1985.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Análise de indicadores sociais para o Serviço Social</b>	
CH semestral: 36h/a	CH semanal: 2h/a
Pré-requisito: -----	Período: 6º
<p>Ementa: Significado de indicadores sociais para o Serviço Social. Construção de Indicadores sociais (IBGE, IDH, GINI). Indicadores e pesquisa quantitativa. Análise de indicadores e crítica de seus critérios de elaboração. A construção de indicadores sociais para a instrumentalização da prática profissional do Serviço Social e a sua relação com a elaboração de projetos interventivos.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. Análise de Dados Qualitativos – Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais. São Paulo: Edusp, 2006.</li> <li>2. IBGE. Síntese de Indicadores Sociais, 1999.</li> <li>3. IPEA/Ministério do Trabalho. Mercado de Trabalho – conjuntura e análise.</li> <li>4. BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: Cidade e História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador, UFBa, 1992.</li> <li>5. CEPAL. Panorama Social da América Latina, 1998.</li> <li>6. LIMA, Ricardo e Rezende, Fernando (orgs.). Rio - São Paulo cidades mundiais: desafios e oportunidades. Brasília, IPEA, 1999.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. LIMA, Ricardo e Rezende, Fernando (orgs.). MetrÓpole e periferia do capitalismo. São Paulo: Hucitec, 1996.</li> <li>2. RODRIGUES, Arlete Moisés. As novas articulações e formas de pressão da sociedade civil. In: Souza, Maria Adélia (org.). MetrÓpole e globalização: reconhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo, CEDESP, 1999.</li> <li>3. _____. Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social. In: Revista Pólis. N.29 São Paulo, Pólis, 1997.</li> <li>4. _____. (Coord.). Regulação urbanística e exclusão territorial. Revista Pólis n. 32. São Paulo, Pólis, 1999.</li> <li>5. _____. A cidade e a lei. 2.ed. São Paulo: FAPESP/Studio Nobel, 1999.</li> <li>6. SOUTO, Ana Luiza Salles et alli. Como reconhecer um bom governo? Revista Pólis. São Paulo, Pólis, 1996.</li> <li>7. SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). MetrÓpole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo, CEDESP, 1999.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Política Social e Serviço Social III (Saúde)</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: PSSS II	Período: 6º
<p>Ementa: A Construção histórica da política de Saúde: a reforma sanitária e o Sistema único de Saúde: modelo de atenção, gerenciamento, financiamento e controle social. A mercantilização na saúde.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BRAVO, Maria Inês de Souza. <b>Saúde e Serviço Social no capitalismo: fundamentos sócio-históricos</b>. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2013.</li> <li>2. BRAVO, Maria Inês de Souza. <b>Serviço Social e Reforma Sanitária: Lutas Sociais e Práticas Profissionais</b>. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.</li> <li>3. MOTTA, Ana Elisabeth. et al. <b>Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional</b>. São Paulo: Cortez, 2006.</li> <li>4. VIANA, Solon Magalhães. A Seguridade Social e o SUS: revisitando o tema. <b>Saúde e Sociedade</b> v.14, n.1, p.7-22, jan-abr, 2005.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BRAVO, Maria Inês Souza. As políticas brasileiras de Seguridade Social: saúde. In: <b>CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e serviço social</b>. Mod. 1. Brasília, DF: CFESS:ABEPSS:CEAD: Ed. UNB, 1999.</li> <li>2. BRAVO, Maria Inês Souza. <b>Política de Saúde no Brasil</b>. In: <b>Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional</b>.</li> <li>3. BRASIL. <b>LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990</b>. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: 1990.</li> <li>4. BRASIL. <b>Lei Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990</b>. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília: 1990.</li> <li>5. BRASIL. <b>Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde/NOB-SUS 96</b> - Brasília: Ministério da Saúde, 1997.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Laboratório de Intervenção profissional</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: ITIP	Período: 6º
Ementa: Vivência de situações, técnicas, instrumentais e o desenvolvimento de habilidades.	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. COELHO, Marilene. <b>Imediaticidade na prática profissional do assistente social</b>. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.</li> <li>2. MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. <b>O Trabalho com grupos em serviço social</b>. A dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica. São Paulo: Cortez, 2010.</li> <li>3. SANTOS, Cláudia Mônica dos. <b>Na Prática a Teoria é Outra?</b> Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2010.</li> <li>4. SILVA, Jurema Alves Pereira da. O Papel da Entrevista na Prática do Serviço Social. In. <b>Em Pauta</b> n. 06. Rio de Janeiro, 1995</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. CFESS (Org.). <b>O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos</b>. Cortez Editora e CFESS, 2003.</li> <li>2. SCHERER, Giovane Antônio. <b>Serviço Social e Arte – Juventudes e Direitos Humanos em cena</b>. Cortez: São Paulo, 2011.</li> <li>3. CFESS (Org.). Atribuições privativas do/a assistente social em questão. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, CFESS, 2012.</li> <li>4. LEWGOY, A. M. B.; SCAVONI, M. L. A. Supervisão em serviço social: a formação do olhar ampliado. In: Revista Virtual Textos &amp; Contextos, nº 1, nov. 2002.</li> <li>5. LEWGOY, A. M. B; SILVEIRA, E. M. C. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. In: Revista Textos &amp; Contextos. Porto Alegre, v. 6 n. 2 p. 233-251. jul./dez. 2007.</li> <li>6. LIMA, T. C. S; MIOTO, R. C. T; PRÁ, K. R. D. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. In: Revista Textos &amp; Contextos. Porto Alegre v. 6 n. 1 p. 93-104. jan./jun. 2007.</li> <li>7. PRATES, J. C. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de inspiração marxiana. In: Revista Virtual Textos &amp; Contextos. Porto Alegre, nº 2, dez. 2003. Disponível: <a href="file:///C:/Users/user/Downloads/admin,+02.+A+quest%C3%A3o+dos+instrumentais+t%C3%A9cnico-operativos...%20(1).pdf">file:///C:/Users/user/Downloads/admin,+02.+A+quest%C3%A3o+dos+instrumentais+t%C3%A9cnico-operativos...%20(1).pdf</a>.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Estágio Supervisionado em Serviço Social II</b>	
CH semestral: 110 h/a	CH semanal: --
Pré-requisito: ESSS I	Período: 6º
<p>Ementa: Caracterização do perfil da população usuária com o objetivo de analisar o espaço sócio-institucional, os serviços ofertados, às demandas institucionais e profissionais, para a problematização das necessidades sociais e das respostas institucionais.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. VASCONCELOS, Ana Maria. <b>A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde.</b> - 2ª ed. São Paulo: Cortez: 2003.</li> <li>2. FALEIROS, Vicente de Paula. <b>Estratégias em Serviço Social.</b> 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.</li> <li>3. YASBECK, Maria Carmelita. <b>O Lugar Social dos Excluídos e Subalternizados: seu perfil, sua versão.</b> In: Classes Subalternas e Assistência Social. 7. ed., São Paulo: Cortez, 2009.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. KISNERMAN, Natalio. <b>Ética para o Serviço Social.</b> 3ª ed. Petrópolis, vazes, 1980.</li> <li>2. ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller. (orgs). <b>Família, redes, laços e políticas sociais.</b> 4ª ed. - São Paulo - Cortez: 2008</li> <li>3. FALEIROS, Vicente de Paula. <b>Espaço Institucional e espaço profissional.</b> In: Saber Profissional e Poder Institucional. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.</li> <li>4. MOTA, A. E. <b>Cultura da Crise e Seguridade Social.</b> São Paulo, Cortez, 1995.</li> <li>5. ABEPSS. Política Nacional de Estágio. ABEPSS: Brasília, 2010.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Orientação e Treinamento Profissional II</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: OTP I	<u>Período: 7º</u>
<p>Ementa: Definição do objeto de intervenção e construção do projeto de intervenção.  Objetivo: Desenvolvimento de atividades no campo de estágio, formulando um projeto de intervenção profissional.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. SANTOS, Cláudia Mônica dos. "As Dimensões da Prática Profissional do Serviço Social". In: <b>Libertas</b>/Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, v. 2 jul/dez/2002. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003.</li> <li>2. GUERRA, Yolanda Demétrio. A Dimensão Técnico-operativa do exercício profissional. IN: <b>A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos</b>. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.</li> <li>3. BEHRING, Elaine Rossetti. <b>Política Social: fundamentos e história</b>. São Paulo: Cortez. 2011.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. SOUZA, Herbert José de. <b>Como se faz análise de conjuntura</b>. Petrópolis: Vozes. 2009.</li> <li>2. MACÊDO, M de A. Necessidades humanas e mínimos sociais: uma reflexão crítica. In: <b>Revista O Social em questão</b>, nº 4. Rio de Janeiro: PUC, 1999.</li> <li>3. BERTOLLO, Kathiúça. Planejamento em Serviço Social: Tensões e desafios no Exercício Profissional. <i>Temporalis</i>, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan./jun. 2016 pág. 334-356</li> <li>4. SCHNEIDER, Daniela Ribeiro; FLACH, Patricia Maia Von. Caderno do projeto de intervenção. Curso de Prevenção dos Problemas Relacionados ao uso de Drogas. Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias. 6. ed. Brasília, DF : SENAD-MJ/NUTE-UFSC, 2014.</li> <li>5. TEIXEIRA. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: CFESS/ABEPSS. <b>Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais</b>. Brasília/DF: Cortez, 2009.</li> <li>6. MATTOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica. <b>Direitos Sociais e Competências Profissionais</b>. Brasília/DF: Cortez, 2009.</li> <li>7. CFESS: ABEPSS: CEAD: UNB (Org.) <b>Recomendações para elaboração de projeto de intervenção</b>. In: CFESS: ABEPSS: <b>Capacitação em Serviço social e política social: intervenção e pesquisa em serviço social</b>. Brasília. DF: CEAD, 2000. Mód. 5. (p. 47-54).</li> </ol>	

<b>Disciplina: Direitos Humanos e Serviço Social</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:-----	Período: 6º
<p>Ementa: Concepções dos direitos humanos. O debate dos direitos humanos no Brasil. Garantias formais dos direitos humanos no Brasil e sua efetividade. Os Direitos Humanos e o Serviço Social: construção e debate permanente no enfrentamento das questões cotidianas.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Alves, José Augusto Lindgren. <b>Os direitos humanos como tema global</b>. São Paulo, Perspectiva, 1994.</li> <li>2. Bobbio, Norberto. <b>A era dos direitos</b>. Rio de Janeiro: Campus, 1992.</li> <li>3. Dornelles, João. Ricardo W. <b>O que são direitos humanos</b>. S. Paulo, Brasiliense, 1988.</li> <li>4. Goffredo, G. (org.). <b>Direitos humanos: um debate necessário</b>. S. Paulo, Brasiliense, 1989.</li> <li>5. Lesbaupin, Ivo. <b>As classes populares e os direitos humanos</b>. Petrópolis, Vozes, 1984.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Marshall, T. H. <b>Cidadania, classe social e status</b>. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.</li> <li>2. Raichelis, Raquel. <b>Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática</b>. S. Paulo, Cortez, 1998.</li> <li>3. Santos, W. G. <b>Cidadania e justiça</b>. Rio de Janeiro, Campus, 1979.</li> <li>4. Souza Filho, R. "Conselhos deliberativos: neocorporativismo brasileiro?", in Diniz, A., Cunha, J. R. (orgs.). <b>Direitos humanos, democracia e senso de justiça</b>. Rio de Janeiro, Litteris, 1999.</li> <li>5. Velho, G., Alvito, M. (orgs.). <b>Cidadania e violência</b>. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Pensamento Social e Serviço Social II</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: PSSSI	Período: 6º
<p>Ementa: As formulações de corte conservador e crítico dos pensadores brasileiros acerca de: classes sociais no Brasil, cultura e identidade nacional, questão social e projeto popular para o Brasil. A apreensão do pensamento social brasileiro a partir do tratamento de diferentes autores sobre classes sociais, poder e cultura no Brasil. Os rebatimentos no Serviço Social.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In <b>Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político</b>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 191-219.</li> <li>2. IANNI, Octávio. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. In <b>Pensamento Social no Brasil</b>. Bauru: EDUSC, 2004, p. 67-74.</li> <li>3. SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Capitalismo dependente e luta de classes em Florestan Fernandes. In: <b>Entre a Nação e Barbárie</b>; os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999; p 129-166.</li> <li>4. IANNI, Octavio. Raça e povo. In <b>Pensamento Social Brasileiro</b>. Bauru: EDUSC, 2004, p 123 a 153.</li> <li>5. BENJAMIN, Cesar et all. <b>A opção brasileira</b>. Rio de Janeiro: Contraponto,1998, p. 147-176.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. CHAUI, Marilena. O mito fundador. In:<b>Brasil: mito fundador e sociedade autoritária</b>. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 57-87</li> <li>2. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. O homem cordial. In <b>Raízes do Brasil</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.</li> <li>3. BRANDÃO, Gildo Marçal – As Linhagens do Pensamento Político, Dados n.2;</li> <li>4. BARBOZA FILHO, Rubem – A modernização brasileira e o nosso pensamento político. <i>Perspectivas</i>, vol. 37.</li> <li>5. FREYRE, Gilberto. Casa Grande &amp; Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006. Ler prefácio 1ª edição de 1933.</li> <li>6. CARVALHO, José Murilo de. <i>A formação das almas. O imaginário da República no Brasil</i>. São Paulo, Cia das Letras, 1990. (Capítulo: Utopias republicanas p. 17-33).</li> </ol>	

<b>Disciplina: Planejamento em Serviço Social</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: -----	Período: 7º
<p>Ementa: Teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. A lógica do mercado no planejamento e na gestão social. Novas exigências da gestão pública: orçamento público, fundo público e a destinação dos recursos para as políticas sociais. O papel do planejamento no Serviço Social. Concepção e metodologia no planejamento estratégico e participativo. Instrumentos e técnicas para elaboração, coordenação e execução de planos, programas e projetos na área do Serviço Social.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BAPTISTA, Myrian Veras. <b>Planejamento</b>: introdução à metodologia do planejamento social. São Paulo: Atlas, 1981.</li> <li>2. FILHO, Rodrigo de. <b>Gestão Pública e Democracia</b>: a burocracia em questão. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011.</li> <li>3. Bertollo, Kathiúça. <b>Planejamento em serviço social</b>: tensões e desafios no exercício profissional. In: Temporalis, Brasília (DF), n. 31, jan/jun. 2016.</li> <li>4. RAICHELIS, Raquel. <b>Democratizar a gestão das políticas sociais: um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil</b>. In.: MOTA, Ana Elizabete et al. (orgs). Serviço Social e Saúde. São Paulo: Cortez, 2006, p.73-87.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BONDER, Cíntia. O Assistente Social e o Planejamento Participativo. Revista a. <b>Serviço Social &amp; Sociedade</b>, nº 78, SP, Cortez, 2004.</li> <li>2. FRITSH, Rosângela. Planejamento Estratégico: instrumental para a intervenção do Serviço Social? <b>Revista Serviço Social &amp; Sociedade</b>, nº 52, SP, Cortez, 1996.</li> <li>3. PARO, Vitor. <b>Administração escolar</b>: introdução crítica. 9.ed. São Paulo, Cortez, 2000.</li> <li>4. GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo. 18ª. Petrópolis: Vozes, 2011 (p. 35-52).</li> <li>5. BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2015. (Parte 1 – p. 9-26).</li> <li>6. BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2015. (Parte 2 – p. 97-122).</li> <li>7. BONIN, Silvana. KRUGER, Tânia. Planejamento e Serviço Social. Sociedade em Debate, n. 21, v. 2, 2015. (p. 63-83)</li> <li>8. CFESS: ABEPSS: CEAD: UNB (Org.) Recomendações para elaboração de projeto de intervenção. In: CFESS: ABEPSS: Capacitação em Serviço social e política social: intervenção e pesquisa em serviço social. Brasília. DF: CEAD, 2000. Mód. 5. (p. 47-54).</li> <li>9. UFSC-DSS. Coordenação de Serviço Social. Estrutura para elaboração de projeto de intervenção social. Mimeo, UFSC, 2018.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social I</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: ESSS I /OPSS II	Período: 7º
Ementa: Estudo do referencial teórico-metodológico necessário ao desenvolvimento do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Elaborar, a partir das referências teórico-metodológicas necessárias, o projeto do trabalho de conclusão de curso.	
<b>Bibliografia:</b> (A ser definida com o aluno, dependendo do objeto de investigação ou sistematização).	

<b>Disciplina: Estágio Supervisionado em Serviço Social III</b>	
CH semestral: 110 h/a	CH semanal: ---
Pré-requisito: EST II	Período: 7º
<p>Ementa: Definição do objeto de intervenção e construção do projeto de intervenção. Objetivo: Desenvolvimento de atividades no campo de estágio, formulando um projeto de intervenção profissional.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BAPTISTA, M.V. <b>Planejamento Social: Intencionalidade e Instrumentação</b>, S.P, Ed. Veras, 2000.</li> <li>2. SOUZA, Herbert José de. <b>Como se Faz Análise de Conjuntura</b>. Vozes, 2005.</li> <li>3. VIEIRA, Balbina Ottoni. <b>Modelos de Supervisão em Serviço Social</b>. AGIR, 1981.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. SOUZA, Maria Lucia de S. <b>Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos</b>. CORTEZ, 2006.</li> <li>2. FALEIROS, V. P. <b>Metodologia e Ideologia do Trabalho Social</b>. S. Paulo, Cortez, 1981.</li> <li>3. FALEIROS, Vicente de Paula. <b>Estratégias em Serviço Social</b>. S. Paulo, Cortez, 1997.</li> <li>4. FALEIROS, Vicente de Paula. <b>Saber Profissional e Poder Institucional</b>. 2.ed. São Paulo, Cortez, 1987.</li> <li>5. GUERRA, Yolanda. <b>A instrumentalidade do Serviço Social</b>. 5. ed., São Paulo, Cortez, 2007.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Orientação e Treinamento Profissional III</b>	
CH semestral: 72 h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: OTP II	Período: 7º
Ementa: Execução do Projeto de Intervenção: formulação de estratégias de ação, definição dos instrumentais de trabalho, avaliação dos produtos de trabalho.	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. ANTUNES, Ricardo. <b>Adeus ao trabalho?</b> Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12ª ed. Campinas, SP: Cortez/UNICAMP. 2007.</li> <li>2. IAMAMOTO, Marilda Villela. <b>Trabalho e indivíduo social.</b> São Paulo: Cortez. 2011.</li> <li>3. PEREIRA, Potyara A. P. <b>Política social temas e questões.</b> São Paulo: Cortez. 2011.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. SANTOS, Claudia Monica dos. <b>Na Prática a Teoria é Outra?</b> Rio de Janeiro. Ed. Lumen Juris, 2010</li> <li>2. RESOLUÇÃO CFESS Nº 273 de 13 março de 1993 – O Código de Ética profissional do Serviço Social</li> <li>3. CFESS: ABEPSS: CEAD: UNB (Org.) Recomendações para elaboração de projeto de intervenção. In: CFESS: ABEPSS: Capacitação em Serviço social e política social: intervenção e pesquisa em serviço social. Brasília. DF: CEAD, 2000. Mód. 5. (p. 47-54).</li> <li>4. UFSC-DSS. Coordenação de Serviço Social. Estrutura para elaboração de projeto de intervenção social. Mimeo, UFSC, 2018.</li> <li>5. BROSE, Markus. Metodologias participativas: uma introdução a 29 instrumentos. 2ª. Ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010. (p. 155-188).</li> <li>6. RAMOS, Ivonete. Orçamento e planejamento público. Departamento de Ciências da Administração / CSE/UFSC, Florianópolis, 2015. (p. 15-28)</li> <li>7. BERTOLLO, Kathiúça. Planejamento em serviço social: tensões e desafios no exercício profissional. In: Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016. P. 333-356. BONDER, Cíntia. O assistente social e o planejamento participativo. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano 25, n. 78, 2004.</li> <li>8. BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS; ABEPSS. Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília, DF, CFESS/ABEPSS, 2009.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Laboratório de Políticas Sociais Especiais</b>	
CH semestral: 36h/a	CH semanal: 2h/a
Pré-requisito: PSSS I	Período: 7º
<p>Ementa: Panorama sobre políticas sociais setoriais. Discussão, e problematização de experiências em temas relacionados aos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais nas diferentes instâncias das políticas sociais brasileiras, por área e segmento social. Assistência Social, Educação, Saúde, Criança e Adolescente, Pessoa com Deficiência, Idoso, questão urbana e rural. Articulação das dimensões teórico-metodológico; ético-político e técnico-operativo.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. ALMEIDA, N.L. Teixeira de. <b>“Educação”. Capacitação em Serviço Social e Política Social</b>. Módulo 3. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.</li> <li>2. COSTA, L. F. C., Santos, R. (orgs.). <b>Política e reforma agrária</b>. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.</li> <li>3. Brasil. Lei nº13.935. 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, 2019.</li> <li>4. _____. Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.</li> <li>5. _____. Política Nacional de Saúde Mental. Lei 10.216 de 6 de Abril de 2001.</li> <li>6. _____. Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Decreto n.º 914, de 6 de setembro de 1993.</li> <li>7. _____. Lei nº 1074/2003. Estatuto do Idoso, Brasília, 2003.</li> <li>8. _____. Política Nacional de Assistência Social (PNAS/SUAS). Brasília:Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social, setembro de 2004.</li> <li>9. CFESS. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde, Brasília Conselho Federal de Serviço Social, 2009.</li> <li>10. CFESS. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, Brasília Conselho Federal de Serviço Social, 2010.</li> <li>11. CFESS. Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação, Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.</li> <li>12. PEREIRA, P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. (Org.) Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. LIMA, J. A.F. <b>As políticas públicas de Segurança no Brasil</b>, 2010. Disponível em: <a href="http://www2.forumseguranca.org.br/node/22982">http://www2.forumseguranca.org.br/node/22982</a></li> </ol>	

2. BRASIL. Lei 8.742/93. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), 1993.
3. \_\_\_\_\_. Lei da Pessoa Portadora de Deficiência. Lei nº 7.853 de 1989.
4. VASCONCELOS, Eduardo Mourão (org.). Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2000.
5. BRAVO & MATOS, Maurílio Castro. Reforma Sanitária e o Projeto Ético-Político do Serviço Social: elementos para o debate. In: BRAVO.

<b>Disciplina: Serviço Social e as Relações Étnico-raciais no Brasil</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: -----	Período: 8º
<p>Ementa: O conceito de “raça”, “etnia”, “branqueamento” e racismo no Brasil. Questão racial como questão social. A articulação entre as relações sociais de “raça” e classe. A política do branqueamento e o mito da democracia racial brasileira. Legislação anti-racista e ações afirmativas no Brasil no trabalho do assistente social. Questão racial nas políticas sociais. Serviço social, racismo estrutural e institucional. Crise capitalista, relações étnico-raciais, território e refugiados. O exercício profissional do Serviço Social no combate às discriminações e a toda forma de preconceito.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. ABEPSS. <b>Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social</b>. Vitória, 2018</li> <li>2. FILHO, J.B. <b>O Serviço Social e a Questão do Negro na Sociedade Brasileira</b>. Rio de Janeiro: Editora Marques Saraiva, 2006.</li> <li>3. BERNARDINO, Joaze. <b>Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil</b>. Estudo afro-asiático. Vol.24 N° 2, Rio de Janeiro, 2002.</li> <li>4. ALMEIDA, Silvio. <b>O que é racismo estrutural?</b> Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.</li> <li>5. COHN, A. <b>A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania?</b>, in Mota, C. G. (org.). Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). S. Paulo, SENAC/SESC, vol. 2, 2000.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude e branqueamento no Brasil. In: Psicologia social do racismo. Disponível na internet: <a href="http://www.media.ceert.org.br/portal3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf">http://www.media.ceert.org.br/portal3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf</a>.</li> <li>2. BRASIL. <b>Lei n. 12990/2014</b>. Reserva aos negros vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Brasília, DF. Congresso Nacional.</li> <li>3. CARNEIRO, S. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.</li> <li>4. COSTA, Gracyelle. Política Social, Serviço Social e Eugenia: reflexões para o século XXI. Disponível em: EURICO, Márcia (et al. Orgs). Coletânea Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos. Papel Social: São Paulo, 2021.</li> <li>5. EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. Serv. Soc. Soc. [online]. 2013, n.114, pp.290-310.</li> <li>6. GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco zero, 1982.</li> <li>7. HASENBALG, Carlos. <b>Discriminação e desigualdades raciais no Brasil</b>. Rio de Janeiro: Graal (trad. Patrick Burglin). 1979.</li> <li>8. MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil Negro. 2 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois: Anita Garibaldi, 2014.</li> <li>9. NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.</li> <li>10. PINTO, Elisabete Aparecida – <b>O Serviço Social e a Questão Étnico-Racial</b>. São Paulo: Terceira Margem, 2003, 261p.</li> <li>11. PAIXÃO, Marcelo J.P. – <b>Desenvolvimento Humano e Relações Raciais</b>. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2003, 159p.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social II</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: OTCC I	Período: 8º
Ementa: Estudo do referencial teórico-metodológico necessário ao desenvolvimento do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Acompanhar a produção do trabalho de conclusão de curso.	
<b>Bibliografia:</b> (A ser definida com aluno, dependendo do objeto de investigação ou sistematização).	

<b>Disciplina: Estágio Supervisionado em Serviço Social IV</b>	
CH semestral: 110 h/a	CH semanal: --
Pré-requisito: EST III	Período: 8º
<p>Ementa: Avaliação do projeto, impacto da atuação profissional junto à população. Construção do Relatório Final de Estágio.</p>	
<p><b>Bibliografia básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. MOTA, A. E. <b>Serviço Social e Saúde: formação e trabalho</b>. OPAS, 2006.</li> <li>2. KALOUSTIAN, Sílvio. <b>Família Brasileira: a base de tudo</b>. 4ª Ed. São Paulo, UNICEF, 2000.</li> <li>3. NETTO, José Paulo. <b>Transformações Societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil</b>. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, nº 50, 1996.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller <b>Família, redes, laços e Políticas Públicas</b>. São Paulo. Cortez – 4ª edição. 2001.</li> <li>2. CAMPOS GWS et al. <b>Tratado de Saúde Coletiva</b>. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.</li> <li>3. SPOSATI, Aldaiza. <b>O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social</b>. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n.87, 2006.</li> <li>4. SALVADOR, Evilasio. <b>Fundo Público e seguridade social no Brasil</b>. São Paulo: Cortez, 2010.</li> <li>5. BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS; ABEPSS. <b>Serviço Social: direitos e competências profissionais</b>. Brasília, DF, CFESS/ABEPSS, 2009.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Orientação e Treinamento Profissional IV</b>	
CH semestral: 110 h/a	CH semanal: --
Pré-requisito: OTP III	Período: 8º
Ementa: Avaliação do projeto, impacto da atuação profissional junto à população. Construção do Relatório Final de Estágio.	
<p><b>Bibliografia básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>6. MOTA, A. E. <b>Serviço Social e Saúde: formação e trabalho</b>. OPAS, 2006.</li> <li>7. KALOUSTIAN, Sílvio. <b>Família Brasileira: a base de tudo</b>. 4ª Ed. São Paulo, UNICEF, 2000.</li> <li>8. NETTO, José Paulo. <b>Transformações Societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil</b>. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, nº 50, 1996.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller <b>Família, redes, laços e Políticas Públicas</b>. São Paulo. Cortez – 4ª edição. 2001.</li> <li>2. CAMPOS GWS et al. <b>Tratado de Saúde Coletiva</b>. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.</li> <li>3. SPOSATI, Aldaiza. <b>O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social</b>. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n.87, 2006.</li> <li>4. SALVADOR, Evilasio. <b>Fundo Público e seguridade social no Brasil</b>. São Paulo: Cortez, 2010.</li> <li>5. BROSE, Markus. Avaliação em projetos públicos de desenvolvimento local: o caso do projeto PROENDA no Rio Grande do Sul. In: FISCHER, Tânia (Org.). Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Bahia: Casa da qualidade, 2002.</li> </ol>	

## **DISCIPLINAS OPTATIVAS**

<b>Disciplina: Serviço Social, Família e Gênero</b>	
CH semestral: 36h/a	CH semanal: 2h/a
Pré-requisito:	Período: -
<p>Ementa: O estudo da família, sua historicidade e as novas organizações familiares na sociedade contemporânea. O conceito de gênero compreendido como uma construção social das diferenças sexuais e sua elaboração a partir do movimento feminista. Relações de gênero no Brasil contemporâneo e expressões da questão social. Família e gênero nas políticas sociais brasileiras e os desafios colocados para o Serviço social</p>	
<p><b>Bibliografia básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. CARVALHO, Maria do C. B. de (org.). <b>A Família contemporânea em debate</b>. 7. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.</li> <li>2. VITALE, Maria Amália Faller; ACOSTA, Ana Rojas (Org) <b>Família: Redes, Laços e Políticas Públicas</b>. 5.ed., São Paulo: Cortez, 2011.</li> <li>3. DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. <b>Família Famílias: Práticas sociais e conversações contemporâneas</b>. Rio de Janeiro. Lúmen Juris, 2011.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. ENGELS, Phillipe. <b>A origem da família, da propriedade privada e do Estado</b>.</li> <li>2. BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, [1949].</li> <li>3. BRUSCHINI, Cristina. Trabalho Doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado. In: ARAÚJO, Clara; PIKANÇO, Felícia e SCALON, Celi. <b>Novas conciliações e antigas tensões?</b> Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. São Paulo: Edusp, 2008.</li> <li>4. MIOTO, Regina Célia T. Família e Serviço Social. Contribuições para o debate. In: <b>Revista Serviço Social e Sociedade</b>, nº 55, São Paulo, Cortez., 1997.</li> <li>5. RUBIN, G. O tráfico de mulheres: notas sobre a “Economia Política” do Sexo. Recife: SOS Corpo, 1993, p. 01-07.</li> <li>6. ROCELLA, Eugenia; SCARAFFIA, Lucetta. Contra o cristianismo: a ONU e a União Européia como nova ideologia. Tradução de Rudy Albino Assução. Campinas, SP: Ecclesiae, 2014.</li> <li>7. SCALA, Jorge. Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família. São Paulo: Katechesis, 2015.</li> </ol>	

8. CAMPAGNOLO, Ana Caroline. *Feminismo: perversão e subversão*. Campinas, SP: VIDE Editorial, 2019
9. SEYMOUR-JONES, Carole. *Uma relação perigosa: uma biografia reveladora de Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
10. STEINEM, Gloria. *Memórias da transgressão: momentos da história da mulher do século XX*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

<b>Disciplina: Serviço Social e Terceiro Setor</b>	
CH semestral: 36h/a	CH semanal: 2h/a
Pré-requisito:	Período: -
<p>Ementa: Discussão do conceito de “terceiro setor”. As alterações no mundo do trabalho. O surgimento do conceito no Brasil, a disseminação das ONG’s e a problematização dessa alternativa no âmbito das políticas sociais. O trabalho do Assistente Social neste modelo de instituição.</p>	
<p><b>Bibliografia básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. FERNANDES, Rubens Cezar. <b>Privado Porém Público: Terceiro Setor na América Latina</b>. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.</li> <li>2. MONTANO, Carlos. <b>Terceiro Setor e a Questão Social: Crítica ao padrão emergente do padrão social</b>. São Paulo: Cortez, 2005.</li> <li>3. SZAZI, Eduardo. <b>Terceiro Setor – Regularização no Brasil</b>. 4ª Ed. São Paulo: GIFE, 2006.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. FIORIN, José Luis. Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis. <b>(Des) Ajuste global e modernização conservadora</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.</li> <li>2. SOUZA FILHO, R. <b>Gestão Pública e Democracia: A Burocracia em Questão</b>. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2011.</li> <li>3. ANDRADE, Renato Almeida de. <b>O enfrentamento da questão social e o terceiro setor: o Serviço Social e suas condições de trabalho nas ONG’s</b>. Vila Velha, Univila, 2006.</li> <li>4. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; GRAU, Nuria Cunill. <b>O público não estatal na reforma do Estado</b>. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.</li> <li>5. DRUCK, Graça; FRANCO, Tania. (Org.). <b>A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização</b>. São Paulo: Boitempo, 2007.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Crise do Capital</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:	Período: -
<p>Ementa: Discussões marxistas sobre as crises do capital. A relação dentre as crises do capital e o surgimento de novas expressões da questão social. As mudanças no mundo do trabalho e as novas expressões da questão social. As transformações da sociedade capitalista no início do século XXI. A crise de 2008 e suas consequências.</p> <p>Discussões sobre o fim do capital.</p>	
<p><b>Bibliografia básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. KURZ, Robert. <b>Com todo o vapor ao Colapso</b>. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2004.</li> <li>2. MESZAROS, István. <b>Crise Estrutural do Capital</b>. São Paulo: Boitempo, 2009.</li> <li>3. MARX, Karl. <b>O capital: crítica da economia política</b>, livros I, II e III. São Paulo: Abril Cultural, 1983.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. IAMAMOTO, Marilda. <b>O serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social</b>.</li> <li>2. OFFE, Claus. <b>Problemas estruturais do Estado capitalista</b>. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.</li> <li>3. HARVEY, David. <b>O enigma do capital: e as crises do capitalismo</b>. São Paulo: Boitempo, 2011.</li> <li>4. ARANTES, P. <b>O novo tempo do mundo</b>. São Paulo: Boitempo, 2014.</li> <li>5. MENEGAT, M. <b>Estudos sobre ruínas</b>. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2012.</li> <li>6. MANDEL, E. <b>O capitalismo tardio</b>. Coleção Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Religião e Capitalismo</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:	Período: -
<p>Ementa: A relação dialética entre religião e capitalismo. Das “grandes navegações” a reforma protestante e a consolidação do modo de produção capitalista. A fase imperialista do capital e sua relação com a questão religiosa. As guerras mundiais e a formação de fronteiras nacionais com implicações para etnias e grupos religiosos. O século XX e o fundamentalismo islâmico sob uma visão crítica.</p>	
<p><b>Bibliografia básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. <b>Introdução a Economia Política</b>. Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2008.</li> <li>2. ELIADE, Mircea. O Sagrado e o Profano. São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1957].</li> <li>3. WEBER, Max. <b>Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.</li> <li>4. PLANTINGA, Alvin. Crença Cristã Avalizada. São Paulo: Vida Nova, 2018 [2000].</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. HOBBSAWN, Eric. <b>Era dos Extremos: O Breve século XX</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.</li> <li>2. LÊNIN, V.I. <b>O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo</b>. São Paulo: Centauro, 2002.</li> <li>3. HICK, John. Uma Interpretação da Religião. Petrópolis: Vozes/ABFR, 2018 [1989].</li> <li>4. KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo: Perspectiva, 1975 [1962].</li> <li>5. HOBBSAWM, Eric. (2008). <b>Globalização, Democracia e Terrorismo</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Pensamento de Marx</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:	Período: -
<p>Ementa: O pensamento de Marx e a tradição do seu pensamento. As bases constitutivas do pensamento marxista, suas principais categorias e seu método interpretativo da sociedade capitalista. A dialética no pensamento marxista. A tradição marxista no século XX e as contribuições de Gramsci e Lukács para a compreensão do ser social na contemporaneidade. A sociabilidade pelo trabalho, consciência e classe social.</p>	
<p><b>Bibliografia básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. MARX, Karl. <b>Manuscritos econômicos e filosóficos</b>. Lisboa: Edições 70, 1975.</li> <li>2. MARX, Karl.. <b>A ideologia alemã</b>. São Paulo: HUCITEC, 1996.</li> <li>3. COUTINHO, Carlos Nelson. <b>Marxismo e Política: Dualidade de Poderes</b>. São Paulo: Cortez, 2008.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: <b>um estudo do seu pensamento político</b>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.</li> <li>2. LÊNIN, Vladimir Ilich. <b>Estado e revolução: o conceito marxista do poder</b>. Biblioteca Universitária Diálogo - nº 1, Niterói: Diálogo, s.d.</li> <li>3. LUKÁCS, G. As Bases Ontológicas da Atividade Humana. In: <b>Temas de Ciências Humanas</b>. São Paulo: Livraria editora de ciências humanas, 1978.</li> <li>4. LESSA, Sérgio. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. In: <b>Serviço Social e Sociedade</b> - nº 52 - Ano: XVII - Dezembro de 1996.</li> <li>5. MARX, K.; ENGELS, Friedrich. <b>Manifesto do Partido Comunista</b>. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2008.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Participação social e democracia participativa</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:	Período: -
<p>Ementa: Panorama geral das diferentes concepções contemporâneas de democracia. Teoria da democracia participativa e o debate sobre a participação na teoria democrática contemporânea. Participação social no Brasil: arranjos institucionais, atores sociais e sujeitos políticos.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. DAGNINO, E (Org.). <b>Sociedade civil e espaços públicos no Brasil</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.</li> <li>2. _____, E.; OLIVERA, A. J.; PANFICHI, A. (Orgs.). <b>A disputa pela construção democrática na América Latina</b>. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006.</li> <li>3. _____, E.; TATAGIBA, L. <b>Democracia, sociedade civil e participação</b>. Chapecó: Argus, 2007.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. CARVALHO, M. C. A. <b>A participação social no Brasil hoje</b>. São Paulo: Pólis, 1998.</li> <li>2. CÔRTEZ, S. V.(Org.). <b>Participação e saúde no Brasil</b>. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.</li> <li>3. GOHN, M. G. <b>Conselhos gestores e participação sociopolítica</b>. São Paulo: Editora Cortez, 2000.</li> <li>4. PERISSINOTTO, A; FUKS, M. (Orgs.). <b>Democracia, teoria e prática</b>. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.</li> <li>5. SANTOS, B. S. (org.). <b>Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa</b>. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Pobreza e Cidadania</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:	Período: -
<p>Ementa: Os vários conceitos e discussões da pobreza e da desigualdade no Brasil, as possibilidades e limites das políticas públicas no combate à pobreza, a questão da meritocracia e nas transferências de renda. As relações entre pobreza, desigualdade, discriminação racial e gênero. As principais consequências da pobreza, preconceito e ausência de direitos sociais.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. MESTRINER, M. L. <b>O Estado entre a filantropia e a Assistência Social</b>. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.</li> <li>2. VIEIRA, E. <b>Os direitos e a política social</b>. São Paulo: Cortez, 2004.</li> <li>3. YAZBEK, M. C. <b>Classes subalternas e assistência social</b>. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. ABRANCHES, S. H. <b>Os Despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.</li> <li>2. CODES, A. L. M. <b>A Trajetória do Pensamento Científico Sobre Pobreza: Em direção a uma visão complexa</b>. Texto para Discussão. IPEA: Brasília, 2008.</li> <li>3. ROCHA, S. <b>Pobreza no Brasil</b>. Afinal, do que se trata? Rio de Janeiro. Editora FGV. 2003</li> <li>4. SEN, A. <b>Desenvolvimento como liberdade</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.</li> <li>5. TELLES, V. S. <b>Pobreza e Cidadania</b>. São Paulo: Editora 34, 2001</li> </ol>	

<b>Disciplina: Território e Política Nacional de Assistência Social</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:	Período:-
<p>Ementa: Território e as expressões da questão social, a influência do urbano na disciplina de Serviço Social e a institucionalização da Política Nacional de Assistência Social.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. CARLOS, Ana Fani Alessandri. <b>A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico</b>. Vasconcelos, Pedro de Almeida; Corrêa, Roberto Lobato; Pintaui, Silvana Maria (Orgs). São Paulo: Contexto, 2013, p. 96- 126.</li> <li>2. CORREA, Lobato Roberto. <b>O Espaço Urbano</b>. São Paulo, Ed Ática, 1987.</li> <li>3. BRASIL. <b>Política Nacional da Assistência Social - PNAS</b>. Brasília, Julho. 2004.</li> <li>4. VASCONCELOS, Pedro de Almeida. <b>Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades</b>. Vasconcelos, Pedro de Almeida; Corrêa, Roberto Lobato; Pintaui, Silvana Maria (Orgs). São Paulo: Contexto, 2013, p. 17-37.</li> <li>5. PEREIRA, Tatiana Dhmaer. <b>Política de Assistência Social e Território</b>: Um estudo à luz de David Harvey. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbano e Regional. 2009, p. 141-194.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; BARRETO, Vera Sá. <b>Segregação residencial, condição social e raça em Salvador</b>. Caderno Metrópole. 2001, p. 251-273.</li> <li>2. RAICHELIS, Raquel. <b>Gestão Pública e a questão social na grande cidade</b>. São Paulo, Lua Nova, 2006, p. 13-48.</li> <li>3. SILVA, Gustavo Resgala. <b>O papel do Estado na produção da periferia Norte, a partir da implantação dos conjuntos habitacionais Cristina e Palmital, Santa Luzia – RMBH</b>. Mendonça, Jupira Gomes; Costa, Heloisa Soares de Moura (org). <i>Estado e Capital Imobiliário. Convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro</i>. Belo Horizonte, 2011, p. 231-254.</li> <li>4. SHIMBO, Lúcia Zanin. <b>Empresas construtoras, capital financeiro e a constituição da habitação social de mercado</b>. Mendonça, Jupira Gomes; Costa, Heloisa Soares de Moura (orgs). <i>Estado e Capital Imobiliário. Convergências atuais na produção de do espaço urbano brasileiro</i>. Belo Horizonte, 2011, p.41-62.</li> <li>5. SPOSATI, Aldaíza. <b>Território e Gestão de Políticas Sociais</b>. Revista Serviço Social. Londrina. Vol. 16, N. 01, 2013, p. 8-18.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Serviço Social e meio ambiente</b>	
CH semestral: 36h/a	CH semanal: 2h/a
Pré-requisito:	Período:-
<p>Ementa: A influência do sistema capitalista sobre o meio ambiente e o social em uma perspectiva histórica. As respostas da natureza às ações humanas, o aquecimento global e a proposta de desenvolvimento sustentável e a crítica. A responsabilidade do homem sobre o seu meio: leis e políticas públicas, responsabilidade social. A gestão ambiental e a ocupação dos espaços/território. A formação do sujeito ecológico: a conscientização, conservação e educação ambiental. O “lixo” na sociedade: o tratamento dos resíduos sólidos, os catadores e as organizações. O Serviço Social e o meio ambiente.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. <b>Educação ambiental e sustentabilidade</b>. São Paulo: Manole, 2014.</li> <li>2. SILVA, Maria das Graças e. <b>Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio éticopolítico ao Serviço Social</b>. São Paulo: Cortez, 2012.</li> <li>3. PHILIPPI JR, Arlindo; ALVES, Alaôr Caffé. <b>Curso interdisciplinar de direito ambiental</b>. Barueri (SP): Manole, 2011.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. PÉREZ, A. G.; GÓMEZ, J. A. D.; AGUADO, O. V. <b>Serviço Social e meio ambiente</b>. São Paulo: Cortez, 2004.</li> <li>2. BARROS, R. T. V. <b>Elementos de gestão de resíduos sólidos</b>. Belo Horizonte (MG):Tessitura, 2012.</li> <li>3. CARVALHO, I. C. M. <b>Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico</b>. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.</li> <li>4. MENDES, R. C. L. O. <b>O Social e ambiental na lógica do capitalismo</b>. Franca-SP: UNESP, 2009.</li> <li>5. SEIFFERT, M. E. B. <b>Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental</b>. 2. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2011.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Trabalho e identidade profissional</b>	
CH semestral: 36h/a	CH semanal: 2h/a
Pré-requisito:	Período: -
<p>Ementa: Reflexão rigorosa sobre o discurso e a prática do serviço social em uma perspectiva histórico-crítica. A prática profissional cotidiana como núcleo fundante da reflexão.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. ANTUNES, Ricardo. <b>Os sentidos do trabalho</b>: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo (SP): Boitempo, 2013. 287 p.</li> <li>2. ARENDT, Hannah. <b>A condição humana</b>. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. 407 p.</li> <li>3. CHAUI, Marilena. <b>Cultura e democracia</b>: o discurso competente e outras falas. 12. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2007. 367 p.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. ANTUNES, Ricardo. <b>Adeus ao trabalho?</b> Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.</li> <li>2. BRANDÃO, H. H. N.. <b>Introdução à análise do discurso</b>. 8. ed. 2002. (Coleção pesquisa) CASTORÍADES, Cornelius. <b>A instituição imaginária da sociedade</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982</li> <li>3. FERNANDES, Florestan. <b>Comunidade e sociedade</b>. São Paulo: Nacional/ EDUSP, 1973.</li> <li>4. GORZ, André. <b>Crítica da divisão do trabalho</b>. São Paulo: Martins Fontes, 1980.</li> <li>5. HABERMAS, Jürgen. <b>Técnica e ciência como ideologia</b>. 7. ed. Lisboa, Presença, 1987</li> <li>6. HARVEY, David. <b>O trabalho, o capital e o conflito de classe</b>. Espaços e Debates. São Paulo: Cortez, 1982</li> <li>7. _____. <b>A justiça social e a cidade</b>. São Paulo: Hucitec, 1980.5.</li> <li>8. MACHADO, José Pais. <b>Vida cotidiana</b>: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2009.</li> <li>9. RIOS, Terezinha Azerêdo. <b>Ética e competência</b>. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 128 p. (Questões da nossa época; v. 7).</li> </ol>	

<b>Disciplina: Instrumentalidade do Serviço Social</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito: Nenhum	Período: 8º
<p><b>Ementa:</b> A instrumentalidade do Serviço Social. Condições de trabalho e respostas profissionais. Os instrumentos e as técnicas utilizadas pelo Serviço Social nas respostas às demandas de trabalho.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 4 – o trabalho do assistente social e as políticas sociais. CFESS, Brasília, 2000</li> <li>2. IAMAMOTO, Marilda Vilela. <b>Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio-críticos.</b> São Paulo: Cortez, 1992.</li> <li>3. CFESS. <b>O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos.</b> Cortez Editora e CFESS, 2003.</li> <li>4. CFESS. Legislações e Resoluções sobre o Trabalho do (a) Assistente Social. Brasília:CFESS, 2011.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BAPTISTA, Mirian Veras. <b>Planejamento social.</b> São Paulo: Veras, 2000.</li> <li>2. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social”. In CRESS - 6ª Região. <b>Revista Conexão Geraes</b> nº3, Ano 2, 2º semestre de 2013.</li> <li>3. SANTOS, Cláudia Mônica. <b>Na prática a teoria é outra? Mitos e Dilemas na relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social.</b> Editora Lumen Júris, 2011.</li> <li>4. TONIOLO, Charles. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. <i>Emancipação</i>, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em <a href="http://www.uepg.br/emancipação">HTTP://www.uepg.br/emancipação</a>.</li> <li>5. SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Instrumental Técnico e o Serviço Social. In: SANTOS, C. M. BACKX, S.; GUERRA, Y. (Org.). <i>A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.</i> 2ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013, p. 103-120.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Tópicos Especiais em Serviço Social</b>	
CH semestral: 36h/a	CH semanal: 2h/a
Pré-requisito:	Período: -
Ementa: Aberta	
Objetivo: Discutir questões emergentes da profissão de Serviço Social e as novas expressões da questão social no Brasil.	
<b>Bibliografia Básica:</b> (A ser definida pelo professor, dependendo da temática a ser discutida).	

<b>Disciplina: Libras</b>	
CH semestral: 72 h/a	CH semanal: 4 h/a
Pré-requisito: Nenhum	Período: -
<p>Ementa: Conceitos básicos sobre deficiência auditiva e o indivíduo surdo: identidade, cultura e políticas públicas. A Língua Brasileira de Sinais - Libras: história, características básicas da forma de estruturação da gramática e do vocabulário mais recorrente no cotidiano. A expressão visual-espacial.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua de Sinais Brasileira Volume I e II. São Paulo, Edusp, Fapesp; Fundação Vitac, Feneis, Brasil Telecom, 2001 a e b.</li> <li>2. FELIPE, Tânia. Libras em contexto: Curso Básico. Walprint gráfica e editora RJ, 2007.</li> <li>3. GESSER, Audrei, LIBRAS?: Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo, Parábola Editorial, 2009.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. GOLDFELD, Márcia. A criança Surda: alinguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista. São Paulo, Pexes, 1997.</li> <li>2. FERNANDES, Eulália (org.) Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação 2005.</li> <li>3. QUADROS, Ronice, Muller; KARNOPP, Lodenir. Língua Brasileira de sinais: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</li> <li>4. PEREIRA, M.C.C; CHOI, D; VIEIRA, M.I; GASPAR, P; NAKASATO, R. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.</li> <li>5. SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESVELI, Z. M. Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades. São Paulo: Plexus, 2003.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Novas Tecnologias da Informação e Comunicação</b>	
CH semestral: 36 h/a	CH semanal: 2h/a
Pré-requisito:	Período: -
<p>Ementa: Informática e a Sociedade do conhecimento, Teoria da aprendizagem para era digital, Aprendizagem colaborativa, Novas tecnologias da informação e comunicação aplicadas à Educação; Ambientes virtuais de aprendizagem (AVA); MOOC's; Designer Instrucional. O paradigma pedagógico da informática educativa. Informática como Ferramenta de Apoio à Aprendizagem; Softwares educacionais livres; Metodologias específicas para uso de recursos tecnológicos.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Brito, Gláucia da Silva; Purificação, Ivonélia da. <b>Educação e Novas Tecnologias</b>. Editora Ibpeex, Brasil, 2.ed., 2008.</li> <li>2. Moraes, Ubirajara Carnevale d.e <b>Tecnologia Educacional e Aprendizagem</b>. (Org.). Editora Queen, 2007.</li> <li>3. Moran, José Manuel et.al. <b>Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica</b>. Editora Papyrus, 21.ed. 2013.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Freire Wendel (Org.) <b>Tecnologia e Educação. As Mídias na Prática</b>. Rio de Janeiro, Editora Wak, 2008.</li> <li>2. Moraes, R. C. <b>Educação à distância e ensino superior: introdução didática a um tema polêmico</b>. São Paulo: Editora Senac; 2010. 120p</li> <li>3. TOFLER, Alvin. <b>A terceira onda</b>. 16.ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.</li> <li>4. KENSKI, V. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papyrus, 2007.</li> <li>5. SANCHO, J. M. Tecnologias da informação e comunicação a recursos educativos. In: SANCHO, J. M. et al. Tecnologias para transformar a educação. Trad. de Valério Campos. Porto Alegre: ARTMED, 2006. p. 15-41</li> </ol>	

<b>Disciplina: Avaliação e Monitoramento em Políticas Públicas</b>	
CH semestral: 72 h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:	Período:
<p>Ementa: Processo de avaliação e seus aspectos metodológicos. Avaliação da política e de política social. Relevância e significado da análise e monitoramento. Construção de indicadores sociais. O papel dos sujeitos políticos na formulação das políticas sociais públicas e privadas. Relevância e significado da avaliação e do monitoramento.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BARREIRA, Maria Cecília Roxo. CARVALHO, Maria do Carmo Brant (orgs) <b>.Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.</b> São Paulo: IEE / PUC –SP, 2001.</li> <li>2. BELLONI, Isaura. et.al.<b>Metodologia de avaliação em políticas públicas.</b> São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões de nossa época, n. 75)</li> <li>3. COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. <b>Avaliação de Projetos Sociais.</b> 4.ed. Petrópolis:Vozes, 2000.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BAPTISTA, Maria Veras. <b>Planejamento Social:</b> intencionalidade e</li> <li>2. CARNEIRO, C. B. L, COSTA, Bruno L. Diniz. <b>Gestão Social:</b> O que há de novo?. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2004. 2v.</li> <li>3. GANDIM, Danilo. <b>A prática do Planejamento Participativo.</b> 15.ed.Rio de Janeiro: Vozes, 2008</li> <li>4. MONTAÑO, Carlos. <b>Terceiro Setor e Questão Social:</b> crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.</li> <li>5. RICO, Elizabeth Melo. (org.). <b>Gestão Social: uma questão em debate.</b> São Paulo: Educ Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP, 2000.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Serviço Social, Criança e Adolescente</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:----	Período:
<p>Ementa: Os conhecimentos: teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, de forma articulada frente ao campo de atuação profissional na área da criança e do adolescente. Fomentar ações junto às Instituições de acolhimento do município de Carangola e a rede de serviço local, por meio de atividades como oficinas, palestras, cursos e outras demandas identificadas.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. FALEIROS. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. <b>A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.</b> São Paulo: Cortez, 2009.</li> <li>2. RIZZINI, I.; PILOTTI, F. <b>A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.</b> São Paulo: Cortez, 2009.</li> <li>3. UNICEF. A Convenção sobre os Direitos da Criança 1989. Brasília, DF, 1989.</li> <li>4. CFESS. <b>Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social,</b> Brasília, 2011.</li> <li>5. TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. <b>O projeto ético-político do Serviço Social.</b> Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.</li> <li>6. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Brasília, 1988.</li> <li>7. BRASIL. <b>Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990.</b> Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.</li> <li>8. BRASIL. <b>Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993.</b> Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Brasília, 1993.</li> <li>9. BRASIL. <b>Lei nº.12.010 de 03 de agosto de 2009.</b> Dispõe sobre adoção. Brasília, 2009.</li> <li>10. BRASIL. <b>Lei 13.509/2017</b> - Dispõe sobre adoção e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 2017.</li> <li>11. BRASIL. <b>Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.</b> Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006.</li> <li>12. BRASIL. <b>Política Nacional de Assistência Social (PNAS/SUAS).</b> Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social, setembro de 2004.</li> <li>13. CONANDA. <b>Resolução 113.</b> Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. ASSIS, S.; FARIAS, L. (Org.). <b>Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviços de acolhimento.</b> São Paulo: Hucitec, 2013.</li> <li>2. BERNARDI, Dayse Cesar Franco. <b>Levantamento nacional sobre os serviços de</b></li> </ol>	

**acolhimento para crianças e adolescentes em tempos de covid-19:** São Paulo: NECA: Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária e Fice Brasil, 2020.

3. PEREZ, J. R. R.; PASSONE, E. F. **Cadernos de Pesquisa. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil**, v. 40, n. 140, p. 649-673, Maio/agosto 2010.
4. RIZZINI, I. **O século perdido:** raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.
5. ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; SERRANO, Solange Aparecida; ALMEIDA, Ivy Gonçalves. A criança e o adolescente como sujeito ativo e de direitos no processo de acolhimento institucional: uma longa história ainda inacabada. **O acolhimento institucional na perspectiva da criança**, 2011.

<b>Disciplina: Serviço Social e Saúde Mental</b>	
CH semestral: 36h/a	CH semanal: 2h/a
Pré-requisito: -----	Período:
<p>Ementa: A atuação profissional do assistente social inerente à política pública da saúde. A construção histórica e consolidação da saúde pública, sob o olhar dos assistentes sociais. Identificação do assistente social como profissional de saúde e suas várias intervenções na gestão, operacionalização e avaliação desta política pública. O Histórico das práticas assistenciais no campo da saúde mental. Movimento de Reforma Psiquiátrica. Movimento antimanicomial. O Sistema Único de Saúde e a Política Nacional de Saúde Mental. Rede de serviços ao portador de sofrimento mental e aos usuários de substâncias psicoativas. Exercício profissional do assistente social na área da saúde mental. Atuação em equipes multiprofissionais de saúde mental.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. PEREIRA, William Cesar Castilho. <b>O adoecer psíquico do subproletariado: projeto saúde mental na comunidade</b>. Belo Horizonte: Imago, 2004.</li> <li>2. MOTA, Ana. Elisabete. <b>Serviço social e saúde : formação e trabalho profissional</b>. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</li> <li>3. CFESS, 2009. <b>Parâmetros de Atuação dos Assistentes Sociais na Saúde</b>. Grupo de trabalho da saúde, Brasília.</li> <li>4. ARLACON, Sergio; JORGE, Marcos Aurélio Soares. <b>Álcool e outras drogas: diálogo sobre o mal-estar contemporâneo</b>. Rio de Janeiro. Fio Cruz. 2012.</li> <li>5. BISNETO, José Augusto. <b>Serviço Social e saúde mental: uma análise institucional da prática</b>. Cortez. São Paulo. Cortez. 2007.</li> <li>6. VASCONCELOS, Eduardo Mourão. <b>Saúde mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade</b>. 4ª ed. São Paulo. Cortez. 2008.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. SOUZA, Ândrea Cardoso de. <b>Estratégias de inclusão da saúde mental na atenção básica no Rio de Janeiro: um movimento das marés</b>. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.</li> <li>2. PESSOTI, Isaias. <b>Os nomes da loucura</b>. São Paulo. Editora 34. 1999.</li> <li>3. RIBEIRO, Edite Lauridsen. <b>Atenção em saúde mental para criança e adolescente</b>. São Paulo. Hucitec.2010.</li> <li>4. ROSA, Lúcia. <b>Transtorno mental e cuidado na família</b>. 2ª ed. São Paulo. Cortez. 2008.</li> <li>5. TUNDIS, Silvéro Almeida; COSTA, Nilson do Rosário. <b>Cidadania e loucura: política de saúde mental no Brasil</b>. Petrópolis. Vozes. 2001.</li> </ol>	

<b>Disciplina: Serviço Social e Educação</b>	
CH semestral: 72h/a	CH semanal: 4h/a
Pré-requisito:-----	Período:
<p>Ementa: O histórico da política de educação brasileira e a sua construção enquanto direito social. A concepção de educação que norteia a política social, o ajuste neoliberal e os rebatimentos da crise do capital sobre a mesma. O histórico debate do Serviço Social na Educação, a atuação profissional e as contribuições na produção e no redimensionamento do conhecimento teórico-prático na área educacional. A inserção dos assistentes sociais no ambiente escolar. Atribuições profissionais do(a) assistente social na Educação: sua relação com a escola, com os alunos e com as famílias. Acompanhamento e Avaliação sobre a inserção dos Assistentes Sociais na educação pública de Carangola e Região.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.</li> <li>2. BRASIL. Lei Nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, 2019.</li> <li>3. FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.</li> <li>4. ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. 2003. Disponível em: <a href="http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Servi%C3%A7o-Social-e-pol%C3%ADtica-educacional-Um-breve-balan%C3%A7o-dos-avan%C3%A7os-e-desafios-desta-rela%C3%A7%C3%A3o.pdf">http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Servi%C3%A7o-Social-e-pol%C3%ADtica-educacional-Um-breve-balan%C3%A7o-dos-avan%C3%A7os-e-desafios-desta-rela%C3%A7%C3%A3o.pdf</a>. Acesso em: 28 de outubro de 2021.</li> <li>5. NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação e política no Brasil de hoje. São Paulo: Cortez, 2002</li> <li>6. SAVIANI, Dermeval. Os desafios da educação pública na sociedade de classes. In: Educação, sociedade de classes e reformas universitárias. Paulino José Orso (org.). Campinas: Autores Associados, 2007.</li> <li>7. NEVES, Lúcia e PRONKO, Marcela. O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2008.</li> <li>8. PIANA, Maria Cristina. A Construção do perfil do assistente social no espaço educacional. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.</li> </ol> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p>	

1. CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Serviço Social na Educação. Parecer Jurídico. nº 23/00 de 22 de outubro de 2000.
2. FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 23ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
3. \_\_\_\_\_. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
4. \_\_\_\_\_. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.
5. FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
6. MAGALHAES, Maria Cristina Soares. Educação Popular e Serviço Social. In Revista serviço social e Sociedade nº 6. São Paulo: Cortez. 2009.
7. MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.
8. FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Júlio César Lima e Lúcia Neves (org.). Rio de Janeiro: EPSJV, Editora Fiocruz, 2006.
9. LIMA, Kátia. Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.
10. NEVES, Lúcia. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: (org.). A nova pedagogia da hegemonia. São Paulo: Xamã, 2005.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A:****REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL****CAPÍTULO I  
DOS PRINCÍPIOS GERAIS**

**Art. 1º.** O Estágio é atividade curricular obrigatória, que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional específico do Serviço Social, denominadas “campos de estágio” para o exercício profissional do Assistente Social, o qual pressupõe supervisão acadêmica por parte da Instituição de Ensino e Assistente Social dos quadros da organização denominada “campo de estágio”.

**Art. 2º.** As atividades de estágio devem buscar, em todas as suas variáveis, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

**Art. 3º.** O Estágio Supervisionado concebe o processo de supervisão sistemática desenvolvida pela Coordenação de Estágio do curso de Serviço Social e pelo Professor Supervisor Acadêmico da UEMG, além do Supervisor de Campo conforme Resolução N. 15, de 13/03/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares; a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei N. 8.662, de 07/06/1993), a Lei N. 11.788, de 25 de setembro de 2008 de Regulamentação de Estágio de estudantes, a Resolução CFESS nº 533 de setembro de 2008; a Resolução nº 273/93 que institui o Código de Ética Profissional do Assistente Social, seu projeto ético-político Profissional, e a Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2010.

**§ 1º -** O Estágio Supervisionado em Serviço Social da UEMG deverá ter duração de 450 horas, sendo que 120 horas desenvolvidas no Estágio I e 110 horas desenvolvidas nos Estágios II, III e IV, respectivamente no 5º, 6º, 7º e 8º semestres. Vinculando sua comprovação à entrega das atividades de supervisão acadêmica (disciplinas de Orientação de Treinamento Profissional) e Kits de estágios específicos de cada etapa.

**§ 2º -** O docente da Instituição de Ensino que estiver ministrando a Oficina de Supervisão de Estágio em Serviço Social é denominado Supervisor Acadêmico e o Assistente Social de campo, denominado, Supervisor de Campo.

**Capítulo II  
Da Organização e Subordinação**

**Art. 4º.** A Coordenação de Estágio é o órgão técnico-pedagógico de formação profissional dos alunos do curso de Serviço Social e está diretamente subordinada a Coordenação de Curso e ao Colegiado de Curso de Graduação em Serviço Social.

**§ Único –**O Coordenador de Estágio será um docente assistente social indicado e homologado pelo Colegiado de Curso de Serviço Social, com duração de 02 (dois) anos de mandato.

### **Capítulo III** **Das Finalidades do estágio**

**Art. 5º** - Constituem-se em finalidades do Estágio:

- I – propiciar ao aluno condições técnico-operativas adequadas para a aprendizagem da intervenção profissional;
- II – contribuir para a compreensão da unidade teórico-prática, a partir da articulação do conteúdo ministrado nas unidades temáticas com a prática profissional;
- III – propiciar ao aluno a formação de atitude ética para o estabelecimento de critérios de ação profissional, cujo valor maior esteja na satisfação das necessidades e defesa dos interesses e direitos da população usuária dos serviços sociais;
- IV – propiciar ao aluno a formação de uma postura profissional crítica e reflexiva frente às diferentes realidades da intervenção do serviço social.
- V - Oportunizar ao aluno atividade teórico-prática e ético-política, para o exercício de competências e habilidades técnico-operativas.

### **Capítulo IV** **Da Definição e Competência dos Campos de Estágio**

**Art. 6º** - Campos de Estágio constituem-se em espaços sócio-ocupacionais, concedentes de estágio, através de Termo de Convenio de estágio, previamente formalizado com a Unidade de Ensino. São denominados Campos de Estágio:

- 1 - Organizações privadas, governamentais, não governamentais e movimentos sociais, que contem em seu quadro de pessoal assistente social devidamente inscrito no Conselho Regional de Serviço Social e habilitado às funções de Supervisor;
- 2 - Programas, projetos e/ou serviços, na área social desenvolvidos pela Universidade do Estado de Minas Gerais e supervisionados por assistente social habilitado às funções de supervisor de campo;
- 3 - Serão aceitos como campo de estágio os locais de formação e gestão das políticas públicas e privadas, os locais que desenvolvem ações nas áreas: jurídica, educação, previdência, saúde, habitação e reabilitação, criança e adolescente, comunidade, terceira idade, entre outras demandas instituídas e instituintes, que possua Assistente Social;
- 4- Programas de pesquisa que contemplem as dimensões investigativas e interventivas no cotidiano da práxis profissional, que possuam em sua equipe um Assistente Social devidamente habilitada.

**Art. 7º** - São condições necessárias à abertura e manutenção de campo de estágio:

1. propiciar condições, juntamente com a IES, para o atendimento às finalidades do estágio;
2. o estabelecimento de convênio ou acordo com a IES que fixa as obrigações de ambas as partes;
3. que o supervisor de campo integre a equipe de supervisores junto ao Setor de Estágio por meio de participação nas reuniões de supervisores e demais eventos vinculados ao Curso de Serviço Social e à atividade de estágio.

**Art. 8º**- Constituem-se em competência dos Campos de Estágio:

1. designar profissional assistente social para realização da supervisão direta do estagiário (a);
2. estabelecer critérios para a seleção de estagiários (as);
3. oferecer condições para a efetivação do processo de formação profissional ao estagiário;
4. resguardar os referenciais éticos operacionais para a realização do estágio supervisionado.
5. encaminhar documentações pertinentes à convalidação do estágio supervisionado contido na matriz curricular do curso de serviço social.
6. constituir representante para participação em reuniões de supervisores e demais atividades, organizadas pela Coordenação de Estágio.

## **Capítulo V**

### **Da Competência da Coordenação de Estágio**

**Art. 9º**- Constitui-se em competência da Coordenação de Estágio:

1. efetuar o credenciamento dos supervisores acadêmicos;
2. realizar o credenciamento de campo e seus respectivos supervisores;
3. efetivar abertura e fechamento de campos de estágio;
4. disponibilizar relação das Instituições Concedentes aos alunos estagiários;
5. encaminhar estagiário para o campo de estágio;
6. providenciar documentação pertinente a realização do estágio;
7. propor modelos de formulários, bem como adequações nas normas do estágio;
8. encaminhar a Coordenação de Curso os dados relativos ao aproveitamento dos créditos referentes ao estágio supervisionado, segundo a matriz curricular,
9. coordenar as atividades da supervisão acadêmica;
10. organizar, por afinidade temática, grupos para acompanhamento da supervisão

acadêmica;

11. elaborar calendário para as atividades de estágio e encaminhar ao Colegiado de Curso para aprovação;
12. convocar e coordenar as reuniões de supervisores acadêmicos, supervisores de campo e de estagiários;
13. Promover desenvolvimento de cursos, oficinas e encontros para capacitação de supervisores acadêmicos e de campo;
14. realizar visitas periódicas aos campos de estágio;
15. mediar situações/necessidades entre o supervisor acadêmico-supervisor de campo-estagiário e instituições de ensino e concedente de estágio;
16. acompanhar o cumprimento por parte dos supervisores de campo e estagiários dos prazos de entrega da documentação pertinente, ao setor de estágio;
17. encaminhar junto a coordenação de curso e colegiado de curso questões referentes a atividade de estágio, bem como apresentar relatórios semestrais;
18. Manter organizadas as documentações pertinentes às atividades do estágio supervisionado.

## **Capítulo VI**

### **Da supervisão Acadêmica e Supervisão de Campo**

**Art. 10º-** A Supervisão Acadêmica constitui-se em momento da formação profissional que oportunizará o debate acerca da formação profissional, de forma a articular a dimensões teórico-metodológico. O professor Supervisor pertence ao quadro funcional do Curso de Serviço Social. São atribuições do Supervisor Acadêmico:

1. Orientar, acompanhar e avaliar o (a) aluno (a) em sala de aula de acordo com o calendário acadêmico com base nos conteúdos programáticos dos programas de Estágio Supervisionado I, II e III;
2. Visitar semestralmente, as instituições nas quais seus alunos estão realizando o estágio com vistas a orientação, avaliação e observação das condições objetivas de manutenção do campo;
3. Proceder à avaliação dos alunos de acordo com o instrumental adotado pela Coordenação de Estágio Supervisionado;
4. Subsidiar teórica e metodologicamente os estagiários e resguardar a dimensão ética inerente à formação e atuação profissional;
5. organizar grupos para discussões/debates acerca das temáticas pertinentes à área;
6. indicar bibliografia pertinente a temática estágio ou congêneres;

7. Registrar a avaliação atribuída ao aluno no sistema acadêmico levando em consideração a do Supervisor de Campo dentro do período estabelecido no calendário acadêmico;
8. Acompanhar o planejamento e a execução da proposta de estágio curricular supervisionado e apresentar sugestões por escrito;
9. Indicar instituições que apresente condições objetivas de convênio para fins de estágio;
10. Analisar o instrumental de avaliação e apresentar sugestões por escrito.

**Art. 11º-A** Supervisão de Campo é entendida como elemento da formação profissional que oportunizará a aproximação do aluno-estagiário às diversas possibilidades de articulação teórico-metodológica. Supervisor de campo é todo profissional, Assistente Social, designado pela instituição conveniada como campo de estágio, que irá receber e orientar as ações práticas do estudante.

**§ Único** - Tal atividade não estabelecerá relação trabalhista com a instituição de ensino, tendo em vista que receber e orientar estagiários em seu local de trabalho faz parte das atribuições do Assistente Social. São atribuições do supervisor de campo:

1. Conhecer o plano de estágio do Curso de Serviço Social da UEMG – Unidade Carangola para orientar o (a) aluno (a);
2. Conferir o preenchimento da folha de produção do(a) aluno (a) e encaminhar assinada mensalmente ao supervisor;
3. Comunicar com antecedência ao supervisor o desempenho (bom ou não) do (a) aluno (a);
4. Realizar no final de cada semestre avaliação do (a) aluno (a) de acordo com o instrumental fornecido pela Coordenação de Estágio;
5. Participar da reunião dos supervisores e de eventos científicos e culturais voltados para a formação profissional como cursos, seminários, semanas, entre outros.
6. Registrar e controlar a frequência do (a) aluno (a) no campo;
7. Orientar e acompanhar o (a) aluno (a) no fazer profissional realizado no campo;
8. Oferecer referencial bibliográfico para o estagiário;
9. Planejar as atividades de estágio, sobretudo, carga horária específica para a supervisão do estagiário;
10. Apresentar a Coordenação de Estágio os documentos solicitados tais como: planos de estágio, relatórios, controle de carga horária dos estagiários, avaliações desempenho dos estagiários e outros que se fizerem necessários;

## **Capítulo VII**

### **Das atribuições do Estagiário**

**Art. 12º-** O estagiário é entendido como aluno em formação, em momento específico e profícuo, em articulação com a matriz curricular do curso de Serviço Social. São atribuições do aluno-estagiário:

1. Entrar em contato com a Instituição concedente de vagas para estágio supervisionado, submetendo-se a processo seletivo, quando necessário;
2. Assinar Termo de Compromisso de Estágio, celebrado entre o estagiário e a parte concedente, com interveniência da instituição de ensino;
3. elaborar sob a orientação do supervisor de campo e colaboração do supervisor acadêmico o plano de estágio no prazo estabelecido;
4. cumprir as atribuições previstas no plano de estágio, tendo como referencial o Código de Ética Profissional do Assistente Social.
5. comparecer pontualmente às atividades de estágio nas datas previstas e justificar ausências por escrito;
6. organizar diário de estágio para registro das atividades realizadas;
7. pautar suas ações relativas a supervisão, ao campo de estágio e à população usuária de seus serviços em conformidade com o Código da Ética Profissional do Assistente Social;
8. elaborar e entregar ao supervisor os documentos, relatórios e avaliações solicitados, nos prazos determinados, devidamente assinados pelo Supervisor de Campo e Supervisor Acadêmico.
9. apresentar aos supervisores e/ou Coordenação de Estágio problemas que possam comprometer a sua formação profissional para estudo de soluções cabíveis;
10. apresentar aos supervisores e/ou Coordenação de Estágio, necessidades de transferência de campo de estágio, quando for o caso;
11. cumprir a carga horária estabelecida para o desempenho das atividades.

## **Capítulo VIII**

### **Do Encaminhamento do Estagiário no Estágio Supervisionado**

**Art. 13º-** O encaminhamento do aluno ao Campo de Estágio será feito por meio de documentação própria, expedida pela Coordenação de Estágio.

**§ Único –** O estágio somente será reconhecido e considerado pra efeito de contagem de horas, após o cumprimento deste artigo.

**Art. 14º-** O encaminhamento dos alunos pelos campos de estágio dar-se-á da seguinte forma:

1. informação aos alunos, pelo Coordenador de Estágio, a respeito dos campos, respectivas vagas disponíveis e cronograma da distribuição, no início de cada semestre letivo;
2. escolha pelos alunos, dentro dos campos disponíveis, por ordem de preferência, dos campos que correspondam as expectativas e possibilidades;
3. informação aos alunos, pela Coordenação de Estágio, do cronograma da seleção;
4. a seleção dos alunos será realizada pelo supervisor de campo segundo critérios por ele estabelecidos;

**§ Único** – Caberá à Coordenação de Estágio interferir nos casos que não atenderem ao prazo determinado ou em outras situações.

**Art. 15º**- O aluno só poderá ser autorizado a mudar de Campo de estágio durante o mesmo semestre letivo, por razões técnicas, administrativas e/ou pessoais excepcionais, a critério da Coordenação de Estágio.

**Art. 16º**- Aos alunos em regime domiciliar será permitida a concentração das horas de estágio de forma planejada pela Coordenação de Estágio, juntamente com os supervisores de campo e acadêmico.

## **Capítulo IX** **Da avaliação do Estágio Supervisionado**

**Art. 17º**- A avaliação do processo de aprendizagem dos alunos do Estágio Supervisionado em todas as etapas será realizada pelo conjunto: supervisor acadêmico, supervisor de campo.

**Art. 18º** - A avaliação do processo de aprendizagem dos alunos do Estágio Supervisionado em Serviço Social (I, II, III e IV) será realizada semestralmente pelo Supervisor de Campo e pelo Supervisor Acadêmico, sendo este último o responsável pela nota final do semestre, frente à Coordenação de Estágio.

**Art. 19º** - Será aprovado o (a) aluno (a) que:

- a) Tiver cumprido integralmente a carga horária de Estágio Supervisionado conforme matriz curricular do Curso de Serviço Social.
- b) Cumprir integralmente as atividades e avaliações propostas nos prazos previstos no Plano de Atividades do Supervisor acadêmico e do Supervisor de Campo, de modo satisfatório, e obtendo aprovação.
- c) Apresentar relatórios finais a Instituição de Ensino e Instituição concedente de Estágio.

**Art. 20º**. Ao final de cada período de estágio, o (a) aluno (a) inscrito na disciplina de Estágio Supervisionado em Serviço Social deverá entregar a documentação exigida à Coordenação de Estágio. O processo de avaliação obedecerá aos seguintes critérios:

1. Avaliação do desempenho do estagiário será realizada ao longo de todo o programa em período semestral entre o supervisor acadêmico e de campo.
2. A avaliação final do estágio realizada pelo supervisor acadêmico e supervisor de campo, no estabelecimento considerado como campo de estágio, terá como base as fichas padronizadas de avaliação permanente. No momento da avaliação o aluno será considerado apto ou não apto.
3. O aluno que for avaliado com não apto será considerado reprovado e terá que refazer a disciplina correspondente ao Estágio Supervisionado.

**Art. 21º**. A presença mínima a todas as atividades de estágio, para aprovação, é de setenta e cinco por cento (75 %) setenta e cinco por cento.

## **Capítulo X Da documentação**

**Art. 22°.** A documentação utilizada durante todo o processo do Estágio Supervisionado será assim distribuída:

### **I - Administrativa:**

- a) Convênio com as Instituições
- b) Carta de apresentação do estagiário
- c) Termo de compromisso
- d) Seguro de vida do estagiário

### **II - Técnica:**

- a) Plano de Estágio;
- b) Relatório de Caracterização da Instituição;
- c) Projeto de Intervenção;
- d) Relatório de aplicação de Projeto de Intervenção;
- e) Relatório Final de Estágio
- f) Folha de Frequência e de Produção do Estagiário
- g) Ficha de Avaliação do Supervisor Acadêmico;
- h) Ficha de Avaliação do Supervisor de Campo;
- i) Ficha de Visita de Campo
- j) Diário de Campo

## **Capítulo XI Das disposições transitórias**

**Art. 23°.** O Estágio do aluno reger-se-á pelo presente Regimento de Estágio em Serviço Social.

**Art. 24°.** O presente Regulamento entrará em vigor a partir de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Serviço Social.

**Art. 25°.** Os casos omissos neste Regimento de Estágio serão encaminhados por escrito ao Colegiado do Curso de Serviço Social, a fim de serem deliberados em sessão extraordinária.

**APÊNDICE B:****REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS**

As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) estão previstas nas resoluções CNE/CP 2/2002 e CNE/CES 2/2007 do Conselho Nacional de Educação, e constituem uma oportunidade de enriquecimento de currículo e uma complementação na formação dos acadêmicos do Curso de Serviço Social. As AACC constituem um espaço privilegiado de exercício de autonomia para o aluno compor seu currículo, incentivando e valorizando sua participação e integração na vida acadêmica (representação estudantil, pesquisa, extensão e ensino), possibilitando a construção de conhecimento e desenvolvimento de atitudes necessárias à formação do profissional crítico e reflexivo.

São atividades de caráter acadêmico, científico, técnico ou cultural à serem desenvolvidas pelos alunos, sendo portanto de sua livre escolha, respeitando-se porém as diretrizes fixadas no Projeto Pedagógico e acompanhadas pelo Colegiado do Curso de Serviço Social. Para sua integralização curricular o educando precisa cumprir um mínimo de 60 horas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais ao longo do período em que estiver matriculado no curso. Não é permitido ao estudante cumprir a totalidade das horas exigidas em uma única atividade, nem tampouco em período inferior a três anos. Esse dispositivo será garantido com o estabelecimento de carga horária limite para algumas atividades a serem aproveitadas na integralização deste Núcleo de Formação. A limitação, contudo, é suficientemente flexível para possibilitar ao educando o direcionamento e o cumprimento da carga-horária exigida.

O cumprimento da carga-horária exigida para as AACCs é de inteira responsabilidade do aluno, cabendo à Coordenação do Curso apenas o acompanhamento do desenvolvimento das atividades, organizando o arquivamento da cópia dos documentos comprobatórios das atividades realizadas. Portanto, todos os documentos que o aluno dispuser sobre as atividades realizadas deverão ser encaminhados à coordenação do curso.

No final de todo semestre, a coordenação do curso emitirá um parecer justificando se as atividades foram ou não realizadas.

Os alunos que ingressarem por transferência fica também sujeitos ao cumprimento das normas, podendo solicitar ao Colegiado do Curso o cômputo da carga horária atribuída pela Instituição de origem, conforme estabelecido nestas normas.

Caberá ao Colegiado do Curso de Serviço Social a análise das solicitações de

aproveitamento de atividades não previstas na relação abaixo.

O elenco das **AACC** previstas neste Projeto Pedagógico está dividido em dois grupos:

1. Atividades científicas e de extensão e representação estudantil;
2. Atividades culturais e esportivas

Abaixo estão relacionadas às atividades previstas em cada grupo, as formas de comprovação para que sejam aproveitadas e a correspondência em horas, para efeito de integralização curricular.

ATIVIDADES GRUPO 1	CARGA HORÁRIA MÁXIMA	DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA
Participação em eventos científicos	20	Certificado de participação expedido pela entidade organizadora
Participação em atividades de Pesquisa	20	Carga horária atestada (atestado emitido pelo professor responsável)
Realização de monitoria	15	Carga horária atestada (atestado emitido pelo professor responsável)
Representação em órgão colegiado	10	De acordo com a participação confirmada em horas das reuniões
Participação em defesas dos trabalhos de conclusão de curso	10	Uma hora para cada apresentação assistida
Realização de estágio extracurricular não relacionado à área de formação Profissional	20	Relatório da atividade com assinatura do responsável e carga horária total do projeto.
Realização de estágio extracurricular relacionado à área de formação Profissional	20	Relatório da atividade com assinatura do responsável e carga horária total do projeto.
Curso relacionado à área de formação profissional	20	Certificado de participação expedido pela entidade organizadora.
Curso não relacionado à área de formação profissional	10	De acordo com o certificado expedido pelo órgão organizador e realizados depois do ingresso na Universidade
Organização de eventos	15	Declaração emitida pela Coordenação do Curso
Organização e realização de cursos para a comunidade, relacionados diretamente à formação profissional	10	De acordo com o certificado expedido pelo órgão organizador
Publicação de painéis em eventos científicos e/ou de extensão	15	De acordo com a avaliação da atividade pelo professor orientador
Apresentação oral de trabalhos em eventos científicos e/ou de extensão	15	Certificado de participação expedido pela entidade organizadora
Publicação de artigos científicos em revista	20	De acordo com a avaliação da atividade pelo professor orientador

Participação em grupo de estudo	10	De acordo com a avaliação da atividade pelo professor orientador do grupo
<b>ATIVIDADES GRUPO 2</b>	<b>CARGA HORÁRIA MÁXIMA</b>	<b>DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA</b>
Visita a Museus, Feiras de Livros, Exposições e Teatro	15	Carga horária atestada (atestado emitido pelo professor responsável)
Eventos Esportivos	10	Carga horária atestada (atestado emitido pelo coordenador de curso)
Visitas Técnicas (Sindicatos, Movimentos Sociais e outros espaços pertinentes ao Serviço Social).	10	Carga horária atestada (atestado emitido pelo professor responsável)

A seguir modelo de relatório semestral a ser entregue na coordenação de curso para validar as AACC.

**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL  
ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS-CULTURAIS -  
RELATÓRIO**

<b>Identificação do aluno:</b>	
Nome:	
Matrícula:	Período:

<b>Identificação da Atividade (escolher uma das atividades para relatar):</b>		
Evento:		
Local da realização:	Data:	Carga horária:

**Relatório (explicar brevemente o que foi a atividade e sua importância para a formação acadêmica):**

--

\_\_\_\_\_  
Aluno

\_\_\_\_\_  
Coordenação



**APÊNDICE C:****REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO****Capítulo I****Das Diretrizes Gerais**

Art. 1º - O presente regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas com o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais -UEMG– Unidade Carangola.

Art. 2º - O TCC é uma exigência legal, amparada pela Resolução nº 15 de 13 de março de 2002 que dispõe sobre as diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, considerando-o como etapa conclusiva do processo de ensino/aprendizagem do graduando para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Art. 3º – A atividade de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social – TCC, define-se como um trabalho dissertativo de autoria individual ou em co- autoria por três discentes a ser realizado no 7º e 8º períodos do curso, conforme as diretrizes curriculares vigentes.

Art. 4º - O tema do TCC é de livre escolha, desde que situado dentro do campo de atuação do assistente social e aceito pelo professor orientador. Para esta definição, o aluno poderá tomar como referências as linhas temáticas de pesquisa da ABEPSS, as linhas de pesquisa do Curso de Serviço Social da UEMG - Unidade Carangola, experiências em núcleos temáticos ou em projetos de pesquisa e de extensão da Universidade, bem como as experiências em estágio.

§ 1º – A atividade de TCC pode expressar-se em:

- I – Sistematização da experiência de estágio curricular supervisionado, embasada em pressupostos teórico-metodológicos, o que assegurará o seu caráter científico, por meio da confecção de uma monografia, utilizando a norma culta da língua portuguesa;
- II – Ensaio teórico e/ou exposição dos resultados de pesquisas: bibliográfica, documental, de campo, entre outras das ciências sociais aplicadas, por meio da confecção de uma monografia, utilizando a norma culta da língua portuguesa.

Art. 5º Os objetivos do TCC são:

**I – GERAL:**

- Habilitar os discentes para a prática de pesquisas e trabalhos científicos II –

**ESPECÍFICOS:**

- desenvolver um processo reflexivo que envolva a sistematização e a produção de

conhecimentos na área do Serviço Social e sua articulação ao Projeto Ético-Político Profissional;

- fomentar o reconhecimento do Serviço Social como produtor de conhecimento científico, desenvolvendo e ampliando a dimensão investigativa inerente da profissão.

## **Capítulo II Da Comissão Do TCC**

Art. 6º – Será constituída uma Comissão que terá como finalidade principal a coordenação de todo o processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, designada pelo colegiado de curso a cada dois anos letivos.

Art. 7º - Essa Comissão terá a seguinte formação:

I – três representantes do corpo docente, sendo estes orientadores de TCC, tanto do ciclo comum como das unidades específicas do curso de Serviço Social;

II – O professor da disciplina de Pesquisa em Serviço Social comporá a Comissão em caráter permanente.

III - O Coordenador da Comissão de TCC será escolhido por seus integrantes, sendo que o mesmo ficará responsável para viabilizar e agilizar procedimentos inerentes à execução do presente regulamento.

## **Capítulo III Do Coordenador Da Comissão De TCC**

Art. 8º - O coordenador da comissão de TCC será designado pelos demais integrantes da Comissão e pelo Coordenador do Curso de Serviço Social, dentre os professores com titulação mínima de Mestre.

Art. 9º - Compete ao Coordenador da Comissão de TCC:

I - acompanhar todas as atividades inerentes à realização dos trabalhos; II- responsabilizar-se pelos trâmites administrativos junto a Secretária Acadêmica, mantendo sempre informado o Coordenador do Curso;

III - atender aos alunos, individualmente ou em grupos, no que se referem às orientações de caráter geral, prazos, normas ou regulamentos;

IV - elaborar a listagem dos professores orientadores e respectiva área de pesquisa;

V - encaminhar aos orientadores as relações dos discentes que lhes forem destinados;

VI - manter o diálogo com os orientadores para a discussão das atividades inerentes ao processo de orientação e desenvolvimento do TCC;

VII - garantir a efetivação do processo de orientação aos discentes;

VIII - organizar o processo de realização do TCC, elaborando o respectivo cronograma;

IX - organizar a apresentação oral do TCC e formação das Bancas examinadoras, juntamente com os demais membros da comissão.

X – Zelar pela documentação e arquivo referente às atividades do TCC.

Art. 10º - É da competência do coordenador da comissão de TCC a resolução dos casos em que haja necessidade de mudança de orientador ou equipe de trabalho.

Art. 11º - O não cumprimento, pelo orientando, dos deveres estabelecidos neste regulamento, autoriza o professor-orientador a encaminhar, por meio de comunicação oficial ao Coordenador da Comissão de TCC, a situação para as devidas providências, como recondução da equipe ou do orientando para outro professor orientador ou adiamento da construção e defesa do TCC para o próximo semestre letivo em que haja orientação e banca.

#### **Capítulo IV Da Elaboração**

Art. 12º - O projeto de monografia a ser desenvolvido será encaminhado para o Comitê de Ética, pelo aluno e orientador, caso a proposta seja de pesquisa com seres humanos.

#### **Capítulo V Da Orientação**

Art.13º – O TCC será elaborado pelo(s) discentes(s) sob orientação de professores orientadores do Curso de Serviço Social, atendidas as exigências regulamentares e poderão ser orientadores todos os professores que compõe o curso de Serviço Social.

§ 1º - A Coordenação de TCC divulgará periodicamente a relação dos docentes disponíveis e suas respectivas áreas temáticas de estudo;

§ 2º - O professor orientador assumirá um número mínimo de TCCs, compatível com suas atividades acadêmicas, podendo a seu critério, orientar um número superior de trabalhos;

§ 3º - O Coordenador de TCC deverá definir um professor orientador para o aluno, de acordo com a linha de pesquisa e sua temática de estudo;

§ 4º - O processo de seleção dos alunos pelos orientadores dar-se-á mediante inscrição dos alunos e apresentação do projeto de pesquisa. Esse processo ocorrerá para todos os alunos do 6º período, conforme calendário acadêmico.

#### **Capítulo VI Dos Professores Orientadores**

Art. 14º - O processo de orientação para a elaboração do TCC deverá ser desenvolvido por professores do Curso de Serviço Social e quando for necessário e de acordo com o orientador, poderá ter a participação de um co-orientador, desde que seja professor do quadro docente da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Art. 15º - Compete ao orientador:

1. Orientar a elaboração do projeto da monografia, quando o aluno estiver

- cursando TCC I;
2. Orientar sobre a bibliografia referente ao tema;
  3. Elaborar, com o aluno, o cronograma de atividades para o desenvolvimento do TCC;
  4. Orientar o discente em todas as etapas da elaboração do TCC, buscando rigor teórico-metodológico;
  5. Informar ao aluno sobre os prazos relativos ao processo de elaboração do TCC;
  6. Compor e presidir a banca examinadora do TCC, segundo a temática de estudo;
  7. Sugerir à Coordenação do TCC a composição da Banca examinadora, definindo, conjuntamente, a data da apresentação pública do trabalho;
  8. Comunicar à Coordenação o resultado da avaliação realizada pela banca, através da Ata da Banca Examinadora.
  9. Orientá-lo a submeter o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa antes de dar início a mesma;
  10. Comunicar ao Coordenador da Comissão os casos de discentes que não cumpram prazos e tarefas;
  11. Revisar os trabalhos, recomendando as correções e complementações necessárias;
  12. Avaliar o desempenho do aluno, procedendo às anotações e observações pertinentes;
  13. Assinar, juntamente com os demais membros da banca examinadora, a ficha de avaliação do aluno;
  14. Observar e divulgar os princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social;
  15. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos neste regulamento e no calendário acadêmico.

Art. 16º - A responsabilidade pela elaboração do TCC é integralmente do aluno, e o orientador não será responsabilizado pela reprodução ilegal ou irregular de textos.

## **Capítulo VII**

### **Da Apresentação e Entrega**

Art. 17º – A apresentação do TCC seguirá as normas técnicas da ABNT. Art. 18º – Compete ao orientando:

- 1 – Elaborar o plano e agenda das atividades de elaboração do TCC e apresentar ao orientador no prazo determinado, considerando que o projeto deverá ser submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa;
- 2 – Comparecer aos encontros previstos com o orientador para a análise dos trabalhos e discussão de possíveis dificuldades, devendo justificar eventuais faltas;

- 3 - cumprir o calendário divulgado para entrega de projetos, relatórios parciais e versão final do TCC;
  - 4 - entregar aos orientadores relatórios parciais de leitura ou sobre as atividades desenvolvidas, sempre que solicitado;
  - 5 - Redigir o TCC respeitando o rigor científico que essa atividade requer: clareza, coerência de ideias, linguagem adequada e correção ortográfica;
  - 6 - Comparecer na data e local designado para entrega do trabalho;
  - 7 - Entregar mediante protocolo a Coordenação de TCC, 03 (três) vias digitadas e impressas do TCC encadernadas em espiral, com 15 dias (quinze dias) de antecedência em relação ao momento da apresentação pública.
  - 8 - Observar os princípios do Código de Ética Profissional.
  - 9 - Acatar as recomendações da Banca Examinadora, observando o prazo estabelecido para efetuar as alterações sugeridas;
  - 10 - O aluno terá o prazo até 10 dias após a defesa para entregar o TCC com as devidas alterações indicadas pela banca examinadora à Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso.
- § único - Todo TCC deverá trazer o nome do orientador e composição da banca examinadora.

Art. 19º - Os alunos portadores de diplomas de curso superior de outras áreas deverão elaborar normalmente o TCC ora regulamentado.

Parágrafo único: Após aprovação do trabalho pela banca examinadora o aluno deverá encaminhar à Biblioteca da UEMG - Unidade Acadêmica de Carangola 01 (uma) cópia impressa do TCC em capa dura verde/escuro e com gravação em dourado para a devida publicização dos resultados da produção e 01 (uma) cópia do mesmo em formato obrigatório para texto em PDF e salvo em um CD-ROM para a constituição de um banco de dados.

## **Capítulo VIII**

### **Da Banca Examinadora e Da Avaliação**

Art. 20º - A banca examinadora será composta pelo professor orientador, o qual presidirá a banca, professor vinculado ao curso de Serviço Social, outro membro que poderá ser professor do curso de Serviço Social da Unidade Carangola, professor das demais Unidades de Ensino da UEMG ou de outras Instituições de Ensino Superior.

- I - O supervisor de campo de estágio curricular não deverá compor a banca examinadora, visto que esta é composta por docentes.

II - Em prazos previamente estipulados e divulgados, os professores orientadores deverão encaminhar a sugestão dos nomes dos membros das bancas, bem como o nome do aluno, o título de sua monografia e suas temáticas afins. A Coordenação de TCC encaminhará a composição das bancas à Coordenação do Curso para formalização institucional das mesmas.

III - Cabe a Comissão do TCC a aprovação dos professores indicados para compor a banca e a indicação de substitutos, no caso de impedimento dos titulares.

Art. 21º – Durante todo o processo o professor orientador observará a frequência do(s)aluno(s), o cumprimento de tarefas e a qualidade do material produzido, avaliando o trabalho como satisfatório ou insatisfatório, o que ocorrerá em dois momentos:

Primeiro – Quando se tiver cumprido 50% do período letivo em que o aluno estiver fazendo o TCC, caso o trabalho seja considerado insatisfatório pelo professor orientador, este deverá encaminhar a avaliação do aluno para a Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso, para que se decida se o aluno tem condições de apresentar o trabalho ainda no semestre em curso ou se deve ser adiado para o próximo semestre letivo em que houver orientação. Caso a Coordenação do TCC considere como possível apresentar o TCC no semestre em curso, estipulará um prazo de 30 dias para voltar a reavaliar o trabalho juntamente com o orientador.

Segundo – Trinta dias antes do prazo final definido para a entrega do TCC, se o orientador julgar o trabalho insuficiente, definirá junto à Coordenação de TCC que o trabalho só será avaliado no próximo semestre letivo em que houver orientação e banca de TCC.

§ 1º O prazo para entrega do Trabalho de Conclusão é de 15 dias antes do início das apresentações das bancas.

§ 2º Cada professor atribui uma nota de zero (0) a cem (100), sendo a nota final calculada pela média aritmética das notas e, para aprovação, a média final deve ser superior ou igual a setenta (70,0).

§ 3º A nota final da avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser encaminhada pelo presidente da banca examinadora em forma de ata para a Coordenação de TCC.

§ 4º A apresentação pelo aluno terá a duração de 15 minutos a 20 minutos e de 20 minutos para a apreciação dos professores examinadores.

Art. 22º - A avaliação do conteúdo do TCC leva em conta os seguintes aspectos:

I – abrangência (local, regional ou nacional), atualização do tema e fontes usadas; II - desenvolvimento claro e coerente do tema;

III – emprego de metodologia adequada e observação das normas técnicas;

IV – aplicação e interpretação de conhecimentos adquiridos no curso e estágios.

## **Capítulo IX Dos Prazos**

Art. 23º Este regimento estabelece os seguintes prazos para inscrição, seleção, entrega e avaliação dos TCC's:

I – Para os alunos do 6º período:

- a) Apresentação do Projeto de Pesquisa a Comissão de TCC;
- b) Análise dos temas/objeto de pesquisa pelos orientadores e seleção dos alunos seguindo as linhas de pesquisa de cada orientador.
- c) Publicação do resultado da seleção orientador/aluno.

II – Para os alunos do 8º período:

- a) Entrega do TCC para revisão geral e parecer prévio do orientador;
- b) Devolução do TCC ao orientando: 10 (dez) dias após o recebimento;
- c) Entrega definitiva do TCC para a Coordenação de TCC do Curso de Serviço Social, conforme calendário acadêmico;
- e) Entrega das notas e pareceres dos examinadores: última semana do semestre letivo.

## **Capítulo X**

### **Das Disposições Gerais e Transitórias**

Art. 24º – Verificando-se o descumprimento dos prazos estabelecidos neste Regimento o aluno não colará grau, podendo inscrever-se no semestre letivo em que houver orientação de TCC, obedecendo às normas gerais do Curso de Serviço Social da UEMG

– Unidade Carangola.

Art. 25º – Os casos omissos neste Regulamento serão apreciados pela Comissão de TCC, cabendo recurso ao setor competente e encaminhado ao Colegiado do Curso.

Art. 27º – Este Regulamento entrará em vigor após aprovação do Colegiado de curso do Serviço Social.

## ÂPENDICE D

### REGULAMENTO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO CURRICULAR

#### Capítulo I Das Diretrizes Gerais

**Art. 1º** O presente regulamento tem por finalidade normatizar as **Atividades de Extensão** como componente curricular do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais - unidade Acadêmica de Carangola.

**Art. 2º** As **Atividades de Extensão Curricular do Curso (AECCs)** caracterizam-se como práticas que se integram “à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”, de acordo com o Art. 3º da Resolução n.7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, conforme apresentado no Art. 3º da Resolução CEE nº490, de 26 de abril de 2022, constituem-se Diretrizes da Extensão Universitária a Interação Dialógica, a Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, o Impacto na Formação do Estudante e o Impacto e Transformações Sociais.

**Parágrafo único** – As **AECCs** devem compor, no mínimo, dez por cento (10%) do total da carga horária curricular dos cursos de graduação e fazer parte da matriz curricular. O Colegiado do curso de Serviço Social convencionou que será ofertada uma carga horária de 315 (trezentas e quinze) horas de relógio para seu desenvolvimento e integralização. Representando, com isso, uma porcentagem maior que o mínimo exigido.

**Art. 3º** As **AECCs** são obrigatórias, contribuem no processo avaliativo do estudante e devem ser cumpridas através das seguintes atividades: desenvolvimento de programas, projetos, cursos, oficinas, eventos, prestação de serviços, minicursos, palestras extra-acadêmicas, divulgação científica, projetos de responsabilidade social, trabalhos voluntários em entidades com compromissos sociais (ONGs, creches, asilos, movimentos sociais, etc.), consultorias e organização de eventos abertos ao público em geral, inclusive para além das propostas sugeridas pela universidade.

**Art. 4º** As **AECCs** devem iniciar no primeiro período do curso de Serviço Social e se estender até o oitavo período. Serão contabilizados 2 créditos para estas atividades em cada período letivo, com exceção do primeiro e terceiro que contemplarão 4 créditos cada e do nsegundo período que contemplará 3 créditos, totalizando 21 créditos que resultam em 315 horas de relógio.

**§1º** Ao final de cada semestre letivo, os estudantes deverão apresentar aos docentes supervisores de AECCs o Quadro Demonstrativo de Realização das Atividades de Extensão por ele desenvolvidas e garantir a assinatura de cumprimento das atividades pelo(a) coordenação das AECCs.]

**§2º** O estudante também poderá acumular carga horária de extensão em projetos e atividades não vinculadas ao curso de Serviço Social ou à Unidade Carangola, e, portanto, não registrados no Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPEX). Isto posto, tais atividades não poderão conter carga horária inferior a 15h ou superior a 60h e devem ser certificados pelas instâncias competentes.

**Parágrafo único** – Para a integralização das AECCs é necessário cursar no primeiro período a disciplina Universidade, Sociedade Brasileira e Serviço Social e no terceiro período a disciplina Núcleo Temático de Extensão do Serviço Social, que se diferem das atividades curriculares obrigatórias por se caracterizar em encontros com os(as) professores orientadores e com a coordenação das AECCs.

**Art. 5º** Todas as **AECCs** realizadas pelo discente devem ser comprovadas através de relatórios, declarações, atestados e/ou certificados que também deverão ser apresentados aos docentes supervisores e à coordenação das AECCs.

**Parágrafo único** – É imprescindível que na elaboração do relatório, o estudante descreva de forma clara e consistente a atividade realizada, interpretando-a, problematizando-a e relatando o conteúdo técnico e os benefícios proporcionados e adquiridos.

## Capítulo II

### Da Coordenação das AECCs do curso de Serviço Social

**Art. 6º** A Coordenação de Curso designará um (a) docente do quadro para função de Coordenador (a) de Extensão do Curso de Serviço Social. Sendo requisito essencial que este (a) tenha formação em Serviço Social – conforme atribuição privativa - e redução de encargos didáticos e/ou remuneração específica para tal finalidade.

**Parágrafo único** – A carga horária total cumprida pelo discente no semestre, bem como seu desempenho individual, deverão ser informados pelo (a) docente coordenador (a) responsável pelas AECCs no respectivo semestre ao(à) Coordenador(a) de curso de Serviço Social no encerramento de cada semestre letivo. Assim, deverá ser entregue ao(à) Coordenador(a) de curso o(s) Relatório(s) Individual(is) dos discentes referente(s) à sua atuação em cada AECC à qual estiver vinculado.

**Art. 7º** São atribuições do (a) professor (a)/coordenador(a) de AECCs, a cada semestre:

**§1º** Coordenar, orientar e acompanhar as AECCs;

**§2º** Avaliar as atividades previstas, verificando a conformidade com o PPC e com as características particulares das AECCs;

**§3º** Cadastrar, junto ao NUPEX, em formulário próprio e no sistema SIGA/Extensão, no início de cada semestre letivo, as AECCs previstas para este período, estando sujeitas a avaliação e a proposta de reformulação;

**§4º** Solicitar aos docentes com oferta de atividades extensionistas que emita relatório final

de atividades desenvolvidas em formulário próprio junto à coordenação das AECCs e ao NUPEX;

**§5º** Enviar ao Coordenador de curso (ou ao(a) professor(a) designado por ele), no fim de cada semestre letivo, os documentos contendo as informações mencionadas no item anterior (carga horária total cumprida, avaliação de desempenho e relatórios individuais dos discentes).

### **Capítulo III Da Categorização**

**Art. 8º** As **AECCs** devem ser realizadas de acordo com o tipo da atividade e carga horária correspondente, observando-se o disposto no quadro demonstrativo em anexo.

**Parágrafo único:** Para que as ações sejam consideradas como prática de extensão curricular, os estudantes devem participar **ativamente** do processo de elaboração e execução das atividades voltadas para a sociedade e quem comprovará isso é o(a) professor(a) responsável.

**Art. 9º** Todas as **Atividades de Extensão** devem estar em absoluta interação com o(s) docente(s) supervisor(es)/orientadores(es), a coordenação das Atividades de Extensão Curricular e o Colegiado do Curso.

**Art. 10º** A organização, supervisão, acompanhamento e a convalidação das **AECCs** serão exercidos pelos docentes supervisores/orientadores de AEC, pelo(a) Coordenador(a) das AECCs e pela coordenação do Curso de Serviço Social.

**Art. 11º** De acordo com a Resolução UEMG/COEPE n. 287, de 04 de março de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento das **AECCs** como componente curricular obrigatório dos Cursos de Graduação da Universidade, os docentes supervisores/orientadores das AECs no semestre deverão acompanhar as atividades de extensão propostas nos períodos letivos, bem como validar as atividades desenvolvidas pelo estudante de forma autônoma. O formulário de acompanhamento deverá ser definido pelo Colegiado de Curso.

**Art. 12º** O planejamento, a execução e o acompanhamento de cada atividade de extensão curricular, quando vinculada diretamente ao curso e/ou à unidade, e, portanto, registradas no NUPEX serão de responsabilidade de seu respectivo docente supervisor/orientador, com participação ativa dos discentes em todo o processo.

**Art. 13º** A Coordenação das AECCs e o Colegiado do Curso ficarão responsáveis por agendar reuniões com os professores supervisores de AECCs para planejamento, consultas, deliberações, registros e demais pautas pertinentes.

### **Capítulo IV Da Avaliação**

**Art. 14º** Para fins de comprovação das atividades desenvolvidas, os estudantes deverão entregar ao supervisor/orientador pela extensão um Relatório Individual com a descrição detalhada das atividades desenvolvidas.

**Art. 15º** A avaliação do desenvolvimento das **AECCs**, realizada pelos supervisores/orientadores, deve constar da análise de relatórios, da apresentação dos comprovantes de participação e o resultado será sempre REALIZADAS/NÃO REALIZADAS.

**Art. 16º** O **Quadro Demonstrativo de Realização das Atividades de Extensão** (em anexo) desenvolvidas pelos estudantes ao longo do Curso de Serviço Social e a **Declaração de Integralização das Atividades de Extensão** (em anexo), depois de avaliados e assinados pelo docente coordenador das AECCs, devem ser encaminhados a Coordenação do curso de Serviço Social.

**Parágrafo único** – A Coordenação do Curso tem o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o término do período letivo para protocolar o Quadro Demonstrativo e a Declaração de Integralização das Atividades de Extensão por estudante a fim de que sejam arquivados na pasta do graduando na secretaria acadêmica.

**Art. 17º** Os casos omissos devem ser resolvidos pelo Colegiado de Curso e, em caso de recurso, pelo Conselho Departamental da UEMG – Unidade Acadêmica de Carangola.



## DECLARAÇÃO DE INTEGRALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Declaro para os devidos fins que \_\_\_\_\_, matrícula nº \_\_\_\_\_, do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola, realizou as trezentas e trinta (330) horas de Atividades de Extensão Curriculares de Curso.

Por ser verdade, firmo a presente.

Carangola, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Docente Coordenador das Atividades de Extensão Curricular do Curso  
Masp:

\_\_\_\_\_  
Coordenador (a) de Curso:  
Masp:

### Secretaria Acadêmica

Data de protocolo: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Secretário(a):

